



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO**

KAIO SANTOS DINIZ

REVITALIZAÇÃO URBANA: Uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande – PB (2000-2016).

**JOÃO PESSOA-PB
Maio 2018**

KAIO SANTOS DINIZ

REVITALIZAÇÃO URBANA: Uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande – PB (2000-2016).

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

JOÃO PESSOA-PB
Maio 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D585r Diniz, Kaio Santos.

REVITALIZAÇÃO URBANA: Uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande - PB (2000-2016) / Kaio Santos Diniz. - João Pessoa, 2018.

161 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. REVITALIZAÇÃO. 2. ESPAÇO PÚBLICO. I. Título

UFPB/CCEN

“Revitalização Urbana: Uma análise sobre as mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande - PB (2000 - 2016)”

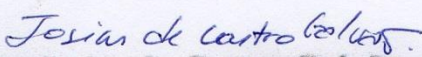
por

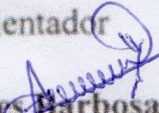
Kaio Santos Diniz

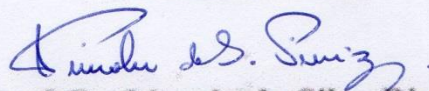
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Orientador


Prof. Dr. Aniero Barbosa da Silva
Examinador interno


Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Maio/2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **DEUS** e aos meus Pais (**Orlando Barbosa Diniz** e **Maria da Guia dos Santos Diniz**) pela criação, força e perseverança perpassadas até o presente momento da minha vida, requisitos sem os quais não teria chegado até aqui.

Agradeço a minha esposa **Denise Cristina Ferreira** pelo incentivo motivacional e prático que me impulsionou a retornar e realizar esta atividade acadêmica.

Agradeço aos meus irmãos **Ronny Clay S. Diniz**, **Jean S. Diniz** e **Keine S. Diniz** pelos momentos vividos juntos e pelas experiências compartilhadas.

Agradeço ao Orientador **Josias Castro Galvão** e **Lincoln Silva Diniz** que tiveram muita importância, em momentos decisivos, na minha vida acadêmica e profissional.

Agradeço a todos os amigos, colegas e professores-amigos que fiz durante a Pós-graduação em Geografia na UFPB, como toda comunidade acadêmica envolvida que fazem esta Universidade ser grande.

Agradeço aos amigos **Luiz Claudio Leite** e **Leônidas Duarte** pelo apoio logístico quando precisei ficar por dias seguidos na cidade de João Pessoa – PB ou quando me ajudaram com entrega de trabalhos em prazos exíguos.

Agradeço especialmente aos amigos que possuo na Secretaria de Educação (**Stanley, Ilma**) e na Secretaria de Segurança (**Fábio Góes, Álvares Amorim, Márcio Raniery**) que consciente ou inconscientemente me proporcionaram apoio necessário para realização desta pós-graduação.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar a importância da produção do espaço público no contexto do urbano e político das cidades, tendo como foco a área central de Campina Grande – PB. Partimos do pressuposto que o espaço público é uma instância do espaço geográfico na qual a participação política, a existência de conflitos, a interação social e as formas de sociabilidades emergem como possibilidade e um arcabouço teórico conceitual que dá suporte ao estudo geopolítico das cidades. Tendo em vista tal discussão, este trabalho possui a seguinte questão norteadora: De que maneira o espaço público é produzido? A partir deste questionamento, vislumbramos a trajetória espacial, histórica e atual, percebendo mudanças quanto ao uso/apropriação, formas de sociabilidade, convivência e participação da sociedade nos projetos. Sendo assim, a relevância deste trabalho se dá através da leitura geográfica, como possibilidade da compreensão das mudanças realizadas ao longo dos anos com a produção do espaço elaborado - aparentemente - sob o signo dos gestores e das dinâmicas pelas quais a cidade passa. Por meio de uma literatura especializada sobre a temática, usando do materialismo dialético, buscamos evidenciar as últimas mudanças empreendidas na área central enquanto locus de revalorização, cuja condição precedente é o discurso da intervenção urbana. Após tal análise concluímos que as recentes construções do espaço público no centro da cidade vêm gradativamente diminuindo suas possibilidades de encontros informais, encolhendo a participação política, assim como a ideia de cidadania sob o signo da insegurança. Por fim, o trabalho tentou mensurar prováveis nuances da produção do espaço público, evidenciando os agentes, interesses envolvidos, o embate entre o público-privado e as persistentes formas de resistências como forma de contribuir às demais pesquisas na área.

Palavras chaves: revitalização; cidade; espaço público.

ABSTRACT

This work aims to present the importance of the production of public space in the urban and political context of cities, focusing on the central area of Campina Grande - PB. We assume that public space is an instance of the geographic space in which political participation, the existence of conflicts, social interaction and forms of sociability emerge as a theoretical conceptual framework that supports the geopolitical study of cities. In view of such discussion, this work has the following guiding question: In what way is the public space produced? From this questioning, we can see the spatial, historical and current trajectory, perceiving changes regarding the use / appropriation, forms of sociability, coexistence and participation of society in the projects. Thus, the relevance of this work is through geographical reading, as a possibility of understanding the changes made over the years as production of the space elaborated - apparently - under the sign of the managers and the dynamics that the city goes through. Through a specialized literature on the subject, using dialectic materialism, we seek to show the latest changes undertaken in the central area as a locus of revaluation, whose previous condition is the discourse of urban intervention. After this analysis we conclude that the recent construction of the public space in the city center has gradually diminished its possibilities of informal meetings, shrinking political participation, as well as the idea of citizenship under the sign of insecurity. Finally, the work attempted to measure probable nuances of the production of public space, showing the agents, interests involved, the clash between the public-private and the persistent forms of resistance as a way to contribute to other research in the area.

Keywords: revitalization, city, public space.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mercado de cereais Baltazar Gomes Pereira Luna (1926).	25
Fotografia 2 - Feira Livre (Rua Seridó- atual Maciel Pinheiro, 1930).	30
Fotografia 3 - Rua Seridó com destaque ao Mercado Novo à esquerda (1928).	31
Fotografia 4 - Floriano Peixoto (1953).	39
Fotografia 5 - Rua Maciel Pinheiro (1930).	39
Fotografia 6 - Rua Maciel Pinheiro após a Reforma (1950)	40
Fotografia 7 - Rua Venâncio Neiva (1930).	41
Fotografia 8 - Rua Venâncio Neiva (1946).	41
Fotografia 9 - Rua Cardoso Vieira (1946).	42
Fotografia 10 - Material Governamental (PDLI)	67
Fotografia 11 - Açude Velho (1981)	72
Fotografia 12 - Coqueiros de Zé Rodrigues (1970).	73
Fotografia 13 - Parque Açude Novo (1976)	75
Fotografia 14 - Palhoção (1982).	78
Fotografia 15 - Parque do Povo em Construção (1985).	79
Fotografia 16 - Inauguração do Parque do Povo (Junho de 1986).	80
Fotografia 17 - Largo da Matriz (1930).	90
Fotografia 18 - Praça Epitácio Pessoa e Sobrado Cristiano Lauritzen (1930)	91
Fotografia 19 - Rua Marquês do Herval (antigo Largo do Rosário durante a reforma, 1942).	92
Fotografia 20 - Praça da Bandeira (1950).	92
Fotografia 21 - Praça Clementino Procópio (1950).	93
Fotografia 22 - Praça Coronel Antônio Pessoa (1946)	94
Fotografia 23 - Prática de Remo nas águas do Açude Novo (1950)	96
Fotografia 24 - Parque Evaldo Cruz: inauguração (1976) e atualmente (2017).	98
Fotografia 25 - Calçadão da Cardoso Vieira (1975).	100
Fotografia 26 - Calçadão da Venâncio Neiva (1982).	100
Fotografia 27 - Calçadão da Rua Maciel Pinheiro (1982).	101
Fotografia 28 - Inauguração do Parque do Povo (junho de 1986)	105
Fotografia 29 - Elpídio de Almeida.	114
Fotografia 30 - Jornal o Globo (1986).	121
Fotografia 31 - Ronaldo Cunha Lima (inauguração da marca 1983).	121
Fotografia 32 - Giradouro do Cepuc (2005).	126
Fotografia 33 - Viaduto Elpídio de Almeida (2007).	127
Fotografia 34 - Monumento Sesquicentenário (2017).	131
Fotografia 35 - Romero Rodrigues e Buega Gadelha (2017).	134
Fotografia 36 - Museu de Arte Popular da Paraíba.	135
Fotografia 37 - Museu da Arte Contemporânea de Niterói RJ; Centro Cultural Internacional Oscar Niemeyer (Avilés – Espanha) e Catedral Metropolitana de Brasília – DF.	136
Fotografia 38 - Antigo MAAC.	138
Fotografia 39 - MAAC e sistema de monitoramento.	139
Fotografia 40 - Rua João Pessoa	142
Fotografia 41 - Praça Clementino Procópio	143
Fotografia 42 - Calçadão Cardoso Vieira	144
Fotografia 43 - Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campina Grande após Reforma Vergniaud (1945)	38
Figura 2 - Ocupação do espaço público.....	45
Figura 3 - Transeuntes e comerciantes disputando espaço público.....	46
Figura 4 - Distribuição dos principais Espaços Públicos na área central da cidade	146

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização geográfica do centro de Campina Grande	15
Mapa 2 - Centro e principais pontos de centralidade espalhados por Campina Grande – PB	63

LISTA DE SIGLAS

AC	Associação Comercial
APFR's	Áreas para Fins Recreativos
ARCCAS	Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COMDECA	Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
CURA	Comunidade Urbana Recuperada Acelerada
DB	Diário da Borborema
JP	Jornal da Paraíba
LOBRAS	Lojas Brasileiras
MAAC	Museu da Arte Assis Chateaubriand
MAPP	Museu de Arte Popular da Paraíba
MHCG	Museu Histórico de Campina Grande
PDLI	Programa de Desenvolvimento Local Integrado
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCPM	Programa Nacional Cidades de Porte Médio
PPC	Programa Prefeitura na Comunidade
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEPLAG	Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
UAS	Unidade Administrativa dos Subprojetos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – PERCORRENDO AS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DO COMÉRCIO CAMPINENSE ..	22
1.1 A gênese do comércio local e a construção dos primeiros mercados públicos.....	22
1.2 A Construção do Mercado Novo	30
1.3 Um projeto “modernizador” no espaço urbano comercial.	32
1.4 Uma nova dinâmica a área Comercial e as políticas públicas de revitalização do centro. 43	
CAPÍTULO 2 - CENTRO, CENTRALIDADE E ÁREA CENTRAL DE CAMPINA.....	53
2.1 Centro e Centralidade: um breve debate.	54
2.2 Tentando entender o PDLI e as Políticas Públicas da área central em Campina	66
2.3 O Plano Trienal e Parque do Povo: uma política pública de dupla conotação.	77
CAPÍTULO 3 – NUANCES DO ESPAÇO PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB	85
3.1 O Espaço público enquanto palco de intervenções e cidadania.	85
3.2 A produção discursiva do espaço público e as falas da modernização	107
3.3 O centro hoje: Permanências, coexistências e resistências.	125
3.3.1 A construção do viaduto Elpídio de Almeida.....	125
3.3.2 O Museu Sesquicentenário	130
3.3.3 Espaços públicos fechados: O MAPP e o MAAC.....	134
3.3.4 Camelôs, ambulantes e o calçadão.	140
ALGUMAS CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática, intervenção no espaço, reformas urbanas e/ou urbanísticas, surgiu durante o curso de graduação em Geografia (2009) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob a orientação do professor Lincoln Diniz, quando nos debruçamos sobre o estudo monográfico sobre os prováveis impactos territoriais empreendidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB, ao tentar revitalizar o centro com a alocação de camelôs no Shopping Popular Edson Diniz. O estudo se baseou em mudanças qualitativas e quantitativas no que diz respeito às condições de trabalho oferecidas pela Prefeitura ao tentar relocar todos os camelôs de ruas e de calçadas em um espaço fechado do mesmo bairro.

Evidentemente, este processo foi eivado de contradições, tendo em vista que os camelôs, quando foram entrevistados e ao exporem os problemas do local, mencionaram ausência de critérios na mudança (ruas-shopping popular), a ausência de estrutura adequada do novo espaço comercial, a falta de fiscalização e conseqüentemente a comercialização irregular dos boxes a estrangeiros (chineses e coreanos). Ao final da pesquisa, os dados quantitativos foram elencados e discutidos minuciosamente, mostrando a importância sobre a origem dos sujeitos, estrutura etária, nível instrução, outra atividade exercida paralelamente, percepção em relação ao espaço que trabalha.

Neste quadro, o tema Revitalização emerge enquanto possibilidade de estudo que consiste em reformas ou construções materializadas por práticas espaciais que buscam a revalorização dos espaços públicos (em Grandes Metrópoles, Capitais ou Cidades Médias). Entretanto, estes fenômenos não são recentes, mas suas complexidades interferem diretamente nas dinâmicas do centro tradicional e de fatores relativos à centralidade.

Movidos por diversos interesses, os estudos da literatura internacional, contemplam essas ações de intervenção no espaço público e abarcam a terminologia “*gentrification*”¹ que também é bastante utilizada em pesquisas de cunho habitacional, político e econômico. Neste quadro científico e conceitual, a produção do espaço² é um processo desigual, no qual

¹ O termo Gentrification foi criado em 1964 por Ruth Glass para descrever o processo que teve início nos anos 1950, através do qual algumas áreas residenciais deterioradas no centro de Londres, ocupadas pela classe trabalhadora, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para a classe média.

² Na construção do pensamento geográfico sobre o mundo moderno, aqui nos referimos especificamente à geografia brasileira, é possível perceber a nítida inflexão, senão ruptura que se estabelece nos anos 1970, a partir do questionamento sobre a elaboração do pensamento constituído até então pela geografia, problematizando sua capacidade de explicar o mundo. Esse momento de crítica ao conhecimento estabelecido, no âmbito da ciência,

Gentrificação e renovação urbana caminham paralelamente e são os maiores e mais complexos - processos de reestruturação urbana – portanto, elementos de diferenciação da urbe. Ao mencionar a terminologia expulsão – aparentemente gentrificação - Mendes (2010), sob a contribuição teórica de Smith, acrescenta que,

[...] As intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes menos favorecidas [...] (MENDES, 2010, p. 26).

O autor ainda reconhece que o desenvolvimento das parcerias público-privadas constitui como um subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano - condições fundamentais à reprodução do capital - essencial ao sistema de produção e consumo capitalista.

Em razão dessas preocupações e necessidade de continuidade nos estudos sobre a temática, foi possível mencionar pelas intervenções realizadas, que gestores públicos, secretários de urbanização, empresários questionam o uso do espaço público e buscam modifica-los sob a retórica da modernização. No entanto, estas ações implicam em mudanças nas formas de distribuição, comportamentos e/ou formas de sociabilidade das pessoas, transeuntes, hippies, comerciantes - de baixa renda – em calçadas, praças e logradouros nos centros das cidades. Para muitos gestores, estes sujeitos insurgentes/resistentes representam um entrave à organização racional do centro e “embelezamento” das cidades, segundo os empresários, dificultando o trânsito e a circulação de pedestres pelas calçadas.

Diante dessas circunstâncias, diversas Prefeituras pressionadas por empresários locais, buscam alternativas para organização destas áreas consideradas deterioradas e uma delas é a construção de “shoppings populares” - um conceito bastante aceito por setores do grande comércio. Evidentemente isso acontece de tal forma, que no contexto histórico do capitalismo atual, segundo Harvey (1996),

Os investimentos no intuito de atrair consumo, paradoxalmente, se aceleram com reação à recessão generalizada; cada vez mais se concentram na qualidade de vida, na valorização do espaço na qualidade do meio urbano (inclusive na adoção de estilos pós-modernistas), nos atrativos de consumo (estádios esportivos, shoppings centers, praças e etc.) entretenimento (espetáculos permanentes ou temporários) se tornam facetas das estratégias

permitiu construir os fundamentos da noção da “produção do espaço” sobrepondo a pragmática noção de “organização do espaço” (CARLOS, 2014, p.60).

de renovação urbana. Acima de tudo a cidade tem a necessidade de aparentar um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para visitar ou consumir (HARVEY, 1996, p. 54).

A criação/construção destes espaços (praças de eventos, shoppings, parques) geralmente é feita sem o menor diálogo com comunidade e pode acarretar conflitos de significativa magnitude. Para os empresários, tal iniciativa melhora consideravelmente o fluxo de pessoas/veículos/mercadorias pelas áreas centrais, denotando uma estratégia de renovação urbana, onde há maior participação do quadro arquitetônico na paisagem destas cidades, como também potencializa os negócios e turismo.

Neste quadro, os gestores e/ou representantes põem em prática as ações planejamento/gestão, vislumbrando a valorização do comércio hegemônico e do turismo, mas em detrimento das diversas formas de uso do espaço público, onde a pequena atividade comercial ainda resiste.

Com efeito, as ações de revitalização e/ou requalificação de determinadas áreas centrais, segundo os gestores, emergem com o objetivo de adequar a paisagem urbana aos parâmetros de mercado, além de tentar controlar o crescimento e redefinir usos de espaços tidos como conflituosos.

O tema da revitalização urbana aponta um modo de pensar a cidade, enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, o estudo das dinâmicas da intervenção em áreas centrais, através de processos de revitalização/requalificação, aponta para uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer que o componente político tem a possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço (CARLOS, 2007).

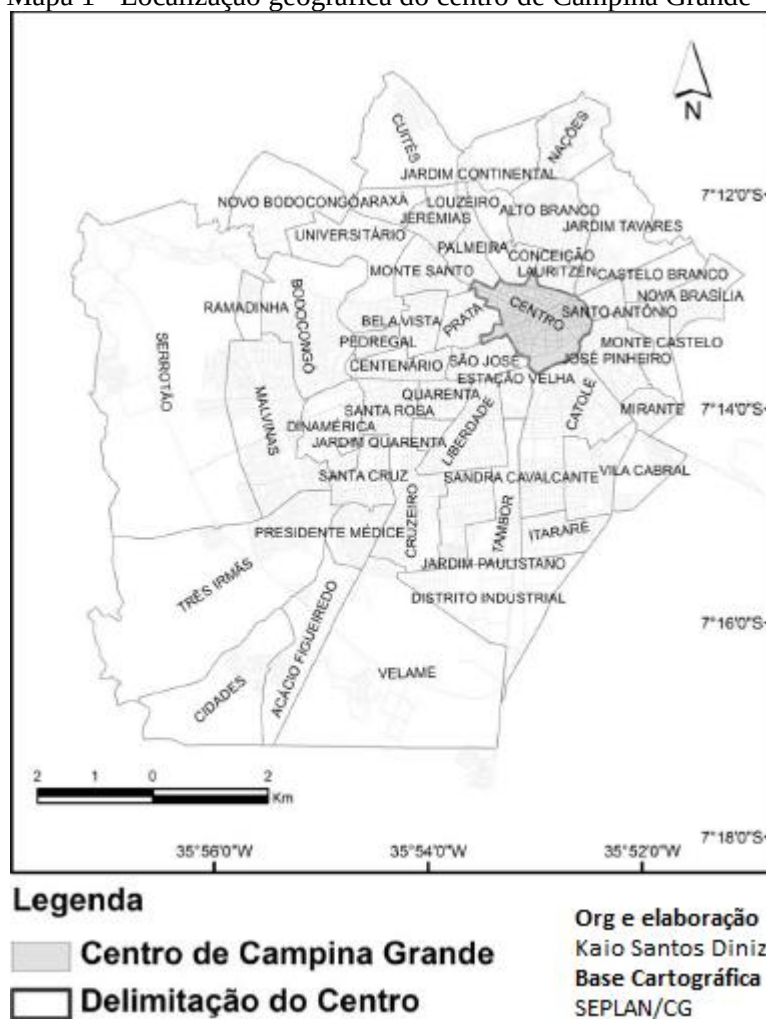
Evidentemente, essas políticas públicas de revitalização, voltadas para estética (melhoramento da paisagem) e valorização em áreas centrais das cidades, emergem com o componente político fortemente afluído, tendo como elementos essenciais à própria intervenção, a coordenação ou a permissividade. Além disso, tem foco no disciplinamento, no ordenamento, na reprodução do espaço urbano, na medida em que atende aos interesses de mercado com a valorização do solo urbano.

Segundo Corrêa (2011), a complexidade da ação dos agentes públicos inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, tidas como deterioradas. Neste caso, há uma renovação “urbana com relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 2011 p. 11).

Neste sentido, as modificações realizadas nos espaços públicos do centro com a construção do parque Evaldo Cruz, Parque do Povo, o desmonte dos Calçadões e a retirada dos camelôs das ruas para os shoppings e ARCCAS³, houve uma prática coercitiva materializada pelo Estado, permeada de interesses privados cujo discurso da revalorização, de conteúdo social é sujeito ao conteúdo econômico e articulados à reorganização do espaço urbano.

Diante deste contexto, tendo por base o recorte espacial - centro da cidade de Campina Grande - PB (Mapa 01), objetivando analisar os projetos que visam “civilizar” o espaço público, evidencia-se que as mudanças vêm contribuindo - aparentemente - para a revitalização, requalificação e/ou uso disciplinado do centro.

Mapa 1 - Localização geográfica do centro de Campina Grande



³ Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre (PMCG, 2000)

Nesta perspectiva, é possível perceber mudanças na leitura geográfica que pode ser feita em relação do espaço público do centro, já que, o Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz e os Calçadões (Cardoso Vieira, Marquês do Herval, Floriano Peixoto, Venâncio Neiva, Sete de Setembro, Maciel Pinheiro) remontam projetos e ações de intervenção que, comparadas às ações atuais, denotam mudanças significativas no modo como o espaço público é tratado pelos gestores. Estes espaços sempre foram disputados política e fisicamente pelos empresários e lojistas que sempre exigiram à Prefeitura Municipal melhor organização do centro.

Evidentemente, nestas ações de intervenção no espaço público há forte protagonismo do setor judiciário. Em uma das ações judiciais impetrada pelo Ministério Público e Prefeitura Municipal, a segunda Vara da Fazenda Pública julgou procedente, fixando o prazo de noventa dias (90) para execução da ação civil que pedira a retirada dos barraqueiros e ambulantes das calçadas do centro da cidade. Tal fato atendeu a uma reivindicação tanto da Prefeitura local quanto das entidades representativas do comércio campinense, cujo lema tinha por base “Projeto Campina Decó⁴” além da retórica discursiva “O centro aberto é negócio certo”⁵.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal demonstrou iniciativa ao tentar promover a imagem do patrimônio histórico da área central com uma política centrada na rigidez com o pequeno comércio local e, simultaneamente, buscou redefinir a normatização do espaço. Tal fato não garantiu o uso racionalizado do espaço, muito menos limitou os ritmos indesejáveis de crescimento e ocupação do espaço público no centro.

Não apenas este projeto, como também outras iniciativas de revitalização nunca agradaram a totalidade dos transeuntes, ambulantes e/ou camelôs, deixando-os numa situação de vulnerabilidade, precariedade ou limitando os espaços de sociabilidades. Assim, a transferência dos pequenos comerciantes para galerias fechadas, não garantiu a glamorização dos casarios *art déco*, muito menos eliminou as resistências, que até o presente momento escapam à visão disciplinar dos planejadores. Outros ambulantes, prostitutas, hippies, vendedores de armas ou drogas continuam valendo-se das ruas para sobreviver, delimitando

⁴ O Estilo Arquitetônico Art Déco foi lançado formalmente ao mundo na Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes de Paris, em 1925. Na ocasião, perseguia-se uma estética que dialogasse com a nascente sociedade industrial e que estabelecesse um nexo às características vanguardistas deste período. Além disso, o Art Déco nasceu da combinação de movimentos variados do início do século XX tais como Construtivismo, Cubismo, Modernismo, Bahaús, Art Nouveau e Futurismo (CAMPOS, 1996).

⁵ A PMCG investiu em recursos próprios R\$ 1.285.000 com a compra do prédio da antiga LOBRAS e R\$ 1.299.410,91 com a execução do projeto de intervenção, que incluía desde 17.110 metros de calçadas padronizadas, construção de seis ARCCAS (com relocação de 630 camelôs), colocação de cabos de energia e redes subterrâneos e restauração de 196 fachadas dos edifícios em art déco (embora nunca executada em sua totalidade).

territórios próximos a pontos de ônibus coletivos, praças, esquinas e proximidades de prédios importantes ou escolas particulares (...). (DINIZ & CASTILHO, 2009, p.15).

Por outro lado, de forma particular, as ARCCAS e o Shopping Edson Diniz identificam uma imagem que organiza, conduz, acompanha e concentra os ambulantes nestes espaços vigiados e operados pelo poder público, levando a seleção e exclusão dos que ainda percebem a rua como algo vigiado, disciplinado, organizado e regulamentado em suas práticas (CARVALHO, 2011). Talvez isso se deva ao fato dos equipamentos e serviços terem sido organizados em função de enaltecer os usos dos símbolos de grandeza do centro comercial (tradicional histórico) reforçado pelos planejadores e comércio hegemônico (CARVALHO, 2011).

Sob esta ótica, a revitalização surge como um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele. A revitalização também produz a assepsia dos lugares, na medida em que o “degradado” aparece na paisagem como pobre, sujo, feio, exigindo sua substituição pelo aceitável rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza (CARLOS, 2007).

Diante disso, o setor privado e o Estado têm esses lugares como passíveis de investimentos, ao passo que o comércio hegemônico local (Associação Comercial e a Comissão de Dirigentes e Lojistas) reproduz a ideia do espaço consumível e nesse processo a intervenção se torna lócus de revalorização, atendendo a diversos interesses (CARLOS, 2007). Com isso, a ideia de revitalização ou potencialidades do turismo propagado pelo setor comercial, os empresários e mídia tende a ser entendido como forma de progresso econômico e desenvolvimento, omitindo e escondendo em seu interior aspectos conflitantes e excludentes.

Diante dessas inquietações, a presente pesquisa tem o desafio de abordar questões relativas ao processo de formação, apropriação e uso do espaço público, cuja expansão pelo comércio informal no centro da cidade aparenta ser seguida por sucessivas intervenções, normatizações e práticas de disciplinamento. Através destas políticas públicas, encontramos desdobramentos ou rebatimentos na própria dinâmica espacial da área central, na medida em que, observamos prováveis rebatimentos quanto ao uso/apropriação dos espaços públicos pelos os agentes e atores sociais envolvidos (privado e público) e os conflitantes impactos urbanos decorrentes.

Nesta direção, entender como ocorre o processo de estruturação da cidade – observando conceitualmente o centro/centralidade enquanto fenômeno urbano - surge como

uma ferramenta que auxilia na investigação da dinâmica da área central. Além disso, se faz necessário perceber as intencionalidades discursivas do comércio hegemônico (Associação Comercial e Comissão de Dirigentes e Lojistas) da Prefeitura Municipal e dos jornais (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba). Por outro lado, é interessante compreender como o espaço público vem sendo construído e concebido na área central da cidade e qual dinâmica vem apresentando frente às constantes intervenções.

Neste contexto, ao inserir os conceitos pertinentes como, *Produção do Espaço* (LEFEBVRE, 1974), *Centro/centralidade* (VILLAÇA, 2009), (SPOSITO, 1991), (WHITACKER, 2003), *Cidadão/cidadania* (CALDEIRA, 2000), (SANTOS, 2014), (GOMES, 2014), *Requalificação/revitalização urbana* (CARLOS, 2007), (SOBARZO, 2004) envolvidos no processo e inter-relacionar ao estudo específico, objetivamos agregar os componentes políticos, filosóficos e econômicos ao estudo do centro, frente às intervenções, de forma a contribuir com posteriores pesquisas na área.

Inevitavelmente, o estudo contempla o objetivo geral de analisar, à luz da intervenção, de que forma o espaço da área central da cidade é produzido. Especificamente: investigar o contexto histórico-político das reformas urbanísticas; compreender as condições teórico-conceituais das mudanças ocorridas, observando as possibilidades de participação da sociedade na produção do espaço público; mensurar como se materializam hoje as permanências, coexistências e resistências na área central. Assim, é possível mensurar prováveis consequências à configuração do espaço público central, tendo por base as estratégias implícitas, os impactos urbanos decorrentes destes projetos que modificaram a leitura geográfica e concepções acerca destes espaços.

Quanto aos procedimentos e às técnicas de pesquisa, a metodologia do trabalho consiste na observação e descrição dos elementos espaciais inseridos na temática, ampla revisão de literatura em artigos, teses, dissertações, livros, jornais (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba). Para tanto, se fez necessário analisar sobre as mudanças empreendidas pelo Estado no espaço público, na paisagem, nos discursos dos agentes (políticos) envolvidos, nas estratégias e táticas de planejamento urbano, tendo por base a intervenção pública. Nesta direção, foi necessário levar em consideração conceitos elementares como: cidadania, participação, estruturação da cidade média, conformação do centro e das centralidades.

Os procedimentos metodológicos conduzem aos chamados “Estudos de Caso”. Triviños (1987) define o estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que pode ser analisada em suas respectivas ações. Assim, existem três tipos de

estudos de caso: estudos de casos histórico-organizacionais; estudos de casos observacionais; estudo de caso denominado história de Vida.

O estudo pretende seguir a linha do estudo de caso histórico organizacional/observacionais, segundo Triviños (1987), o interesse do pesquisador recai sobre a existência de uma instituição (Estado) em suas ações e implicações do espaço, partindo do que já são conhecidos sobre seu objeto de estudo em arquivos, respectivos registros de documentos, publicações, estudos similares, entre outros.

A realização deste trabalho possui normas investigativas com análise de falas, discursos, vozes, observação histórica e direta do fenômeno estudado com ênfase dada ao Materialismo Histórico e uma pesquisa essencialmente qualitativa e secundariamente quantitativa, conforme conveniência.

O recorte espacial da pesquisa é o centro da cidade e áreas adjacentes (observando os critérios da escala geográfica) que possuam relação com o estudo com foco nos espaços públicos (praças, parques, calçadas), tentando verificar até que ponto as intervenções, garantem inclusão, exclusão ou reprodução das condições de desigualdade. Quanto ao período de análise, compreende desde o ano da criação do primeiro shopping popular (2000) - sem deixar de lado a historicidade destes espaços - até o ano de 2016, cuja dinâmica da área central se mostra mais significativa, sob o ponto de vista científico.

Por conseguinte, é possível observar localmente um ciclo processual de Valorização-desvalorização-revalorização do centro, atrelados ao movimento histórico de produção e reprodução do espaço, revelam a forma de descontinuidade no tempo e no espaço em que, no momento atual, determinam a imposição dos conteúdos da mundialização e caracterizam o processo de revitalização urbana (PEREIRA, 2014). Entretanto, cabe destacar algumas questões que norteiam esta abordagem, dentre elas: com os sucessivos projetos de intervenção pública, que tipo de espaço se pretende produzir? Quem são os agentes mais interessados nesta política estratégica? O que representam os espaços de resistência? Quais tipos de espaço público vêm sendo construídos recentemente no centro?

Além disso, de forma pormenorizada, buscamos compreender a leitura geográfica passada e atual do espaço público no centro da cidade de forma a perceber se estas refletem resistências, coexistências ou permanências do velho e do “novo” centro. Desta feita, foi possível avaliar algumas intervenções públicas, sob o prisma de cidadão, cuja participação política incide diretamente contexto do espaço público e, por conseguinte, no planejamento urbano local.

Ao final do percurso do investigativo (aplicação dos procedimentos metodológicos, revisão de literatura, levantamento bibliográfico e elaboração de aporte teórico) conseguimos organizar um conjunto de informações, análises e resultados condizentes com a realidade proposta pelo trabalho que estão dispostas da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado “*PERCORRENDO AS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DO COMÉRCIO CAMPINENSE*” apresentamos a discussão histórica inicial acerca da formação de um grande comércio no espaço público central da cidade. Para tanto, iniciamos o capítulo apresentando dilemas políticos e ideológicos na consolidação de um pujante comércio, utilizando do materialismo histórico dialético como método, objetivando esclarecer as contradições vislumbradas, a amplitude do comércio de rua, como também os sujeitos participantes, seja dentro de um contexto político, histórico ou econômico. Além disso, o capítulo ainda inseriu um período de contestadas reformas urbanísticas de amplitude mundial, nacional e que resvalou localmente, provocando desdobramentos nas condições de cidadania, no provável redimensionamento do espaço público e no cotidiano comercial da cidade. Para concluir o capítulo, apresentamos dinâmicas mais recentes para o pequeno e grande comércio, apontando à próxima discussão acerca da estruturação da cidade, centros, centralidade e políticas públicas.

O segundo capítulo, “Centro, centralidade e área central de Campina” tem como foco de análises, uma discussão teórico-conceitual acerca dos processos de estruturação da cidade média, no qual o centro e a centralidade interferem diretamente no olhar geográfico sobre o espaço público do centro da cidade de Campina Grande – PB.

Desta feita, vislumbramos fatores constituintes, condicionantes das centralidades como sua importância e sua conformidade aliada à preponderância do centro tradicional da cidade. Para isto, foi necessário observar através das práticas locais o aspecto funcional, político, comercial e jurídico destas instâncias. Além disso, levamos em consideração o componente histórico para verificar continuidades/descontinuidades/rupturas, como se materializa a redefinição do centro, com seus prováveis desdobramentos sobre conteúdos e lógicas locais.

Em relação às políticas públicas, tentamos abordar o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) e outras decorrentes enquanto as principais norteadoras das mudanças impostas ao espaço público da área central desta cidade. Assim, tratamos de mensurar até que ponto os centros tradicionais podem coexistir ou não, aos recentes processos que surgem na cidade e que podem implicar numa implosão/explosão das centralidades.

No terceiro capítulo, “*Nuances do Espaço Público em Campina Grande - PB*” abordamos sob quais circunstâncias o centro tornou-se lócus de consumo do seu patrimônio histórico, cujo processo traz consigo uma gama de intervenções, nas quais tiveram como sujeitos percussores o comércio hegemônico e o poder público sob a retórica do mesmo discurso progressista, enquanto o espaço público do cidadão, o pequeno comércio ambulante e camelô se mantiveram insurgentes no meio dos embates.

Buscamos compreender ainda, a diferença de usuário-cidadão, o contexto das discursivas práticas modernizadoras ou práticas sócio-espaciais, questionando quem são os antigos e/ou novos usuários do centro, como também mensurando até que ponto essas mudanças implicam na redução das sociabilidades, condições de cidadania e participação. Além disso, observamos a partir das recentes construções, a inserção desta cidade no circuito do turismo nacional e mercantilização do centro - através do consumo do seu patrimônio arquitetônico -, espaços estes de uso privados/privativos. Por fim, observamos, no contexto local do centro, a existência de um ciclo permanente de valorização-desvalorização-revalorização, inerente à produção e reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2007).

CAPITULO 1 – Percorrendo as trajetórias históricas do comércio campinense

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar uma discussão histórico-espacial acerca da formação de um comércio de magnitude significativa realizado no espaço público central da cidade. Para tanto, iniciamos esta discussão, apresentando dilemas políticos e ideológicos na consolidação de um pujante comércio, utilizando do materialismo histórico como uma ferramenta metodológica, vislumbrando esclarecer algumas contradições verificadas, como também mencionando o comportamento dos sujeitos envolvidos dentro de um contexto político local.

O capítulo ainda inclui uma breve leitura geográfica sobre um período de contestadas reformas urbanísticas, que no Brasil resvalou localmente, provocando desdobramentos políticos, nas condições de cidadania, na dimensão e/ou mudanças do espaço público, como no funcionamento do comércio desta cidade.

Para concluir o capítulo, apresentamos dinâmicas mais recentes de redimensionamento do comércio e do espaço público que ressignificam o papel do centro e da centralidade nesta urbe, apontando a próxima discussão acerca da estruturação da cidade, na qual a contribuição teórica e conceitual sobre os centros e das centralidades ganham força e intensidade.

1.1 A gênese do comércio local e a construção dos primeiros mercados públicos.

A análise do processo histórico é relevante para a compreensão dos fenômenos urbanos, não apenas do surgimento e evolução das cidades, mas também para a compreensão da organização e dinâmica de seu espaço atual. Neste processo, tem-se o desenvolvimento das práticas econômicas, políticas e culturais. Desse modo, sob o ponto de vista quantitativo, qualitativo e da organização espacial é que o estudo das mudanças ocorridas ao longo dos anos ganha folego e importância.

Neste ensejo, Campina Grande é uma das principais cidades interioranas da região Nordeste. Sua emancipação política data do século XIX. Neste contexto, algumas famílias tiveram bastante influência nos primeiros períodos históricos, principalmente os Oliveira Lêdo, com o Capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo que chegou aqui no século XVII e encontrou uma “grande campina”, a partir desse período fundava-se a pequena urbe (CÂMARA, 1988).

Situada em posição geográfica privilegiada, entre o alto Sertão e a Mata Paraibana, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos da época, Campina Grande se tornou um povoado próspero por conta de sua potencialidade comercial.

Diante disto, Campina Grande passou por vários processos, o primeiro foi sua fase “primitiva” que seria o de aldeia. Nesta período, segundo Almeida (1979),

Viajou Teodósio de Oliveira Ledo em fins de 1697, do arraial de Piranhas para a capital da província, a fim de entregar ao governador as cartas de D. João de Lencastro. Ao chegar à capital, não mais encontrou o capitão-mor Manuel Nunes Leitão, já substituído por Manuel Soares Albergaria. Trazia ele um grupo de índios da tribo ariús ou ariás, habitantes da ribeira do Piranhas, talvez para apresentá-los ao governador da capitania. Sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, aldeou-os numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris. Fundava aí o núcleo que deu origem a Campina Grande. (ALMEIDA, 1979, p.35).

Conforme as narrativas de Almeida foi descoberta uma grande campina que abrigou um grupo de nativos, dando início ao processo de aldeamento, tendo sido local de repouso que mais tarde se transformara na cidade. Assim, conforme Almeida, Campina Grande foi elevada ao posto de freguesia em dependência com Nossa Senhora dos Milagres do Cariri (São João do Cariri), sendo capela filial, logo após separou-se desta, quando houve significativo crescimento urbano.

De freguesia, o povoado passou para a categoria de Vila (Vila Nova da Rainha, 1790). Neste período existia pouco comércio, casas, pessoas e o crescimento ficou quase que inerte, tanto nas questões econômicas quanto sociais. O período de Vila durou aproximadamente setenta e quatro anos, quando Campina Grande foi elevada a Cidade (em 11 de outubro de 1864), sob essa condição, o Município agora se limitava a outros poucos e isso favorecia a liderança da urbe. Simultaneamente, outras vilas foram surgindo na Província e nesse instante foram sendo implantadas as feiras de gado na cidade. O espaço também servia de repouso para boiadeiros e tropeiros que mantinham relações comerciais entre si.

Por outro lado, ao se localizar entre a zona agrícola e a zona de pecuária, esse povoado acabou assumindo uma posição privilegiada, pois, naquela época, o gado era uma mercadoria que se autotransportava e o alimento comercializado era levado em lombos de burro. As viagens do interior para o litoral e vice-versa eram longas, por conseguinte, era fundamental a existência de locais como “pontos de pouso”, com alimentação e água, para descanso dos animais, dos mercadores, dos boiadeiros e dos tangerinos.

A gênese do espaço onde quase sempre realizou a feira livre de Campina Grande surgiu do aldeamento da tribo Ariú pertencentes aos Cariris, que bastante “ajudaram” aos Oliveira Lêdo. Este local, no interior da Província, ficou conhecido como sítio Barrocas e depois tornou-se Vila Nova da Rainha que tinha ao lado do açude Velho, uma de suas saídas para o Cariri e Sertão.

Por se tratar de rota estratégica da Freguesia e da Província, aglomeravam-se tropeiros, boiadeiros, comerciantes, onde a troca também tinha um amplo destaque. O principal produto era a farinha de mandioca e não deixava de fora inúmeros outros produtos. Desde então a feira livre fixava-se naquele espaço e era realizada somente aos domingos, mas foi a partir de 1839, atendendo ao pedido de João Perdigão, bispo da Olinda – PE, a data das feiras livres foi antecipada sempre para o dia de sábado, como é realizada até hoje.

Ao surgir o povoado de Campina Grande, devido à sua localização, também se estabelecem no local uma feira de cereais e uma feira de gado, que contribuíram para que a localidade passasse a se caracterizar não apenas como ponto de passagem e de pernoite, mas, sobretudo, como um ponto de abastecimento (CÂMARA, 1988). A feira de cereais era abastecida, principalmente, com a farinha de mandioca, um produto essencial na alimentação dos boiadeiros e tropeiros, produzido, inicialmente, nas casas de farinha espalhadas pelo Brejo e pelo Agreste paraibano e que, aos poucos, também foi sendo fabricado nos arredores de Campina Grande.

Na segunda metade do Século XIX, essa feira de gado passou a ser realizada na área central de Campina Grande. Câmara (1988) reforça que a farinha de mandioca foi o primeiro produto comercializado em Campina Grande e o considerou como responsável pelo movimento de atração dos boiadeiros e tropeiros para aquele povoado.

Neste período (1926) houve grande destaque para a construção do mercado de cereal Baltazar Gomes Pereira Luna (Fotografia 1), situado no largo da Matriz, onde permanecera até 1921, quando foi demolido para dar lugar ao grupo escolar Solon de Lucena (onde também funcionou a Reitoria da UEPB). Paralelamente, a feira foi deslocada para o cruzamento da Avenida Floriano Peixoto com a rua Maciel Pinheiro, nas proximidades do prédio de Baltazar, permanecendo ali até 1864 (GURJÃO, 2000).

Evidentemente que o deslocamento de um mercado, seja público ou privado, naquela época, era carregado de significados, pois fazia com que a maioria dos feirantes espalhados pelas ruas do centro procurassem se localizar o mais próximo da nova construção. Estar próximo da “novo mercado” seria uma sinônimo de grandes fluxos, consequentemente, mais vendas e faturamento.

Fotografia 1 - Mercado de cereais Baltazar Gomes Pereira Luna (1926).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

A expansão desta feira surgiu no núcleo inicial da Rua Barrocas e acompanhou a evolução do espaço urbano campinense (COSTA, 2003). Embora apresentando alternância entre períodos de declínios e de prosperidade.

Durante muito tempo a comercialização da farinha, do gado e posteriormente o algodão apresentaram-se como relevantes na configuração econômica de Campina Grande, como fator produtor de uma centralidade estabelecida pela região em relação às cidades circunvizinhas. Embora esse comércio de gado se constituísse como importante e o maior da Paraíba, a feira de cereais permaneceu até o final do século XIX como a principal base da economia local e impulsionou o crescimento econômico do povoado.

Depois de Vila, Campina Grande foi elevada a Cidade em 11 de outubro de 1864. Neste período já se destacavam pequenos comércios, principalmente abrigados pela feira central ou o comércio velho, como era chamado alguns celeiros e quiosques que foram sumindo com o tempo. Na verdade, o comércio velho era uma espécie de cortiço que acolhia as famílias dos pequenos comerciantes e na frente os ciganos armavam tendas e ficavam ocupando a parte aberta do prédio formada por arco (PIMENTEL, 1958).

Por interligar várias estradas, tanto de regiões distantes quanto próximas, Campina Grande – agora cidade - tornou-se uma localidade de grande importância no interior nordestino, para onde convergiam caminhos oriundos dos Sertões dos estados do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Piauí, além de rotas voltadas para o mercado interno, entre as próprias regiões do estado da Paraíba, como as estradas do Sertão, Seridó, Brejo e Cariris.

Segundo Corrêa (2011), quanto ao processo de urbanização nordestino, caracterizou-se pelo “padrão dendrítico⁶ de ocupação urbana. Assim, foram fundadas as cidades litorâneas, estabelecidas como pontos de apoio para a penetração e a conquista do interior. A partir destas últimas, foram criadas outras cidades subordinadas. Essas cidades também ficaram conhecidas como “bocas de Sertão” e, posteriormente, “pontas de trilho”, situadas entre litoral e sertão.

Não apenas Campina Grande, como também Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA), são consideradas como “bocas de Sertão e “ponta de trilhos”⁷”, pois estão situadas em pontos de entroncamento de estradas e cresceram em função do comércio entre as regiões litorâneas e sertanejas.

No entanto, Aranha (1991) adverte que a importância da cidade não estava apenas no simples fato de ter se tornado ponta de trilho mas, as “condições excepcionais dessa ponta de trilho” - geograficamente bem localizada, no entroncamento das mais importantes estradas paraibanas que atendia a vasta hinterlândia com rarefação de vias de circulação. O seu comércio algodoeiro já apresentava importância no início do século XIX e já era a mais importante praça comercial entre o Litoral e o Sertão. Tal fato representou para Great Western of Brazil Railway, situação lucrativa sem a necessidade de investir na construção de ferrovias para o Sertão, cujas vantagens ainda eram incertas.

A chegada do trem proporcionou a intensificação do movimento de tropeiros provenientes do Cariri, Brejo, Seridó e do Sertão para a cidade. Estes traziam muitos fardos de algodão, outros utensílios e retornavam para as suas regiões abastecidos de mercadorias para consumo e vendas. O ritmo desse movimento que continuou acelerado até a década de 1930, só diminuíram após os anos de 1940 com a difusão das rodovias e a conseqüentemente proliferação do caminhão e automóveis.

Dessa forma, “Campina Grande estabeleceu-se, originalmente, como um ponto nodal para o conjunto de fluxos que, [...], abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior com destino ao litoral e produtos que eram produzidos no interior com destino ao litoral” (MAIA, 2013, p.38)

Esta cidade sempre se destacou, de várias maneiras, tendo sua posição geográfica um dos primeiros critérios de destaque. Cardoso (1963, p. 3) aponta que:

⁶ De acordo com Corrêa (2011), no padrão dendrítico de ocupação, primeiramente, eram fundadas as cidades litorâneas, estabelecidas como pontos de apoio para a penetração e a conquista do interior. A partir destas, eram criadas outras cidades subordinadas a estes centros urbanos.

⁷ Expressão bastante utilizada para designar o ponto final de uma ferrovia construída (Almeida 1979); (Câmara 1991); (Aranha, 1991) e outros autores.

Situada próxima à superfície mais alta da Borborema, a cidade não enfrentou dificuldades de comunicação, nem com o litoral nem com o sertão. Para leste, a orla recortada do planalto facilita o acesso à zona litorânea, através de vales amplos abertos no cristalino. A mesma facilidade se repete em direção ao interior. Do extenso patamar do planalto onde se encontra Campina Grande, passa-se com facilidade para o sertão, de nível mais baixo que os altos da Borborema, mas mais elevado que o planalto do Cariri (CARDOSO, 1963, p.3).

A posição geográfica atuou como fator de crescimento e “ponte”, ligando regiões do litoral ao sertão paraibanas. Partindo dessa localização, a cidade se tornou, no decorrer do tempo, um ponto de parada obrigatório não só para aqueles que, nos primeiros tempos do Brasil Colônia, se aventuraram em terras paraibanas/nordestinas, mas também para a instalação de vias e objetos espaciais que lhe garantiram importante papel e influência na região nordestina, posteriormente.

Essa característica de entroncamento rodoviário ajudou significativamente ao crescimento espacial de uma feira livre na cidade que, posteriormente, intensificou com gado, levando Campina Grande a se tornar um centro de comércio regional e porta de entrada para o Sertão e Cariri paraibanos (ANDRADE, 2005); (ALMEIDA, 1979); (MAIA, 2000); (COSTA, 2003); (ARAÚJO, 2011).

A feira central foi pioneira em se tratando de comércio em Campina Grande. Nela, pequenos e, depois, grandes burgueses mantiveram relações comerciais entre si e fizeram da cidade um espaço transformado pela cultura da farinha de mandioca, gado, cereais, algodão e outras especiarias.

Em 1888, Campina Grande ainda possuía poucos habitantes em relação a capital, entretanto era a localidade mais populosa do interior da Paraíba. Além disso, passava por ali a principal estrada que ligava os sertões paraibanos e norte rio-grandenses às cidades de Pernambuco. O movimento comercial da cidade foi se tornando intenso a essa época, principalmente entre quinta-feira e sábado, quando eram realizadas as feiras de gado e de gêneros alimentícios.

Acompanhando a tendência das cidades entrepostos comerciais do período, durante a primeira década do século XX, é notória a proliferação de estabelecimentos voltados para a atividade algodoeira, pois verificava-se, a partir das descrições dos historiadores, a presença de: armazéns de estocagem, de compra e de venda; exportadores; importadores de máquinas para descaroçamento; extração do óleo da semente e compactação dos fardos; prensas hidráulicas; fábricas de tecidos, de fiação e de estopa

para o ensacamento da malvacea importada da Inglaterra especialmente para este fim (FÁBRICA,1927).

Seguindo esta perspectiva, também multiplicaram-se as: construtoras e importadores de material de construção; fábricas de sabão, de móveis, de velas, de mosaicos e de cigarros; companhias seguradoras; casas de equipamentos fotográficos; livrarias; papelarias; tipografias; padarias e confeitarias; barbearias; sapatarias; farmácias; relojarias; bancos; loterias; hotéis e alfaiatarias; lojas de tecidos, de chapéus, de perfumes franceses e alemães, de brinquedos, de miudezas e de bijuterias dos mais afamados fabricantes nacionais e estrangeiros; representantes de cervejas, de vinhos e de produtos alimentícios; advogados, dentistas, corretores imobiliários, engenheiros, desenhistas, arquitetos, médicos e, na contramão de todo esse saber científico, as parteiras, que passaram a se utilizar das vantagens da moderna publicidade, anunciando seus serviços nos jornais locais.

Diante desse dinamismo, a ferrovia (Great Western) junto com locomotivas chegaram até Campina Grande em 1907. Foi um marco relevante para cidade que teve como precursor a figura de Cristiano Lauritzen⁸, na verdade um como um divisor de águas. Tal fato significou conexão direta para Itabaiana - PB e ao porto do Recife – PE, representando também avanço tecnológico que proporcionou aumento da atividade comercial local para o mundo.

Com a ferrovia, novos rumos começaram a surgir, o modo de vida começou a ser menos antiquado, pois houve um grande avanço urbano, na indústria de beneficiamento do algodão, no comércio e serviços (SOUZA S. 2013). Dessa forma, devido a grande demanda internacional, pouco a pouco a cidade passou a atrair grandes comerciantes/investidores estrangeiros em busca do “ouro branco”, chegando a ser concorrente de Liverpool na Inglaterra, trazendo novidades e riquezas para a cidade.

Os esforços do Prefeito Cristiano Lauritzen para instalação da ferrovia foi fundamental para a cidade, por ser um fato retratado, em algumas obras, como um período em que a cidade encontrou seu lugar na economia mundo e adentrou na modernização (MELLO, 1995). É possível evidenciar que nenhuma outra cidade do Estado beneficiou-se tanto deste tipo de transporte quanto Campina Grande. Convertida mais tarde, no mais importante centro urbano de todo o interior nordestino, compôs com o algodão, o comércio e via férrea, o tripé responsável pelo seu progresso (ALMEIDA, 1979).

⁸ Nascido em 1847, na Jutlândia (península da Dinamarca) Cristiano Lauritzen aportou no Brasil aos 23 anos de idade. Enquanto habitante de Campina Grande – PB dedicou sua vida na busca do progresso do Município. Foi prefeito durante 19 anos ininterruptos e foi politicamente responsável pela chegada da Ferrovia Great Western, marco histórico para a cidade ARANHA (1991).

Campina Grande passava a se inserir em um meio técnico⁹, que se fazia presente pela presença da mecanização do território, como também pela mecanização da produção algodoeira, a qual, introduziu as primeiras modernizações neste espaço. Há, no entanto, a convergência e a coexistência de dois meios, pois a introdução de um meio técnico, não eliminou de imediato a existência de um meio pré-técnico¹⁰, sobretudo a montante de Campina Grande (COSTA, 2003).

Neste contexto, as modernizações dos transportes representaram, portanto, uma tendência centralizadora e/ou polarizadora para a cidade que foi se tornando um centro de drenagem da produção de sua ampla região de influência, mas também um centro difusor de inovações provocadas pelas demandas externas.

Simultaneamente, o centro se transformara enquanto espaço para o festejo das políticas de “modernização” econômica, administrativa, urbana da cidade e tendo em vista a ampla divulgação (pela imprensa: do Estado (jornal A União); Capital Federal (Jornal do Brasil e Revista do Automóvel Clube do Brasil) e do Recife (Diário da Manhã) (TRAJANO FILHO, 2003) das ações implementadas pelo governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940).

Em termos de urbanização, foi perceptível, neste período, a configuração de uma rede urbana, cuja cidade primaz foi Recife, com seu importante porto destinado à drenagem da produção regional, que simultaneamente interiorizava valores modernos. Campina Grande por sua vez tornou-se um centro, de primeira ordem, hierarquicamente subordinado ao Recife, porém comandando imensa quantidade de pequenas localidades, em extensa área aonde a presença de centros intermediários era quase ausente (COSTA, 2003).

Por outra ótica, nesta situação CORRÊA (2011), tece um contribuição significativa quando se refere à formação de uma rede dentrítica expressa por excessivo número de pequenos centros, os quais são indiferenciados entre si, apresentando baixo nível de demanda da população, que estando inserida numa região com vias e meios de transportes precários teve sua mobilidade espacial limitada. No entanto, a cidade (Campina Grande – PB), que possuía forte acesso aos produtos da grande cidade, passou a receber a demanda de consumidores de sua região, tornando-se ponto de distribuição regional.

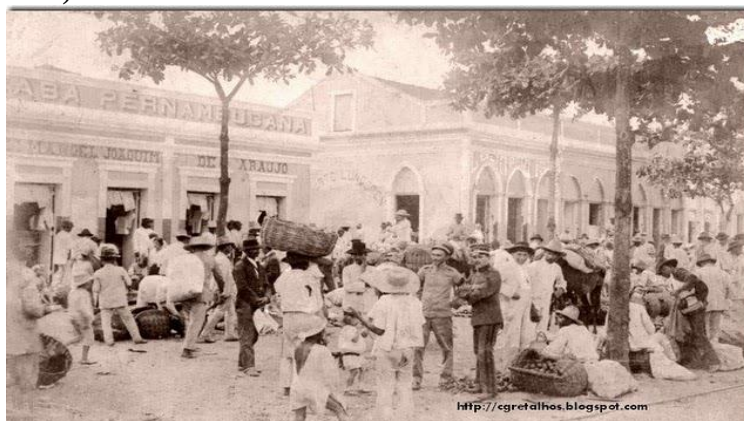
⁹O período técnico é aquele que vê a emergência de um espaço mecanizado com objetos culturais, mas também técnicos, com a substituição das formas naturais pelas formas artificiais. Os objetos técnicos e o espaço mecanizado passam a ser lócus das ações superiores estranhas as lógicas locais, impondo próteses ao território, transgredindo distâncias e impondo um tempo social a um tempo natural. Tais sistemas técnicos eram, no entanto, limitados e geograficamente circunscritos”. SANTOS (2013 p. 236).

¹⁰ O período pré-técnico, não significa a ausencia de técnicas, mas que havia uma relação sem outra, intermediação entre o trabalho e a natureza. As sociedades locais eram criadoras de tecnicas que comandavam seus tempos sociais e limites de seus utilizações, eram sistemas tecnicos sem presença de objetos tecnicos (SANTOS, 2013, p. 87).

1.2 A Construção do Mercado Novo

Neste período (1925), outro fato marcante desse comércio, foi quando o empresário Alexandrino Cavalcante de Albuquerque construiu seu Mercado na Rua Seridó (Fotografia 2), fazendo com que os demais comerciantes de cereais instalassem à frente do seu estabelecimento, favorecendo o acesso dos clientes aos restaurantes (localizados próximos do Cemitério das Buninas), expandindo, mudando a localização da feira¹¹ e dinamizando o uso da área central.

Fotografia 2 - Feira Livre (Rua Seridó- atual Maciel Pinheiro, 1930).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>.

Em 1928, também foi construído o Mercado Público Municipal, sendo inaugurado em outubro do mesmo ano (este edifício possuía acesso pela ruas Maciel Pinheiro e Barão do Abiaí). Uma curiosidade política do fato, é que Ernani Lauritzen (Prefeito e grande empresário da época) era o neto do - também empresário - Alexandrino Cavalcanti e construiu o Mercado Público Municipal vizinho ao já conhecido Mercado Novo (comércio do seu avô).

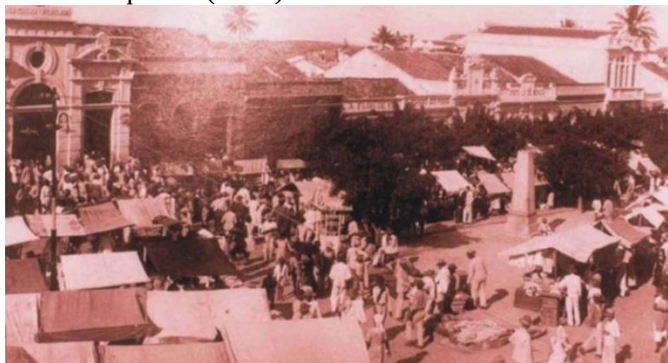
Diante da expansão e dinamicidade comércio local, a feira esteve sobre intervenção política e pública em relação à localização, esta se manteve durante um período de mais de vinte anos na mesma rua e só seria transferida na gestão de Wergniaud Wanderley, porém, com preceitos diferenciados.

Para se ter uma ideia da complexidade desse período, o epicentro comercial ficava na Rua do Seridó (Fotografia 3), de onde as atividades comerciais se dispersavam por quase toda a cidade. Na atual Rua Marquês do Herval, diante do largo da antiga Igreja do Rosário, próximo às

¹¹ O primeiro Código de Postura Municipal que se tem notícia data de 18 de julho de 1862 (Lei n.º 62), e definia o lugar da feira da seguinte forma: "Art. 1º. As feiras da Vila de Campina Grande e povoações de Termo se farão no dia de sábado de cada semana nos lugares seguintes: a da vila no lugar em frente à casa do mercado de Baltazar Gomes Pereira Luna; a de Fagundes em frente à casa de açougue de Antônio Clementino Pereira, da igreja para baixo; a de São Sebastião no largo em frente à respectiva capela. Os que se reunirem, ou induzirem o povo a reunir em lugar e dia diferentes, sofrerão a multa de trinta mil réis e cinco dias prisão"

casas de rancho, acontecia a feira de cavalos, na Ladeira da Lapa havia os currais que foram levantados pela Câmara Municipal onde era comercializado o gado bovino, já na Rua do Seridó até a Igreja Matriz aglomeravam-se barracas e vendedores ambulantes de cereais, frutas, verduras e produtos artesanais.

Fotografia 3 - Rua Seridó com destaque ao Mercado Novo à esquerda (1928).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Posteriormente, com as leituras, é perceptível observar que a partir da década de 1920, a cidade, por sua evolução comercial/industrial, clima ameno, oportunidades - várias empresas se instalaram na cidade - e todo esse crescimento “salta aos olhos” daqueles que sonhavam em enriquecer melhorar de vida ou simplesmente sobreviver, levando Campina Grande a se tornar a “Canaã dos forasteiros” (CAVALCANTI, 2000).

Além disso, o autor complementa que,

Dessa forma, a urbe passa a exercer um poder de sedução, constituindo-se em esperança de vida para retirantes da seca, meeiros, posseiros expulsos de suas terras, pequenos proprietários que haviam perdido suas terras e, ao mesmo tempo, crescia o contingente de grandes produtores e comerciantes de algodão (CAVALCANTI, 2000. p 69).

Desde o início da década de 1920 até os anos finais de 1930 a cidade passou a exercer forte fascinação aos forasteiros, grandes produtores/comerciantes de cana de açúcar que desejavam enriquecer ou aumentar seus capitais, mas aqui ainda não residiam. Fato este, que culminou com a vinda de inúmeros imigrantes, desde retirantes pobres expulsos de suas terras até grandes proprietários de terras advindos do litoral e posteriormente responsáveis pela indústria de beneficiamento do algodão. Retrata Galizza (1993) que:

Quando o algodão tornou-se a principal fonte de renda do Estado, efetuou-se o deslocamento do poder oligárquico da zona litorânea para o Sertão, isto é, da área canavieira para o complexo algodoeiro-pecuário. Começou, então, a integração do Sertão no sistema político nacional e na renda econômica internacional. Os latifundiários, sentindo as possibilidades lucrativas que o algodão proporcionava, transferiram capitais da fazenda para os empreendimentos comerciais e industriais. As firmas exportadoras da Capital e de Campina Grande proliferaram e os melhoramentos urbanos se intensificaram. O crescente mercado algodoeiro exigiu empresas industriais, uma vez que precisava ser beneficiado para ser comercializado. Também, na esteira do surto de exportação do algodão, foi criada a indústria de fiação e tecelagem, uma das mais importantes empresas de transformação agrícola (GALIZZA, 1993, p.194).

Neste quadro, é interessante perceber não apenas a importância do adensamento populacional da cidade pela chegada de novos profissionais, mas também a transferência de capitais oriundos do campo para o setor comercial e industrial urbano - em emergente crescimento na cidade - integrando a economia da região ao sistema econômico de base internacional. Além disso, se faz necessário entender que os melhoramentos urbanos seriam algo essencial como uma exigência ou necessidade desses novos empreendimentos.

Em pleno crescimento comercial e industrial, a cidade se mostrava “suja” em sua área central, decorrência do intenso movimento da feira central e do “péssimo hábito de seus transeuntes”. Também sem saneamento básico, apresentava um crescimento habitacional desordenado que transmitia a imagem de uma urbe poluída e isso foi bastante explorado pelos políticos que produziram a necessidade de um espaço reformado ou revitalizado, como veremos em breve (ALMEIDA, 1979), (PIMENTEL, 2011).

1.3 Um projeto “modernizador” no espaço urbano comercial.

Em 1939, o prefeito (Bento Figueredo) iniciou a construção do mercado definitivo localizado no bairro das Piabas (atual feira central) onde realizara a feira de gado. O local já era bastante conhecido pelos currais que foram desinstalados e alocados no Bairro do José Pinheiro.

Em palestra proferida no Congresso de Prefeitos da Paraíba, realizado em João Pessoa no ano de 1939, o prefeito de Campina Grande (Bento Figueiredo), listou uma série de questões consideradas importantes para o desenvolvimento do município. Dentre várias prioridades, apontou como premente a construção do mercado público, sob o ponto de vista da higiene alimentícia e mesmo da limpeza pública, havendo ainda a notar o aumento das

rendas municipais pelas facilidades de fiscalização. No entanto, a feira só seria transferida para o inacabado mercado novo a partir de agosto de 1941, na gestão então prefeito Vergniaud Wanderley.

Para o pesquisador Queiroz (2008), o arquiteto Nestor Egydio de Figueredo e o Prefeito Bento Figueredo tinham como expoente que:

A retirada da feira da rua Maciel Pinheiro e arredores tinha como objetivo higienizar a região central, livrá-la do lixo, dos odores e dos tipos populares que estavam longe de ostentar a imagem de civilidade ansiada pelo poder público e por parte dos letrados locais. Almejava-se desfazer o convívio de pobres e ricos nos mesmos espaços, descongestionar a mistura de pedestres, usos, mercadorias e automóveis em espaços públicos que agora deveriam ser de circulação, e não mais de permanência, evitando que os visitantes e campinenses fizessem acrobacias ou ficassem agarrados às paredes para que não escorregassem nas cascas de frutas jogadas nos passeios. A medida, também, tinha como intuito oferecer melhor estrutura e exercer maior controle sobre as condições de higiene dos alimentos comercializados (QUEIROZ, p. 95)

Evidentemente que o processo de transferência da feira teve por base a assepsia dos espaços, na medida em que o ideário político-higienista foi colocado em prática, por necessidade urgente de uma cidade revitalizada e de um centro limpo, que combinava com os ideais de civilidade, descongestionamento e tendo em vista a importância regional já atribuída a este espaço urbano (AGRA, 2006).

Além da feira, o Matadouro (que seria transferido para o Bairro Monte Santo e posteriormente Bodocongó), o Meretrício que funcionava na Rua Major Juvino do Do Ó (Rua do rei Couro) também foram transferidos para as imediações do Novo Mercado já havia dez anos. Era conhecido como “Manchúria” e em suas imediações estava no auge da glória do Cassino El Dourado que projetou Campina Grande na escala regional, sendo palco de grandes apresentações artísticas locais e regionais, espaço de ostentação de riquezas entre os anos de 1937-1942).

Nesta perspectiva, tornou-se claro que a criação/crescimento de um núcleo comercial da cidade sempre esteve relacionada com a formação de sua feira central, devido à localização geográfica da cidade que também sempre foi motivo de disputas políticas e palco disputas ideológicas como na Revolta Quebra-Quilos¹² (1874) e na Revolta Rasga-Vales¹³ (1895) quando

¹² O sistema métrico francês (adotado no Brasil em 1862) entrara em vigor, obrigando por decreto imperial às novas medidas lineares, mas o povo continuava com o tradicional modelo de pesos e medidas. Além disso, o suposto fato de se aumentar o imposto do chão cobrado nas feiras de Campina e Fagundes. Assim, houve uma insatisfação popular generalizada. O movimento teve início na Serra do Bodopitá (Fagundes – PB) há quatro léguas de Campina Grande, mas o certo é que a deflagração espalhou-se por todo o interior da Província, cidades e vilas à exceção do Sertão. Aconteceram ataques em Campina Grande, Ingá, Cabaceiras, Pilar, Areia, Alagoa

partidários vencedores de cada eleição estabeleciam o local da feira de acordo com suas conveniências, pois como afirma Gurjão (2000, p 29-57) “para onde o poder vai, a feira vai atrás”. Neste sentido, como também lembra Câmara (1943), em diversos momentos, essas mudanças na localização da Feira de Campina Grande repercutiam diretamente nos distritos, que também relocavam suas feiras em frente às casas dos líderes políticos locais.

Diante deste contexto, as mudanças na localização da feira, realizadas pelos partidos conservador e liberal, representavam o jogo de poder enquanto disputa política pelo uso do espaço, tendo como a função de fortalecer o comércio dos eleitos. Contudo, pelo expressivo e expansivo crescimento de atividades comerciais, esse caráter da disputa perdeu sentido.

Mesmo com os embates políticos e diante dessa dinâmica comercial, a cidade passou a primeira metade do século passado por um período de crescimento, marcado principalmente pela cultura do algodão e outras atividades econômicas relacionadas, que por conseguinte proporcionaram um salto significativo no seu espaço urbano e centro comercial. Um fator primordial e decisivo na consolidação de empório comercial, foi sua infraestrutura (ponta de trilhos) que possibilitou um patamar mais elevado de produção e comercialização do algodão, tanto regionalmente quanto para exportação a partir porto do Recife.

É evidente que todo esse processo histórico vivenciado pela cidade até aqui, como também sua importância enquanto centro regional, consolidou-a enquanto centro polarizador e catalisador, na medida que muitos se deslocavam para esta cidade em busca adquirir bens que não existiam em outras localidades. Além disso, estimulou sua potencialidade empreendedora para o comércio.

Paralelamente a toda essa revolução comercial, atrativa e empreendedora que a cidade estava vivendo, uma grande leva de imigrantes fez proliferar inúmeros cortiços, casas de pau-a-pique, transformação de armazéns em casas de cômodo, tanto na área urbana quanto suburbana da cidade.

O então prefeito, Vergniaud Wanderley, objetivando adequar o espaço campinense ao ideário de modernidade, deu início à primeira reforma urbanística¹⁴ na cidade, realizada pelo

Nova, Bananeiras e Guarabira. Os revoltosos soltaram presos, queimaram arquivos municipais, rasgaram processos e destruíram os pesos do comércio.

¹³ Em 1895, em razão da escassez de moedas de pequeno valor em circulação no município, pôs em prática o sistema de “vales”. Este consistia num papel impresso que trazia a assinatura do comerciante e que era apresentado na hora do troco ou no momento da venda, caso o cliente retornasse para adquirir uma outra mercadoria qualquer. A medida não era legal, tendo em vista que o Ministro da Justiça já recomendara aos dirigentes dos Estados que procurassem conter a violação. À causa do motim teve por base razões meramente políticas, Christiano Lauritzem ao tomar conhecimento do movimento saiu em defesa dos negociantes quando protestou com veemência (ALMEIDA: 1979).

¹⁴ Em 1940, o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a reorganização urbanística, levando em consideração o “código de obras” elaborado anteriormente, com o objetivo de calçar ruas e abrir avenidas, entre estas a

arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo, convidado pelo interventor Gratuliano de Brito e pelo Secretário do Interior e Segurança Pública Argemiro de Figueiredo. É interessante pontuarmos que a primeira administração de Vergniaud (1937), marca também a primeira planta da cidade e o que se preservou como parte do que seria a cidade antes de suas obras.

Foi na década de 40 que o supracitado Prefeito decidiu modernizar a cidade. Para isso, houve uma demolição em massa dos edifícios e casarões tradicionais do centro da cidade para construir o que de novo havia em estilo internacional. Dessa forma, o gestor determinou que todos os casarões coloniais da rua fossem derrubados e que os comerciantes construíssem novos prédios, em estilo art Déco. Ainda advertiu sobre a aplicação de multa para os que não acatassem tal determinação e tudo seria feito num período de cinco anos.

Dessa forma, o prefeito, demais políticos, o jornal a União e arquitetos que participaram da reforma, usaram a justificativa da necessidade de modernização tendo em vista que as cidades brasileiras estavam passando por um quadro difícil, no que diz respeito a multiplicação de favelas, vielas, becos insalubres e isso culminava na infestação inúmeras doenças. Que também essas condições tornaram as cidades esteticamente e higienicamente impróprias, pois a concentração de pessoas doentes, instaladas de maneira indisciplinadas nestes espaços, resultou em surtos epidêmicos e que dificultavam as condições necessárias à reprodução da vida (QUEIROZ, 2008), (ALMEIDA, 1979), (CÂMARA, 1988).

Ainda usando da lógica do higienismo urbano, que segundo Costa (2004),

Baseados nas teorias que relacionavam a doença com o meio, natural ou socioeconômico, os médicos ditavam normas de comportamento e organização do espaço urbano. Definiam as localizações mais adequadas para os equipamentos urbanos e as regras para construção de habitações, hospitais, cemitérios, escolas, repartições públicas, praças, jardins etc. Nos momentos críticos, principalmente durante epidemias, as normas médicas tornavam-se indispensáveis na gestão da sociedade e das cidades. A propósito, a partir do século XIX nenhuma intervenção urbana na sociedade ocidental foi feita sem o aparato ideológico das doutrinas higienistas (COSTA, 2004, p.61).

Nesta perspectiva, para modificar esse quadro “fazia-se necessário demolir becos e vielas que interrompiam e atrapalhavam a circulação de mercadorias, de carros e pessoas, além de se constituírem em focos de infecções e epidemias para a população”. (CAVALCANTI, 2000, p.70). Essas ações foram vinculadas às administrações de Vergniaud Wanderley (1935-

conhecida avenida chamada Floriano Peixoto. Mesmo preocupando-se em dotar a cidade de um aspecto cada vez mais moderno, ele vai criar novos espaços e destruir velhos espaços sociais. Vergniaud Wanderley inspirava-se no processo de urbanização do Rio e São Paulo tentava colocar em prática seu modelo de “urbes” moderna estilo art déco (GURJÃO, 2000).

1938; 1940-1945) e sua reforma urbanística se tornou referência por seu caráter singular, tendo em vista que foi marcada por uma produção teatral do poder público adicionado pelo pensamento sanitarista.

Em Campina Grande, um pouco diferente de outros municípios brasileiros, em que o bota-abaixo foi referência por parte dos pobres urbanos, as peculiaridades se deram devido às relativas perdas por parte das elites (SOUSA, 2006) na medida em que muitos alegaram prejudicados, pois foram obrigados a se deslocar para ruas João da Mata, Desembargador Trindade e outras adjacentes ao centro principal.

Vale ressaltar que os habitantes não foram consultados, receberam as mudanças propostas pelo prefeito sem poder questionar seus planos. Muitos perderam os direitos legais sobre as suas propriedades, “sendo praticamente expulsos de suas casas, para dar lugar às construções modernas às ruas e praças largas e avenidas urbanizadas, possibilitadas com as retiradas de becos e de construções de aspectos rurais” (CAVALCANTI, 2000, p.71). O referido autor ainda acrescenta que a cidade de “Campina Grande seria como uma mulher”, que nos anos de 1930 e 1940 foi conduzida à modernização e ao progresso, “sendo Vergniaud Vanderley um dos principais responsáveis por suas mudanças, atuando como um cirurgião” que com seu bisturi e fundamentado em preceitos burgueses acerca de como deveria se organizar uma cidade.

Na realidade, a cidade estava sendo incluída no que de mais novo existia em termos de urbanização no Brasil. Essas modificações realizadas no espaço físico da cidade foram pensadas tendo em vista o crescimento da população, que sofrera alterações, impulsionados pela possibilidade de emprego.

Conforme a pesquisa de Souza (2013),

Assim como nas reformas de Haussmann, em Paris, e nas reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, ressaltamos que as reformas urbanísticas, em Campina Grande, foram também muito influenciadas pelo ideário de progresso e de modernidade permanente no pensamento de parte das elites e dos governantes da então cidade. Nesse momento, praticamente todas as edificações da cidade do período colonial foram destruídas, a única exceção foi a antiga Casa de Câmara e Cadeia, da primeira metade do Século XIX, onde, na época, funcionava o prédio do Telégrafo Nacional, hoje Museu Histórico da cidade. (SOUZA S. 2013 p.83).

Seguindo esta lógica, os critérios que nortearam a reforma urbanística em Campina Grande basearam-se também no que de novo havia “em termos de plasticidade e estética modernas, fundamentada em preceitos burgueses, acompanhando muitas das prescrições

efetivadas nas capitais mais modernas” (CAVALCANTI, 2000, p.70), mas deixando de lado a valorização pelo estilo colonial dos antigos casarões.

É importante salientar que segundo os preceitos da reforma, almejava-se o embelezamento da cidade, além de tudo, ampliar a capacidade dos fluxos de veículos, algo que vinha se tornando essencial ao crescimento de Campina Grande. Entretanto, é perceptível que a reforma se deu de modo autoritário, impositivo, eivado de violência - a partir dos ideais de modernidade que vinham se estabelecendo no Brasil desde o início do século XX e atingindo diversas cidades do país.

Para os mesmos setores que a legitimaram, esta reforma urbanística¹⁵ se transformou em sinônimo de prosperidade e entrada para o futuro, seria o primeiro projeto de intervenção no espaço urbano da cidade.

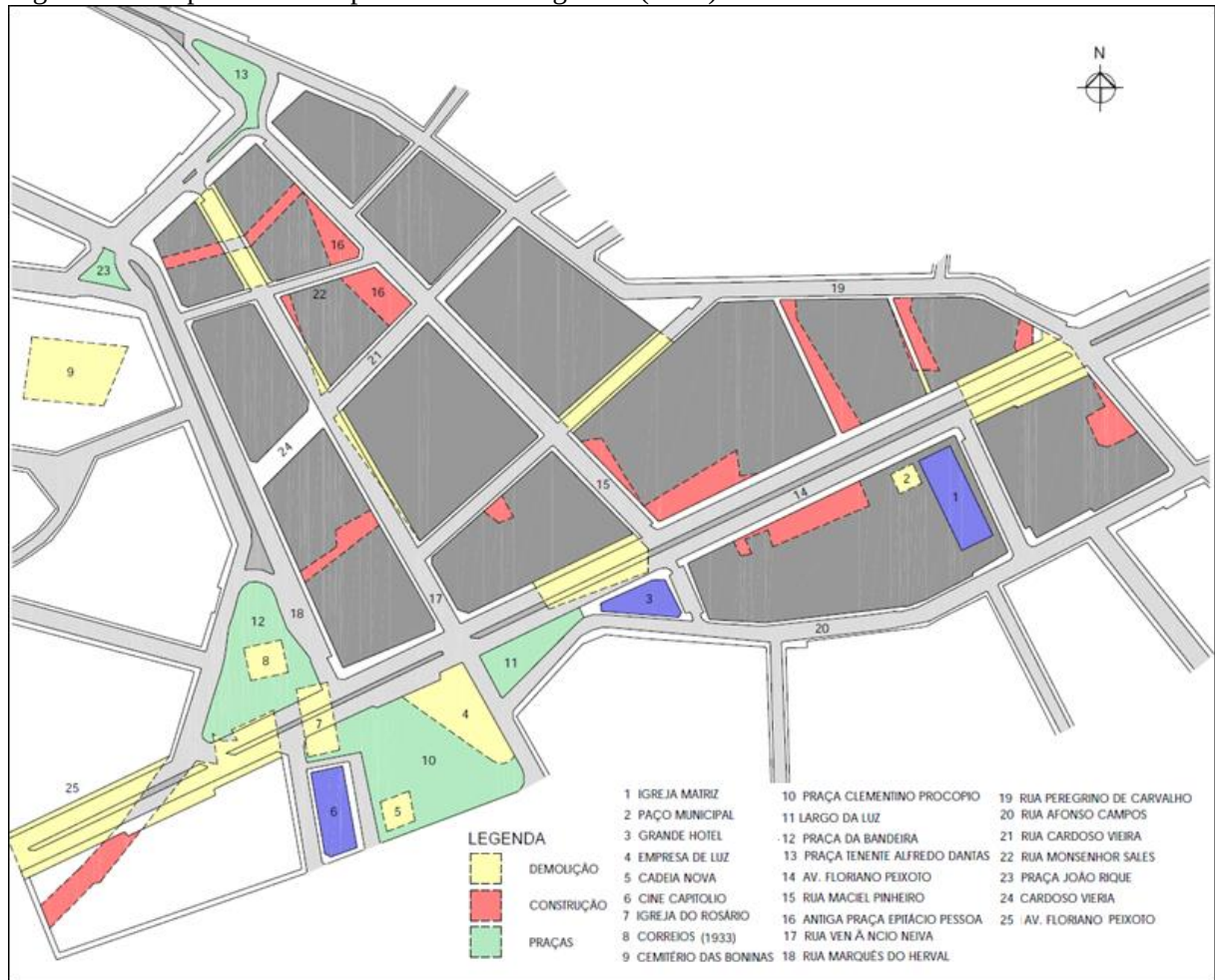
Queiroz (2008) acrescenta que,

Ruas foram alinhadas, reticuladas, drenadas, pavimentadas e arborizadas; avenidas foram abertas usos e classes sociais separados, foram instalados serviços mecanizados de abastecimento de água e coleta de esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi, em boa parte, colocado abaixo para o surgimento de novos edifícios, os recentes subúrbios abertos trouxeram formas aburguesadas de morar. As iniciativas alteraram os usos e as formas da cidade, estabeleceram novos cotidianos entre a rua e a casa, entre o edifício e o urbano, entre o público e o privado. Contudo, usos e formas passadas, ignoradas ou resistentes, sempre encontraram espaços para permanências (QUEIROZ, 2008, p. 17).

Para a execução desses ideais modernos, foram abertas, alinhadas, drenadas e pavimentadas diversas avenidas, além disso foram demolidos inúmeros casarões (Figura 1) em estilo colonial, atingindo não somente a camada mais pobre, como também as elites campinenses que se deslocaram suas respectivas residências a outros espaços da cidade.

¹⁵Marcelo Lopes de Souza (2007, p. 112) define a reforma urbanística como o inverso do espírito da reforma urbana. Enquanto, a primeira se refere a uma remodelação do espaço físico, a segunda está relacionada a uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social.

Figura 1 - Campina Grande após Reforma Vergniaud (1945)



Fonte: MHCG, SEPLAN – CG, Serviço Geográfico do Exército Brasileiro

Esse conjunto de modernizações não só provocou transformações na forma física da cidade, como também impulsionou uma agitação no modo de vida dos cidadãos. Assim, destacamos que caminhões e automóveis movimentaram, ainda mais, as ruas da área central da cidade, reduzindo o número de animais utilizados como meio de transporte (PIMENTEL, 2001). Entretanto, é importante ressaltar que as mudanças não foram tão repentinas e drásticas como pareceram na fala de Câmara (1988). Na realidade, ocorreram aos poucos e foram mais visíveis nas principais ruas do Centro.

A ida ao centro, a partir deste momento, não acontecia com a mesma intensidade de antes - apenas nos dias de feira - mas também no restante da semana, já que alguns moradores dos bairros trabalhavam na área central. Entre o campo e a área central da cidade, ainda não existiam grandes distâncias, nem limites definidos, e os habitantes percorriam diariamente, a pé ou a cavalo, caminhos que os direcionavam dos bairros ao Centro e vice-versa (SOUZA S, 2013).

Quanto à reforma, notamos que a Avenida Floriano Peixoto (Figura 4) foi a mais contemplada com o projeto de urbanização da cidade, sendo remodelada e organizada para ser

artéria principal, com a função primordial de facilitar o deslocamento de veículos e mercadorias, no sentido de atender mais rapidamente possível às demandas dos estabelecimentos comerciais. Assim, como é notável perceber (Fotografia 4), os novos e luxuosos edifícios - Grande hotel à esquerda e a Prefeitura Municipal à direita (1953).

Fotografia 4 - Floriano Peixoto (1953).



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Bastante conhecidas durante a época, também estavam as Ruas Maciel Pinheiro (Fotografia 5) e Cardoso Vieira, as quais se apresentavam como uma área de intensos conflitos, tendo em vista que grande parte dos políticos e comerciantes da cidade residiam nestas ruas e que o espaço também o era local de encontros e sociabilidades (promovidos pela feira, os cinemas Apolo e Fox, teatros, clubes sociais e celebrações religiosas). Em função disto, grandes desavenças foram criadas entre os residentes e os frequentadores da rua com o então prefeito.

Fotografia 5 - Rua Maciel Pinheiro (1930).



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Ao término da reforma, houve uma total modificação das atividades ali existentes. Se antes obedecia a uma lógica residencial, de entretenimento, religiosa e parcialmente comercial, sua dinâmica modifica-se com a execução da reforma urbanística Vergniaund Wanderley. As ruas

tornaram-se permanentemente comerciais e retratadas como um símbolo de modernidade e da própria gestão política.

Corrêa (2011, p. 124) explica que a concentração de atividades econômicas na área central, como o comércio varejista em expansão, é ponto final do processo de distribuição da crescente produção industrial e dos novos serviços, cuja área de mercado, era todo o espaço urbano da cidade, representam a maximização de externalidades.

Com essas novas determinações da reforma urbanística, na rua Maciel Pinheiro (Fotografia 7), alguns proprietários de casarões não conseguiram adaptar as edificações à arquitetura moderna exigida. Então, buscaram outras ruas que se tornaram, durante esse período, locais preferidos pelas elites que foram as seguintes ruas e praça João da Mata, Afonso Campos, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, Vidal de Negreiros e a Praça Antonio Pessoa.

Fotografia 6 - Rua Maciel Pinheiro após a Reforma (1950)



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Em contrapartida, algumas ruas centrais foram se destinando exclusivamente ao comércio, como: “Rua Grande ou Maciel Pinheiro; Armazéns ou Marquês do Herval; Praça do Algodão ou Eptácio Pessoa; Rua Irineu Joffily; Estação da Great Western; Monsenhor Sales ou Independência; Venâncio Neiva (Fotografia 8); Cardoso Vieira e; especialmente, a Rua das Areias ou João Pessoa” (SOUSA, 2006).

Fotografia 7 - Rua Venâncio Neiva (1930).



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Notadamente, a reforma urbanística buscou mudar a paisagem de várias ruas do centro, entretanto a Rua Venâncio Neiva (Fotografia 9) traduziu de forma significativa e arquitetonicamente, a materialização de uma ação de revitalização cujas nuances tinha como objetivo revalorizar o espaço comercial como exigência de uma economia recentemente transformada pela cultura do algodão.

Fotografia 8 - Rua Venâncio Neiva (1946).



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Nesta conjuntura, ainda merece relevância ao papel desempenhado neste mesmo período, à reforma daquela rua que viria a ser, mais tarde, o principal espaço público da cidade, essencial ao comércio, às sociabilidades e formas de entretenimento contemporâneas - a Rua Cardoso Vieira¹⁶ (Fotografia 10), que também foi denominado de Largo da Flórida¹⁷.

¹⁶ Inaugurado sob a denominação de Calçadão Jimmy Oliveira ou apenas “O calçadão”.

¹⁷ Tradicional largo da cidade teve seu nome em alusão à Sorveteria Florida, espaço onde funcionou até os anos 1980.

Fotografia 9 - Rua Cardoso Vieira (1946).



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

Com essas ações, no início da década de 1950, Campina Grande se revela “organizada”, “limpa”, “rejuvenescida”, com ares “moderno e atraente”, pronta para receber os homens do comércio de exportação do algodão e representantes da burguesia da região e de metrópoles (PIMENTEL, 2011). O Município agora dispunha do “Grande Hotel”, (localizado na avenida Floriano Peixoto, um ambiente requintado, amplo e luxuoso), além de outros prédios considerados modernos e suntuosos, como os da Prefeitura e Associação Comercial¹⁸ como também de várias praças que transmitiam uma imagem de modernidade.

Contraditoriamente, inúmeros paraibanos sertanejos que deixavam o campo e viam na cidade uma possibilidade de crescimento financeiro ou de sobrevivência, passaram a viver em condições precárias, em habitações sem mínimas condições higiênicas e superlotadas (SOUZA, 2013). Além do mais, grande parte da população da cidade não estava incluída nesta reforma, que teve no centro comercial, restritamente, o palco privilegiado das ações municipais.

Diante de intensa procura pelo algodão herbácea arbórea no período que sucedeu à segunda guerra mundial, a cidade ascendeu à posição de terceira praça algodoeira do mundo. Contudo, a praga do Bicudo¹⁹, a crise da indústria têxtil nacional, a ausência de um porto apto a receber grandes navios que fosse eficiente na Paraíba, a competitividade com o Estado de São Paulo, o ingresso de outras empresas estrangeiras no mercado internacional, avanços nas pesquisas de produtos sintéticos a base de petróleo como o poliéster, além de outros fatores de ordem econômica, baixaram significativamente o preço deste produto, tornando-o quase inviável economicamente (ALMEIDA, 1979).

¹⁸Em 1926, o empresário Demóstenes Barbosa fundou a Associação Comercial de Campina Grande (ACCG), sendo o primeiro presidente da entidade. Ele também foi vereador e presidente da Câmara Municipal, chegando a assumir interinamente a Prefeitura. Residia em um palacete que fora demolido para construção da atual agência dos correios.

¹⁹ O Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros.

1.4 Uma nova dinâmica a área Comercial e as políticas públicas de revitalização do centro.

Já nos últimos anos da década de 1960 trouxeram uma novidade para o comércio varejista de Campina Grande que foi o surgimento dos primeiros mercadinhos, sendo o mercadinho Dom Dom pioneiro nessa nova modalidade varejista (COSTA,2003). A “novidade” reproduzia uma uma lógica de comercialização, cuja origem era externa ao lugar, mas dispunha do atrativo e da força que é típica das atividades hegemônicas. Ou seja, a capacidade de se impor ao lugar e criar novas estruturas, com tendência a controlar e absorver as atividades comerciais pré-existentes.

Com efeito, o período que vai do pós guerra até finais dos anos 1960 é percebida uma tentativa de industrialização da cidade, já que sua função industrial não possuía papel expressivo, pois se destinava, principalmente, a produção de couro/pele, têxtil, bebida, sabão, alimentos e beneficiamento do algodão. Fato este, que levou à Federação das Indústrias do Estado da Paraíba a fixar sua sede na cidade. Depois deste período, Campina Grande passou a desenvolver seu comércio atacadista com forte atuação em termos de região e no desenvolvimento da cidade. Na mesma dinâmica, os bancos se espalharam, intensificando/auxiliando o comércio regional e passavam a ter capital próprio.

Na década de 1970 começaram a surgir mais supermercados. Inicialmente, instalaram-se na área central e, depois, foram direcionados para as principais avenidas dos bairros. De acordo com Diniz (2004), diferentemente dos mercadinhos e das tradicionais bodegas, os supermercados impuseram um novo jeito de negociar na cidade, pois passaram a concentrar, em um só local, diversos produtos que antes se encontravam dispersos em vários estabelecimentos comerciais (açougue, padaria, etc.), e ao expor os produtos em prateleiras, acabaram com a relação de negociação entre consumidor e vendedor. Da mesma forma como se propagaram os supermercados, a feira central de Campina Grande foi descentralizada, o que favoreceu, na década de 1980, a criação das feiras de bairros e o crescimento do comércio informal, que passou a invadir as principais ruas da área central (COSTA, 2003).

Simultanemanete, em 1972, a Prefeitura de Campina Grande passou se preocupar com o problema da reorganização do espaço urbano, em que através de estudos realizados por diversos especialistas de várias áreas de conhecimento (economistas, geógrafos, sociólogos, arquitetos, administradores, engenheiros, urbanistas) que procuraram apontar e corrigir o seu traçado projetando sua expansão, com objetivo de “melhorar a qualidade de vida urbana” e a sua funcionalidade. Assim, o projeto urbanístico denominado CURA foi proposto tomando-se como

base o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), elaborado em 1972 e que passou por um processo de atualização pela COMDECA²⁰ (entidade responsável por elaborar um plano capaz de integrar definitiva e acertadamente Campina Grande ao processo desenvolvimentista nacional).

Como parte deste projeto, em 1982, através do Programa CURA II²¹, foram construídos mais três espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário no mesmo estilo: os Calçadões das Ruas Sete de Setembro; Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro. Juntos, os quatro Calçadões cumpririam o objetivo de dotar a área urbana de Campina Grande, o centro especificamente, com espaços voltados às atividades culturais e recreativas.

No mesmo período, ainda mereceu atenção as mudanças implementadas no espaço público que inicialmente foi denominado Rua Cardoso Vieira, mais tarde foi chamado Largo Flórida, cujo papel, sempre foi um dos principais espaços públicos da cidade, como também essencial às sociabilidades, formas comércio e de entretenimento contemporâneas. Desta feita, a construção do Calçadão da Cardoso Vieira (obra de 1975 na gestão do prefeito Evaldo Cruz (1974-1976), foi descrita por jornais locais como a mais importante reforma no espaço do cotidiano da cidade.

Palco privilegiado e espaço representativo das mudanças de sociabilidades da cidade, embora não tenha sido pensado com esse propósito, o Calçadão da Cardoso Vieira, assim como demais ruas transformadas em calçadões restaurados, seriam mais tarde espaços de resistências dos por parte de camelôs e ambulantes.

A década de 1980, por fatores relacionados às crises do emprego formal, foi marcada pela ocupação das ruas centrais da cidade por parte dos camelôs. Fenômeno que mereceu a atenção e estudos sobre o tema, observando que o comércio ambulante se intensificava nos meses dos finais do ano, culminando as festas de natal e ano novo (BARROS, 1987), (COSTA, 2003). Na mesma década, houve uma grande expansão das ruas centrais pelos camelôs, que segundo a imprensa campinense, causaram inúmeros problemas ao comerciantes locais.

Durante a década de 1990, estas ocupações se intensificaram, porém não foram mais realizadas nos calçadões, já que estes tinham sido removidos pela Prefeitura Municipal, sob a

²⁰ COMDECA (Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande) Órgão municipal criado em 1969 no Governo Newton Rique, que dentre outras competências objetivava a promoção dos estudos globais, locais e setoriais de interesse para o planejamento das atividades do Governo Municipal de Campina Grande. Nos anos 1980, a empresa foi substituída pela COPLAN (Coordenadoria de Planejamento).

²¹ Programa CURA II (Comunidade Urbana Recuperada Acelerada), baseado em estudos e projetos especificamente voltados às obras viárias, que tinha como objetivos racionalizar o uso do solo urbano, melhorar os serviços básicos e as infra-estruturas da cidade, além de redesenhar a cidade com a abertura de avenidas largas, pavimentação de novas ruas, abertura de novas artérias para o escoamento do tráfego.

justificativa da execução do Projeto de Revitalização do Centro²² que culminou na abertura destes logradouros ao trânsito de veículos.

Em sua tese, entende Carvalho (2011) que:

Esta extinção é observada como uma estratégia do poder público em retirar os ambulantes do centro da cidade pela recorrência de um discurso segundo o qual tal medida teria consensualmente equacionado problema percebido pelo poder público como o maior do centro da cidade os ambulantes e sua prática econômica (CARVALHO, 2011 p.188).

Na visão política do momento, inclusive repercutida pelos meios de comunicação de momento, o problema na área central, estaria resolvido com uma simples ação urbanística – desobstrução das vias calçadas. Entretanto, mesmo diante destas limitações existentes, as calçadas e as ruas centrais continuaram sendo ocupadas pelo comércio informal (Figura 2) e deixaram – significativamente - de ser utilizadas pelos pedestres, tendo em vista que estes espaços passaram a ser disputados intensamente entre os comerciantes informais (Figura 3), (COSTA, 2003).

Figura 2 - Ocupação do espaço público.



Fonte: Jornal da Paraíba, 20 set.1999.

Essa situação, de disputa territorial pelas calçadas das ruas centrais, permanecera até meados do ano 2000, quando depois de muita luta e discussões envolvendo a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), CDL e Associação Comercial e pequenos comerciantes foram propostas algumas alternativas. Contudo, a materialização das ações na área central teria mais prevalência aos grandes comerciantes como veremos a diante.

²² O projeto de revitalização do Centro, formalmente conhecido por “Campina Grande Déco”, foi lançado em outubro de 1996, chegando à sua execução plena com a retirada dos ambulantes dos principais pontos do centro da cidade em janeiro de 2002. Para tanto foi projetada a criação de locais específicos onde os ambulantes deveriam estabelecer suas práticas econômicas — as Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre (ARCCAS) e o Shopping Centro. Além disso, o Projeto Campina Grande Déco propunha a recuperação e revitalização de 150 prédios em estilo art déco localizados no mesmo bairro.

Figura 3 - Transeuntes e comerciantes disputando espaço público.



Fonte: Jornal da Paraíba, 31 Maio.2001.

Esse processo culminou com a transferência dos ambulantes para as ARCCAS e o Shopping Centro Edson Diniz. Para esse propósito foram desapropriados três imóveis, todos localizados na principal Avenida da cidade Floriano Peixoto — onde se construíram duas ARCCAS (Catedral e Titão) e o Shopping Popular Edson Diniz. Este último, no prédio, funcionou a LOBRAS (Lojas Brasileiras).

Quanto aos demais comerciantes “informais” que não foram relocados, estando desterritorializados, procuraram a rua João Pessoa, sob o protesto dos comerciantes locais. Outros ambulantes passaram a perambular pelas ruas da cidade conduzindo pequena quantidade de mercadorias nas mãos ou pequenos tabuleiros, geralmente bombons, cigarros, materiais escolares ou outros produtos sazonais, mesmo tendo as ruas se tornado territórios proibidos para a prática do comércio “informal”, tem sido comum, ao final do dia, nas ruas centrais a presença de ambulantes com produtos perecíveis, tais como frutas e verduras, em carroças, provavelmente ex-camelôs relocados que burlam a fiscalização municipal (COSTA, 2003), (DINIZ, 2004).

Neste sentido, com a provável promessa de retirada dos camelôs e ambulantes das ruas para os shoppings e ARCAAS populares, houve uma mudança potencializada pelo Estado, permeada de interesses privados com discurso da revalorização, mas moldada pelo conteúdo econômico articulado à reprodução do capital no espaço urbano.

Podemos perceber, enquanto concepção estratégica que, a “eliminação” dos ambulantes e camelôs da área central, iniciou em julho de 1993, quando foi lançada a primeira proposta de revitalização do centro comercial, que teve por slogan “O Centro Aberto é Negócio Certo” e que este programa consistiu na reabertura e retirada dos ambulantes dos Calçadões das Ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e a reforma do Calçadão da Cardoso Vieira, todas com o intuito de proibir a permanência dos ambulantes nestes espaços.

Em consonância a este propósito tinha sido lançado em outubro de 1996 o Projeto Campina Grande Déco²³, chegando à sua execução plena com a retirada dos ambulantes dos principais pontos do centro da cidade em janeiro de 2002. Para tanto foram projetados a criação de locais específicos onde os ambulantes deveriam estabelecer suas práticas econômicas (ARCCAS e o Shopping Centro).

Neste contexto, o Projeto Campina Grande Déco objetivou mudar o perfil urbanístico do centro, associando a intervenção e recuperação das fachadas de edificações remanescentes ao período Déco do gestor Vergniaud Wanderley. Essa concepção envolveu todo um trabalho de resgate e preservação dos casarios em art déco na tentativa de transformar o centro histórico em local de permanente visitação, no qual os camelôs já estariam disciplinados “no seu devido lugar”. Isso, em resumo, estabeleceu a linguagem simbólica de ocupação espacial, em nome de uma imagem que teve por discurso a necessidade de revitalizar o centro pelo consumo do seu patrimônio histórico (CARVALHO, 2011).

Tal como foi colocado nos objetivos do projeto, foi executada a desobstrução das calçadas com a padronização em várias ruas da artéria central, colocação de cabos e dutos subterrâneos para a instalação de rede elétrica, saneamento básico e telefonia com cabos de fibra ótica (apenas na Maciel Pinheiro), além do disciplinamento do comércio ambulante.

Revitalizar o centro, em conjunto com outros investimentos naquele momento realizados na cidade (Shopping Iguatemi, instalação da Coteminas Embratex, Companhia de Tecidos Norte de Minas e outras novas indústrias), segundo a imprensa local, tornou-se sinônimo de “fazer o centro reviver” e Campina Grande “se reencontrar consigo mesma em sua vocação econômica”, cultural e com o desenvolvimento desejado por segmentos do comércio.

Conforme as palavras do então secretário de planejamento (Fernando Catão), o desenvolvimento, assim como a necessidade de reviver o centro tornou-se uma máxima em sua gestão e isso tudo foi feito com base no disciplinamento dos ambulantes.

O Secretário (...) considera que a transformação do centro de Campina Grande em pólo de atração comercial e cultural, somada a adventos como a inauguração do Shopping Iguatemi, além da criação das Áreas de Livre Comércio (ARCCAS) (sic), exercerá papel preponderante na alavancagem do desenvolvimento da cidade. Na opinião de Catão [Então Secretário de Planejamento], a revitalização deve observar uma questão importante: o centro também precisa reviver. Isso significa que essa

²³ O Projeto Campina Grande Déco propunha a recuperação e revitalização de 150 prédios em estilo art déco localizados no centro da cidade. Conjunto este que no passado transformara a fisionomia da cidade, com a demolição de inúmeros prédios em estilos colonial, clássico e neoclássico.

área deve ser transformada em área de ponto de aglutinação e lazer noturno. (...) A transformação será iniciada em breve (sic)²⁴.

Ao adjetivar o patrimônio histórico da cidade como pólo de atração comercial e cultural que precisava ser revivido até noturnamente, a retórica do poder público consolida a imagem do projeto de revitalização, mas sendo fortemente marcada pela tentativa de expulsar os ambulantes por meio do discurso da alavancagem do desenvolvimento das áreas centrais.

É perceptível a imagem discursiva que o poder público projetou na cidade, pela precisão em atribuir a permanência dos ambulantes espalhados pelo centro à necessidade de limpeza, já que pela pretérita paisagem, tida como indesejável, seria um empecilho ao desenvolvimento do comércio e uma dificuldade a mais ao próprio projeto de revitalização (CARVALHO, 2011). Com isso, a realocação dos ambulantes representou, a recuperação desse passado atualizado pelos agentes (públicos e privados) como recurso de uma fase dourada da cidade, referente à nostalgia dos governos de Wegniaud Wanderley, mas que agora tinha uma conotação bem diversa.

Com a retórica do crescimento da atividade turística, cujo lema “centro aberto negócio certo”, os agentes públicos e privados, mais interessados no disciplinamento do centro, tiveram no projeto Campina Déco uma alternativa viável aos seus preceitos. Assim, conforme o recorte do Diário da Borborema (1999), percebemos o discurso proferido pelo Prefeito da época,

Campina Grande estará de cara nova (...), no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Prefeito (...) fez a apresentação do Programa de Revitalização (sic) aos comerciantes da cidade. O Programa abriga vários projetos que podem garantir a inserção da cidade na rota do turismo permanente (...). Mas, o primeiro passo, considerado prioritário, é o projeto das Arccas(sic)(Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre), com a transferência dos vendedores ambulantes para áreas específicas de comercialização, desafogando as calçadas do Centro de Campina, que hoje estão intransitáveis. O projeto das Arcas prevê a construção de seis[06] Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre,(...).Em todas as Arcas haverá quiosques fixos e barracas desmontáveis que serão financiados pelos próprios ambulantes. O projeto prevê a relocação de 800 camelôs.²⁵

Em tom de conciliação e justificativas aos comerciantes tradicionais da cidade, o então prefeito Cássio Cunha Lima apresentou o programa de revitalização do centro perante a Comissão de Dirigentes e Lojistas (CDL) e suas características peculiares, dando ênfase às potencialidades turísticas da cidade promovidas pela acessibilidade das ruas e calçadas centrais,

²⁴ FERNANDO Catão sugere união em defesa da Borborema. Diário da Borborema (Caderno Cidades). Campina Grande. 16 março de 1999.

²⁵ CIDADE terá cara nova até fevereiro de 2000. Diário da Borborema, Campina Grande. (Caderno Cidades). 24 de abril de 1999.

dando destaque ao autofinanciamento dos boxes e ao fato de que, a partir de agora, os pequenos comerciantes seriam fixos, sem provavelmente atrapalhar os outros.

As intencionalidades, do gestor público, revelam que o comércio mais tradicional (hegemônico), por sua força histórica, necessitaria ter mais evidência, em contraposição ao comércio popular, que deveria ser disciplinado ou limitado. No entanto, é interessante perceber como o ambulante/camelô resistiria aos ideais representados como política de revitalização do centro.

Cabe aqui lembrar que em 1995 já havia sido criado o Fórum Permanente de Estudos e Debates sobre Campina Grande. Este, idealizado pelo Jornalista Geovaldo de Carvalho, apoiado por Edvaldo do Ó e retomado pela Associação Comercial. O Fórum não alcançou os objetivos esperados que dentre os quais colocava contribuir para extinção do comércio informal na cidade. Na visão do jornalista:

Se revitaliza um centro, desmontando tendas árabes e quinquilharias (...) que macula a visão urbana, com dinheiro e coragem. Salvo engano, a prefeitura parece que reuniu os dois ingredientes básicos e vai partir para a luta. A relocação dos camelôs do centro da cidade para uma área específica vem em boa hora. No status quo, pedestre não tem mais calçadas e as lojas centrais não tem vitrinas (sic). Tudo anda tomado pelo comércio irregular, tocado e alimentado pelo argumento de que cada um tem que lutar pela sobrevivência. No casos dos camelôs, eles sobrevivem, mas matam o comércio estabelecido, impedido de expor seus produtos, exibir sua fachada, mostrar, enfim, a sua cara de legalidade, só então reconhecida na obrigatoriedade e recolhimento de seus impostos²⁶.

A respeito dessas ações e por esse objetivo foi implantado em 1997 o Fórum de Debates Vergniaud Wanderley que, enquanto espaço e instrumento de participação, inaugurou sob bases conflitantes os enfrentamentos reveladores no espaço urbano de Campina Grande. O Fórum foi criado como locus de intervenção pública e política na cidade, uma instância deliberativa composta em sua maioria por entidades e representantes do comércio que incorpora o Campina Déco como conteúdo e, por esse intuito, reforça o objetivo de “recuperar a paisagem” do centro da cidade pelo uso econômico e seu patrimônio déco.

Essa imagem desejada de um centro limpo, organizado e arquetonicamente planejado foi representada como proposta de revitalização, cujo apelo para realocação dos ambulantes tornou-se como um consenso construído, segundo o qual seria a solução de “problemas urbanos históricos”.

²⁶ CARVALHO, Geovaldo. Revitalizando o centro. Diário da Borborema, Campina Grande. 28 fev.1999.

Entretanto, efetivamente, a adesão de Campina Grande ao projeto art Déco por parte de segmentos do comércio (Associação Comercial e Câmara de Diretores Lojistas) não se deu, conforme esperado pela PMCG, tendo em vista os inúmeros problemas e conflitantes interesses que surgiram.

Além disso, o final do século XX e o início do XXI ainda seriam marcados por intensas mudanças provocadas pelo comportamento do comércio mundial que viriam a interferir diretamente na dinâmica da área central desta urbe e nos seus bairros adjacentes.

Nesta perspectiva, como forte tendência do período, as principais vias avenidas da cidade que passaram sediar vários estabelecimentos comerciais/serviços dos mais variados ramos possíveis. Nestas ruas e avenidas (Avenida Brasília, Manuel Tavares, Almirante Barroso, Almeida Barreto, Elpídio de Almeida, Vigário Calixto, Santo Antônio, Campos Sales, Assis Chateaubriand) foram instaladas estruturas necessárias às montagens de lojas que realizam autosserviço²⁷ - constituindo novos mecanismos - que foram implantados no setor comercial de bairro em função da necessidade de acompanhar as novas tendências mercadológicas e os novos hábitos de consumo da sociedade hodierna (DINIZ, 2004).

O marketing/publicidade aliado ao capital hegemônico vem lançando grandes investimentos no sentido de poder escoar a produção para o consumo e simultaneamente consolidar redes de comércio a varejo e/ou atacadistas, fazendo com que o pequeno comércio perca gradativamente sua importância histórica. No entanto, as permanências ou coexistências continuam a fazer parte do cotidiano materializadas, às vezes, através dos conflitos pelo uso do espaço.

Além dos instrumentos de difusão da propaganda para o grande consumo, o desemprego, produto da crise que assolou o país no mesmo período, consolidou a invasão das ruas centrais de Campina Grande pelos camelôs e assim como em outras cidades, passou a ser questão polêmica e de difícil solução para os gestores. Na medida que a população reclamou a devolução das calçadas e que os grandes comerciantes se sentiam prejudicados em seus negócios, havia por outro lado a necessidade de repensar numa parcela da população, que diante da falta de oportunidades, tinha naquele comércio a alternativa viável de obter renda (COSTA, 2003).

O fechamento das fábricas e o conseqüente desemprego foram outros grandes responsáveis pelos males que passaram a afligir a cidade no período assim como saúde, educação, moradia e criminalidade. Ressalta LIMA (1996) que o crescimento das atividades

²⁷ Em estudos sobre a atividade comercial em Portugal, este moderno método de venda, representado pelo livre serviço ou autosserviço, método que consiste no livre acesso direto do consumidor às mercadorias expostas nas prateleiras/freezers/estantes, com o pagamento realizado nos caixas perto das saídas dos estabelecimentos, constitui a mais avançada forma de mercadejar na atualidade (Salgueiro, 1996).

“informais”, se tornaram mais evidentes neste período como alternativa de sobrevivência para a população em idade de se trabalhar mas, sem oportunidades de inserção no mercado formal de empregos.

Reforça Diniz (2004) que,

O problema do desemprego nas cidades contribui, portanto, para o crescimento das atividades do circuito inferior da economia urbana de muitas nações, com destaque para o pequeno comércio, sobretudo, do comércio dito “informal”, como é assim definida por muitos pesquisadores, a atividade dos ambulantes e camelôs das ruas centrais das cidades (DINIZ, 2004 p. 79).

Além do desemprego, o autor ressalta o registro grandes perdas no parque fabril da cidade, pois importantes firmas fecharam neste período, deixando milhares de trabalhadores desnorteados. O fechamento de várias indústrias acarretou também na queda do comércio, principalmente do atacadista, que era procurado pelos comerciantes para abastecer as cidades do interior (DINIZ, 2004). O crescente desemprego na cidade afetara tão fortemente o seu comércio que provocou o declínio no consumo e, conseqüentemente, o fechamento de muitos outros estabelecimentos comerciais.

Cavalcanti (1983) afirma que o crescimento do setor “informal” é impulsionado por uma grande massa da população desempregada que não consegue alcançar os requisitos de qualificação impostos pelas grandes firmas modernas.

Para Santos (2008),

O atual modelo de crescimento econômico é responsável por uma distribuição de rendas cada vez mais injusta que impede a expansão do emprego, assim como o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos. A existência do circuito inferior²⁸ da economia urbana é uma das conseqüências principais dessa situação (SANTOS, 2008, p. 147).

Dessa forma, Santos (2008) e Singer (2006) concordam que o comércio popular, na atualidade, vem se caracterizando por ser uma conseqüência da forte concentração de renda nos países subdesenvolvidos que acarreta na ausência de oportunidades no *circuito superior* da economia. Com isso, atividade autônoma busca enfrentar o desemprego, a grande carga tributária, reagindo aos limites da urbanização capitalista, aos baixos salários, cada vez mais

²⁸ Segundo SANTOS (2008) ao estudarmos a sociedade urbana moderna, sobretudo nos países subdesenvolvidos temos que considerar a existência de dois circuitos da economia. Um circuito que é resultado direto das modernizações, que obedece a uma lógica externa e cujo comando geralmente extrapola o lugar e um outro circuito que é o resultado indireto das modernizações, que atende a população pobre com as mesmas necessidades de consumo, mas que não tem condições de satisfazê-las, é, portanto um circuito que privilegia as relações com a região. São respectivamente o circuito superior e inferior da economia.

presentes, principalmente nos países pobres que compõem o atual sistema capitalista global criando novas possibilidades de inserção social.

Assevera Diniz (2004) que este setor representa, ao mesmo tempo, uma forma de realização pessoal, como também uma fonte de sobrevivência, de “bem-estar” econômico, tão almejada pelas populações de baixa renda.

De uma forma geral, veementemente, a fase de transição do último século seria marcado por intensos conflitos, tendo em vista a proliferação dos camelôs nas ruas centrais de Campina Grande. Neste período o tema “revitalização” enquanto discurso e prática surge através de um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele. A revitalização, aparentemente, também produz a assepsia dos lugares como discurso e prática, na medida em que o “degradado” aparece na paisagem como pobre, sujo, feio, exigindo sua substituição pelo aceitável rico, limpo, bonito que são características que não condizem com a pobreza (CARLOS, 2007), conforme foi visto até aqui.

Portanto, diante das dinâmicas e conflitos na área central - permeados com esses modelos de intervenção pública impostas pelo Estado sob o signo do higienismo - podemos até o presente momento observar uma relativa centralização²⁹ dos investimentos centro comercial da cidade que, desde as reformas urbanísticas “Vergniaund Wanderley”, privilegiou e continua privilegiando o grande setor mercantil com instalações voltadas à reprodução do capital, em detrimento do espaço público e sem levar em conta a participação popular.

²⁹ CORRÊA (2011) e LENCIONI (2008): afirmam que a Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado. A concentração para o autor, não merece um destaque à parte, embora, para ele, a Área Central da cidade seja caracterizada pela concentração física de atividades nesta área. Dessa forma, a concentração é um produto da centralização, mas esta independe da primeira.

CAPITULO 2 - CENTRO, CENTRALIDADE E ÁREA CENTRAL DE CAMPINA

O presente capítulo faz uma discussão sobre a corrente teórica Estruturalista, (escola de Chicago ou Ecologia Urbana) e a Escola Francesa (Clássica) abordando os aspectos envolvendo a estrutura e estruturação urbana, na qual o centro e a centralidade exercem preponderância significativa.

Na realidade, compreende-se – aparentemente – que o estudo da centralidade urbana se consolida em íntima relação com a própria noção de estrutura e estruturação urbana, na medida em que, as modificações e rupturas que se processam no tempo. Assim, Estrutura e estruturação são conceitos inerentes às diferentes disposições de seus respectivos arranjos ou forma de organização espacial e suas articulações/interações entre o centro e seu espaço intra-urbano.

Partindo desse pressuposto dialético, esta etapa de análise é essencial, na medida em que busca fundamentar a importância do estudo, tendo como referência, a estruturação promovida pela consolidação de novas expressões de centralidade que transformam o sentido interpretativo da cidade e do centro.

Depreende-se, enquanto uma reflexão preliminar, que as cidades médias revelam uma recentemente estrutura urbana, decorrente do processo de reestruturação e, apresenta além de uma nova expressão de centralidade, um centro tradicional renovado que se redefine e reage para internalizar as externalidades novas expressões de centralidade.

Neste processo de estruturação urbana, encontramos a proliferação de fixos, materializados em políticas públicas, onde o centro apresenta continuidades, descontinuidades ou rupturas, em que incidem modificações, a exemplo dos projetos de revitalização e/ou requalificação.

É neste contexto de intervenções que o centro de Campina Grande foi palco ações, questionáveis, elaboradas pela COMDECA (Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande) que ficou responsável por promover estudos globais, locais e setoriais de interesse do planejamento do Municipal de Campina Grande. Além disso, a execução ficou a cargo do PDLI (Programa de Desenvolvimento Local Integrado), auxiliado, pelo Programa Nacional Cidades de Porte Médio (PNCMP), que tiveram o objetivo de criar espaços públicos denominados - Áreas para Fins Recreativos (APFR's).

Assim, é sob esse prisma que o capítulo se debruça, tentando responder como o espaço público vem sendo tratado aos olhos dos atores que o produzem e sob quais circunstâncias ele vem sendo produzido na área central desta cidade.

2.1 Centro e Centralidade: um breve debate.

A busca pela compreensão das lógicas que produzem o espaço urbano na contemporaneidade estão entre as tarefas mais curiosas e difíceis sob o ponto de vista científico para geógrafos, arquitetos, sociólogos, historiadores e demais pesquisadores de outras áreas. Mesmo que pareça fácil afirmar que a cidade é produzida por diversos agentes ao longo do processo histórico, ainda é bastante complexo entender como estes atuam no processo de (re)produção do espaço³⁰ urbano, como também investigar quais os interesses, motivações e as contradições inerentes ao processo.

Desde a década de 1980, as cidades médias crescem mais, em termos demográficos e proporcionalmente, que as metrópoles e por isso passaram a ter uma atenção especial por parte dos estudiosos da Rede de Pesquisadores de cidades médias (ReciMe). Tal atenção parte do pressuposto que estas cidades possuem dinâmicas e papéis mais destacados em suas respectivas redes urbanas regionais e no sistema urbano nacional.

Nesta perspectiva, o processo de redefinição da centralidade urbana nas cidades médias brasileiras tem sido bastante investigado nas últimas décadas. Essas investigações vem sendo orientadas dentro da perspectiva dialética, tendo em vista que esta nos proporciona uma leitura tanto no nível teórico quanto prático, possibilitando a apreensão do fenômeno urbano contemporâneo em diversas dimensões – econômica, política, social e cultural – e nas suas mais variadas escalas geográficas – local, regional, nacional e internacional (PEREIRA, 2014).

Se por um lado temos uma realidade urbana que denota aspectos de similaridade e particularidade referente a outras cidades médias brasileiras, como a chegada de investimentos internacionais nos ramos de comércio e serviços, temos uma atuação tímida por parte dos geógrafos na tentativa de entender como os agentes públicos facilitam e/ou impedem, através das políticas locais, os processos urbanos inerentes à estruturação da cidade. Na realidade, os agentes públicos, enquanto regulador do crescimento e expansão urbanos, possuem uma colaboração importante no processo de estruturação do espaço na medida em que, seus órgãos ou através de intervenções públicas, produzem infra-estrutura necessária como também podem emitir licenças, pareceres, autorizações, tipos de zoneamento urbano e etc (CARLOS, 2007).

³⁰ O processo de reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, contínuo e descontínuo, apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do Estado em função das contradições decorrentes do próprio processo (CARLOS, 2007, p.73).

Seguindo por essa linha de raciocínio, sabemos que a cidade em seu tecido urbano se apresenta dividida, através da esfera da produção. Possui uma desigual distribuição de fenômenos em suas distintas parcelas do seu território, configurando-se uma articulação intra-urbana que tende a tornar-se diferenciada e segmentada. Sendo assim, determinados espaços da urbe que dispõem de maior centralização/concentração de atividades que podem ou não expandir suas respectivas áreas, já que possuem maior poder de articulação no espaço intra-urbano. Com isso, estes novos espaços exercem atração sobre as demais parcelas do tecido urbano, podendo constituir-se enquanto centralidades urbanas, compreendendo uma área significativa com capacidade de gerar e manter não apenas os fixos³¹ (comerciais/serviços portos, aeroportos, instalações) como os fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias etc).

Neste contexto, as questões que envolvem o centro e a centralidade intra-urbana, devido sua relevância ao entendimento das cidades, têm sido debatidas por correntes teóricas que apresentam certas distinções entre si. Estas correntes pautam suas análises basicamente sobre o conceito de estrutura e estruturação urbana, embora possam apresentar certa proximidade em seus fins, trazem divergências importantes.

No primeiro grupo de teóricos, encontram-se os pesquisadores filiados à Escola Estruturalista de Chicago (OLIVEIRA JR, 2008). Esta escola apresenta algumas divergências teóricas quanto a análise das estruturas urbanas, na medida em que entende o centro como algo fixo, preocupando-se com a forma e com a localização, “procurando realizar uma minuciosa descrição das áreas em estudo, visando evidenciar o padrão de concentração, estabelecendo modelos que dêem conta de explicar a forma de espaço urbano” (SILVA, 2001, p. 108).

Ainda de acordo com Silva (2001), a principal divergência entre essas duas escolas encontra-se nas críticas formuladas pela Escola Francesa Clássica aos estudos de pesquisadores da Ecologia Urbana. As críticas decorrem da constatação de que os estudos da Ecologia Urbana se concentram demasiadamente na formulação de modelos em detrimento da realização de estudos sobre a gênese histórica e sobre as características físicas da área em análise.

O segundo grupo de teóricos é caracterizado por realizar um debate acerca da centralidade que deve ser entendida a partir dos fluxos que geram de pessoas, de automóveis, de centralidade intra-urbana a partir do conceito de estruturação urbana. Este conceito não se limita exclusivamente na descrição e interpretação das formas e equipamentos que se encontram fixos, mas compreende a relevância do debate acerca dos fluxos que se encontram em movimento no

³¹ Para utilização dos termos “fixos” e “fluxos” consideramos o primeiro como toda construção ou equipamento, seja privado ou público com fins sociais, culturais, religiosos, econômicos capaz de gerar fluxos, sendo que este equivale à livre circulação de mercadorias, pessoas, informações, automóveis (SANTOS 1991, 2014).

território. Assim, esta perspectiva analítica tende a considerar que “a centralidade deve ser entendida a partir dos fluxos que geram pessoas, automóveis, capitais, de decisões, de informações, sobretudo, mercadorias (SILVA, 2001).

Nesta direção, compreende-se que o estudo da centralidade urbana se consolida em íntima relação com a própria noção de estrutura e estruturação urbana, das modificações e rupturas que se processam no tempo. Tais conceitos que dizem respeito às diferentes disposições arranjos ou forma de organização do espaço em suas respectivas articulações e interações entre o centro e diversas parcelas do seu território.

Relacionando centralidade e estrutura(ção) urbana, Castells (1983) aponta que a centralidade constitui-se como elemento fundante das articulações entre os demais elementos que compõem a estrutura urbana, sendo, a centralidade, permeada por um conteúdo social, ao mesmo tempo em que se apresenta como um local geográfico. Assim, a centralidade expressa, ao mesmo tempo, um conteúdo e uma forma, posto que materializa desdobramentos do centro em sub-centros, dentre outras possibilidades da centralidade.

Cabe aqui mencionar uma discussão levantada ainda por Castells (1983) acerca dessa estruturação do espaço urbano, na qual é necessário compreender que o espaço urbano é estruturado e isso implica em compreender que este espaço não se (re)organiza ao acaso, mas a partir de determinações e conflitos de interesses. A partir desta condição precedente, pode-se entender que a estruturação do espaço faz-se constituída do resultado (sempre inconcluso) dos embates vislumbrados na organização econômica, social, política e os interesses dos grupos sociais dominantes, como na própria dialética empreendida e resultante de outro embate, este entre os fatores internos e externos à cidade.

Partindo desse pressuposto dialético, essa etapa de análise é essencial, na medida em que busca reafirmar a relevância do estudo do espaço a partir da reestruturação promovida pela consolidação de novas expressões de centralidade em cidades médias, particularmente na cidade de Campina Grande – PB, tendo em vista também que o processo estruturação ou de produção do espaço caminham paralelamente à aplicação das políticas públicas.

Portanto, para compreender o processo de estruturação urbana é necessário realizar o esforço reflexivo no sentido de revelar a profunda articulação existente nos conteúdos, práticas individuais e coletivas em distintas parcelas da estrutura como no processo de reprodução do espaço urbano que também está susceptível às rupturas e permanências expressas ao logo da história. Desvelando, também, os conflitos, as contradições que se materializam ou se ocultam no espaço, produzindo a cidade sempre associada à determinadas racionalidades e conflitos de interesses.

Enriquecendo a discussão sobre estruturação e centralidade, afirma Santos: “os quatro níveis regional e local, nacional, e mundial são interdependentes” (SANTOS, 2007, p. 123), embora possamos dar mais ênfase a um deles, segundo o enfoque escolhido. Como o enfoque escolhido aqui é o da estruturação do espaço urbano de uma cidade particular, estamos falando daquilo que se caracteriza como história da cidade, da qual o centro e a centralidade fazem parte (SANTOS, 2007).

Diante disso, sabemos que a concentração de equipamentos, atividades econômicas e serviços em um centro foi e ainda é extremamente necessária, para uma maior dinamização dos fluxos, sobretudo de mercadorias, objetivando que as trocas se realizem de forma mais simples em um espaço especializado. Tal concentração histórica, ao propiciar uma centralização urbana, terminou por implicar numa articulação diferenciada nos usos e apropriação do espaço, alterando a forma de ocupação urbana e tornando-a segmentada (SILVA, 2001), social, econômica, política, cultural e espacialmente.

Por outro lado, é possível perceber que hoje, diante de um reestruturação produtiva ocorrida em várias escalas e levando em consideração que a descentralização de algumas atividades em muitas cidades brasileiras se torna uma realidade, é inevitável a formação de novas áreas centrais ou áreas que possuem atributos de centralidade. Por isso, as novas áreas centrais continuam a se multiplicar numa velocidade considerável, principalmente em cidades médias, cuja dinâmica interna é bem notável.

Nesta perspectiva, se faz necessário compreender e diferenciar as expressões “centro de cidade” e “centro da cidade” que se referem ao centro de uma cidade em particular, isto é, parte da cidade que é caracterizada como sendo o seu centro, enquanto que a expressão “centro urbano” ficará reservada para se tratar da cidade enquanto tal, isto é, da cidade enquanto totalidade no conjunto de uma rede urbana.

Essas expressões “centro de cidade” ou “centro urbano”, contudo, são usados como sinônimos, o que torna confuso sobre o que se quer dizer. Villaça (2009) já alertava para esse problema. Para o autor, os conceitos e as realidades representadas pela expressão centro urbano variam muito, por isso é necessário cautela na interpretação desse vocábulo, como em sua utilização. O termo pode designar centros tradicionais (impropriamente chamados de “históricos”) como o CBD para os americanos (*central business district*)³², pode designar uma área central mais ampla, como a que os urbanistas brasileiros chama de “centro expandido”; como também pode significar cidade central, tanto em termos absolutos como relativos às

³² Tradução: Distrito central de negócios

extensões das respectivas áreas metropolitanas; finalmente, em análises regionais, pode significar áreas metropolitanas inteiras (VILLAÇA, 2009).

Entretanto, adverte Corrêa (2011), que a “área central” é a junção do núcleo central (o centro) com a zona periférica do centro, sendo então o centro uma parte menor do ponto de vista da expressão territorial do que a área central. Ainda segundo o autor, a área central é irreproduzível em outra parcela do espaço urbano. Com isso, soaria um absurdo, ler que existem 44 áreas centrais em São Paulo – SP, só porque existem essa respectiva quantidade de shopping centers.

Na realidade, o que está em jogo aqui é a própria conceituação de Centro, e se este é o centro principal, significa dizer que a sua centralidade possui todos os seus atributos (econômicos, sociais, culturais, simbólicos, históricos, sociológicos, arquitetônicos), que são únicos, não podendo ser reproduzidos em outra parte da cidade, senão apenas parcialmente. É no centro principal que a centralidade se expressa de forma mais aguda, pela junção numa determinada área de atributos em diversas dimensões.

Refletindo sobre as características dos centros em algumas cidades brasileiras, a pesquisadora Maia (2009) ressalta que seus valores vão além do econômico e acrescenta que,

Os centros primazes das cidades, em especial daquelas cidades que ainda apresentam uma forte centralização e, por conseguinte, uma forte centralidade no seu centro primaz – atualmente centro principal – possuem a particularidade de se constituírem em centros de consumo, mas também centro religioso, político e ainda o lugar do encontro e da festa (MAIA, 2009, p. 184).

Por esta ótica, a autora percebe que, em algumas cidades, nos centros ou centros-primaz-expandido, a complexidade ainda é muito elevada, na medida em que um único centro congrega quase todas as atividades necessárias ao funcionamento de todo espaço urbano no qual está inserido.

A autora ainda complementa e afirma que o “centro principal da cidade de Campina Grande não corresponde a uma área estagnada ou esquecida, embora já se vislumbre as alterações provocadas pelo surgimento das novas centralidades” (MAIA, 2009, p.193) em outras localidades.

Em Campina assim como em Itabuna – BA, o processo de estruturação do espaço urbano constituiu-se, historicamente, com a convergência e concentração das principais atividades comerciais e de serviços, assim como os espaços de representação política-administrativa, do

legislativo, do judiciário, de atividades de lazer, dentre outras em uma única parcela do tecido urbano, caracterizando uma estruturação monocêntrica e multifuncional (OLIVEIRA JR, 2008).

De forma redundante, o centro é um espaço dotado de todas as qualidades e atributos que o definem. Sendo assim, o centro da cidade é resultado do acúmulo de tempos históricos, de lutas políticas, é espontâneo, visto que não foi tão planejado, possui uma carga simbólica que está presente no imaginário de sua sociedade – espaço em que a cidade surgiu e onde estão presentes espaços da memória coletiva (MAIA, 2009); (SPOSITO 1991); (VILLAÇA, 2009); (WHITACKER, 2003). Do ponto de vista econômico, é a área que concentrou e ainda concentra a maior quantidade e diversidade de oferta de comércio e serviços e para onde convergem todos os meios de transporte coletivo que circulam pelos bairros.

Numa breve análise comparativa com a cidade de Campina Grande (conforme visto no primeiro capítulo), o centro é o espaço onde tudo se originou, desde o comércio através das feiras, do jogo da política dos seus governantes e suas medidas polêmicas, a cultura com festas populares, a religiosidade com sua principal igreja, o valor simbólico dos seus espaços públicos de representação (Rua das Barrocas, Vila Nova da Rainha, Rua Seridó, a Igreja Matriz).

Entretanto, ressaltamos que as modificações estéticas, notadamente empreendidas, na aparência das lojas centrais no início do século XX com estilo art déco (conforme visto no primeiro capítulo), como também na construção de monumentos, praças e logradouros constituíram-se relevantes na conversão do incremento dos fluxos de pessoas em crescimento. Sendo assim, o discurso de envelhecimento do centro se construiu, paralelamente, serviu e ainda serve enquanto uma justificativa para imposição de novos investimentos públicos na área do centro tradicional da cidade.

O discurso de envelhecimento e degradação do centro inicia-se com a imposição do novo e as necessidades prementes à redefinição do centro. Nesta direção, o novo cria o envelhecimento que, entretanto, se estabelece principalmente enquanto discurso na procura incessante por estratégias de concorrência com a nova expressão de centralidade e no fomento/incentivo à políticas de planejamento por parte do poder público, objetivando investidores privados, essencialmente vinculados com os interesses de grupos locais. Em outros termos, a redefinição do centro é consubstanciada pelo discurso do envelhecimento e da degradação que justifica a valorização e revitalização do centro tradicional.

Evidentemente, podemos observar que, ao mesmo tempo em que novas áreas de centralidade são produzidas, o centro principal é redefinido quanto aos seus papéis, não significando dizer que ele “morre” ou esteja “decadente”. Decadente pode ser para setores ou classes que reproduzem este discurso condicionada pela existência de novos espaços que

atendem às suas demandas, que do ponto de vista do consumo, antes eram realizadas apenas no centro principal, mas agora tem suas possibilidades de escolha nos espaços para a realização de consumo ampliadas.

Nesta perspectiva, o que vem acontecendo hoje em Campina Grande é um processo de expansão, não necessariamente contínua, do centro para além do núcleo primaz. Sendo assim, o centro principal possui um significado singular, mas desdobra parte dos seus atributos para além do seu núcleo principal, configurando-se em novos pontos de centralidade.

Acrescentamos a essa discussão, enquanto tendência, que devido ao adensamento de construções localizadas nas áreas centrais das cidades médias, aliado ao menor valor do solo em outras áreas das respectivas urbes, que algumas atividades com dificuldades de se fixarem na área do centro tradicional da cidade (como concessionárias de veículos, empresas de materiais de construção, equipamentos agrícolas, dentre outras) passam a concentrar-se nestas áreas exteriores ao centro tradicional. Dessa forma, denotam um processo de descentralização ou desconcentração de determinadas atividades, relativas ao comércio e serviços especializados. Seguindo esta lógica de pensamento Sposito (1991) considera que,

Embora não possam ser caracterizados como desdobramento da área central, também são constatados níveis de *especialização funcional em eixos ou trechos de avenidas, as quais geralmente desempenham o papel de acesso das rodovias às áreas mais centrais*, que se caracterizam pela incidência de oficinas automobilísticas, lojas de autopeças, concessionárias, enfim, comércio e serviços ligados ao setor de veículos. (SPOSITO, 1991, p. 11, grifo nosso).

As palavras, minuciosamente escolhidas pela autora, tece bem as características atuais relativas ao crescimento especializado dos atributos de centralidade ao longo do espaço urbano das cidades. É notável a presença, sob o ponto de vista logístico, dos papéis exercidos pelas principais vias e rodovias da cidade, facilitando tanto uma articulação interna quanto externa à cidade, que por sua vez, facilita o fluxo e deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações.

A despeito desta fala, Corrêa (2011) ressalta que tanto a centralização quanto a descentralização são processos espaciais que produzem a cidade, sobretudo no capitalismo. Ele afirma que “a Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial” (CORRÊA, 2011, p. 124). A concentração para Corrêa (2011) não merece um destaque à parte, embora, para ele, a Área Central da cidade seja caracterizada pela concentração de atividades tradicionais.

Neste sentido, tanto o centro como a centralidade assumem hoje proporções bem diversas, não sendo reduzíveis apenas, a uma dimensão. Essa discussão é importante porque permite, além da classificação dos centros como das diferentes centralidades, distinguir o que é o centro e diferenciá-lo do que se vem chamando de “novas” centralidades.

De forma complementar Tourinho (2004) acrescenta que,

[...] A centralidade, como sua miríade de atributos, tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando. Deixou de ser o atributo como qualidade capaz de exprimir a substância do central, para passar a ser ela mesma um substantivo adequado para identificar um espaço urbano, mais ou menos compacto, que pode conter em si condições necessárias para que exista a concentração de fluxos diversos – riquezas, informações, decisões, mas também, pessoas e bens materiais, fontes de consumo e de lazer, atividades mais variadas ou especializadas [...] A centralidade que sai do Centro, por exemplo, leva com ela uma parte dos atributos que o identificam. [...] o Centro não possui hoje muitas daquelas características identificadas nele quando reinava absoluto. É, por estas razões, que se diz hoje que o Centro perdeu centralidade para as chamadas “novas centralidades”, uma vez que não consegue continuar comandando [...] Ainda assim, o Centro continua Centro [...] (TOURINHO, 2004, p. 395).

Por esta postura, a autora adverte sobre o tempo em que o centro principal reinava em absoluto concentrando totalmente os fluxos de pessoas, informações, decisões, mercadorias e etc. No entanto, a autora considera que mesmo o centro possuindo características particulares, a perda relativa de poder exclusivo ocorre em função do crescimento de novas áreas com atributos de centralidade, que também adquirindo especializações funcionais, configuram-se espacialmente em novas centralidades.

A ocorrência de uma nova expressão de centralidade, no processo de estruturação do espaço urbano, implica numa multiplicidade de centralidades que se multiplica sob forma de nova área central. Entretanto, a criação da nova centralidade não implica retirada seus atributos essenciais como a dinâmica dos fixos e fluxos concentradas na área do centro tradicional.

Por este raciocínio, Castells (1983), afirma que o “centro representa a espacialização do processo de divisão técnica do trabalho e por outro lado, como uma especialização geográfica” (CASTELLS, 1983 p. 273) de um certo tipo de unidade de consumo e serviços. Além disso, é necessário compreender que o centro não se define apenas enquanto local fixo na estrutura urbana, sendo plausível sua interpretação mais expansiva em relação ao conjunto da estrutura urbana na qual se insere (Castells, 1983).

Do ponto de vista do comércio, segundo Salgueiro (1996), a instalação periférica das grandes superfícies comerciais rompe parcialmente com a antiga forma concentrada do comércio

urbano hegemonizada pelo centro tradicional. Esse processo, que embora não seja expansão do centro principal, se configura enquanto novas áreas dotadas de centralidade. Assim, possibilita novas relações entre centro e periferia com base no estabelecimento de organizações de distribuição, nem sempre concorrentes, que os consumidores selecionam em função das diferentes necessidades e conveniências.

Os hipermercados, centros de distribuição, grandes lojas sofisticadas de vendas a varejo, de móveis e de materiais de construção, tanto quanto os shoppings, possuem a capacidade de atrair e concentrar ao seu redor e nas suas proximidades novos estabelecimentos de comércio e serviços que influenciam a estruturação da cidade, produzindo novos eixos de valorização do solo urbano e de expansão da cidade.

Evidentemente que a instalação dessas unidades de consumo afastadas do centro principal acarretam impactos na estrutura urbana, afirma Sposito (2013) que mudança ocorre sob os nossos olhos, nas localizações de estabelecimentos comerciais evidencia que a exclusividade dos centros tradicionais podem ser abaladas com a existência das novas áreas centrais. Nesse sentido, os hipermercados, os shopping centers e outras grandes construções comerciais são as mais recentes facetas detentoras de centralidades que, segundo a mesma autora,

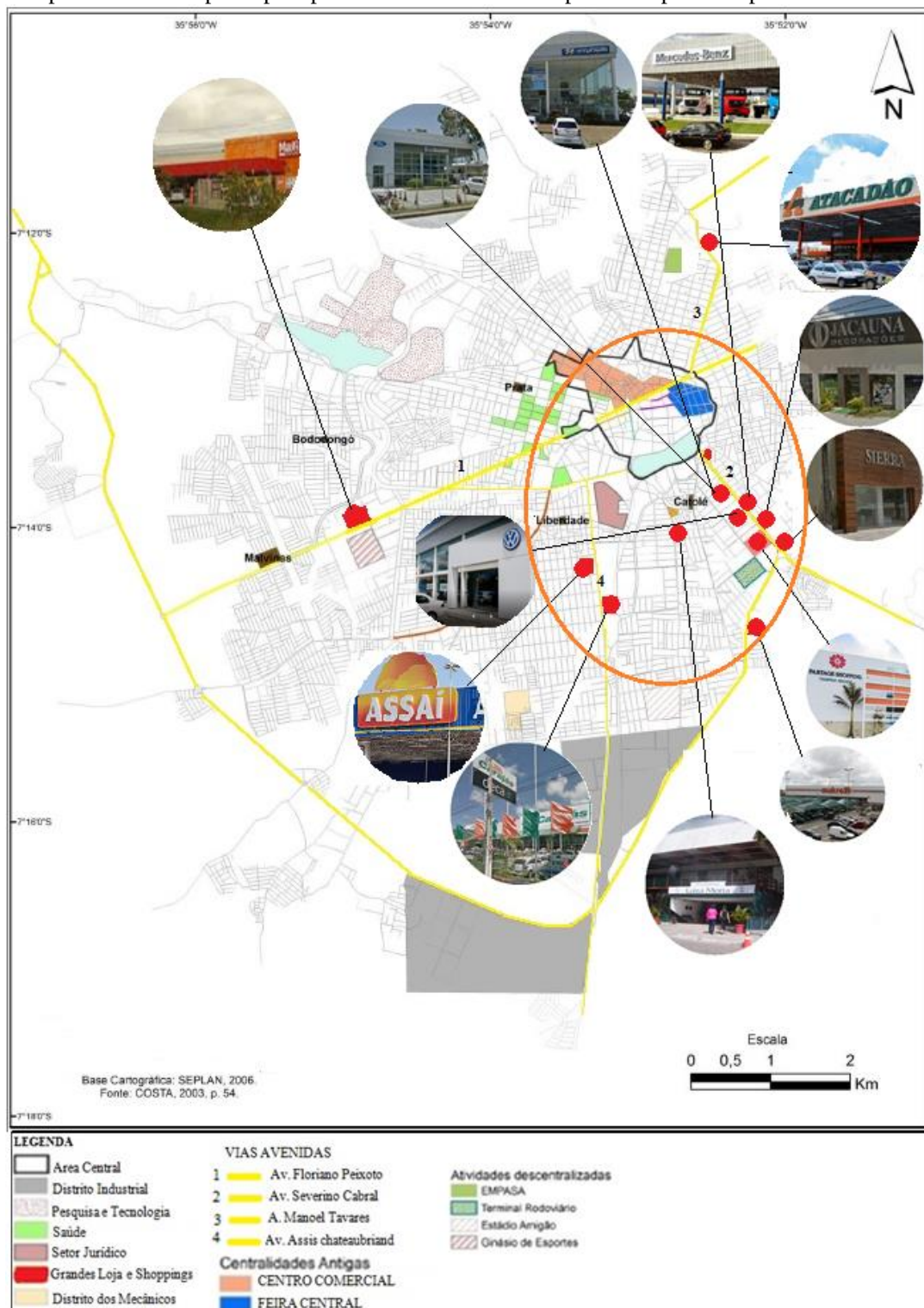
[...] exercem atração sobre todo o conjunto da cidade (o que um subcentro ou uma galeria não o exercem, por exemplo), bem como, muitas vezes, polarizam moradores de outras cidades que estão próximas àquela em que se instalam. Conformam, deste modo, uma centralidade que não é hierarquicamente inferior à do centro principal, em termos de oferta, diversidade ou grau de especialização dos bens e serviços que oferecem, mas sim que compete com o centro principal, num esforço de oferecer um mix muito diversificado de bens e serviços sofisticados (SPOSITO, 2013, p. 73).

Como bem lembrado pela autora, o destaque para essas construções é que elas podem atrair fluxos de pessoas de origem nos espaços intraurbano e interurbanos. Além disso, não é que exista uma hierarquia inferior ao centro principal relativos à especialização de bens e serviços, mas há uma competição no sentido de oferecer uma diversidade e quantidade mais significativa possível destes.

Em Campina Grande – PB, tal fato é evidenciado com a instalação das grandes unidades comerciais como Assaí, Shopping do Automóvel, Carajás, Max Supermercados, Makro, Atacadão Carrefour, Kasa Decor, Caoa Vepel da Ford, Fiori, Hyundai, Jacaúna, Art Casa Home Center, Extra Supermercados, Shopping Luiza Motta e a expansão do Shopping Partage (Mapa 2), perfazem um lógica de localização, que situadas em sua maioria ao longo de principais

vias e avenidas da cidade, facilitando os fluxos de (mercadorias, pessoas, transportes), dinamizando ainda mais a área mais próxima do centro tradicional.

Mapa 2 - Centro e principais pontos de centralidade espalhados por Campina Grande – PB



Fonte: COSTA, 2003, p.34 (adaptado DINIZ, Kaio Santos 2017)

Ao juntar num ponto do espaço, uma série de opções de serviços e comércio à facilidade de estacionamento, estes espaços contribuem para manter a distância econômica residência-comércio, permitindo uma maior racionalização dos deslocamentos, cada vez mais difíceis em grandes aglomerações urbanas. Além disso, há valorização do solo no seu entorno imediato que estimula o adensamento, atraindo as classes de rendas maiores e outros estabelecimentos comerciais. Com isso, “é necessário somar estes atributos ao conforto, à sensação de segurança e a existência de atividades de lazer” (VARGAS, 1995, p. 742) que são proporcionadas pelo mesmo ambiente.

Outra peculiaridade interessante sobre essas grandes construções comerciais, é que em muitas cidades médias que não possuem shopping, os supermercados atuam geralmente como aqueles, sendo espaços de lazer e entretenimento, oferecendo serviços que em outras circunstâncias, só são ofertados em shopping, como é o caso dos cinemas (VARGAS, 1995, p. 742).

Com efeito, ao contrário do que possa imaginar, no âmbito da atividade comercial, o caso mencionado, as novas formas comerciais, embora tenham impactado significativamente as lógicas de localização do comércio e dos serviços, esses novos espaços de consumo não suprimiram as formas comerciais tradicionais, isto é, os pequenos comerciantes ou varejistas que se localizam tanto no centro da cidade como nos bairros não deixaram de existir totalmente.

Diante dessas mudanças percebidas no centro com descentralização de algumas atividades para além do seu espaço físico e decorrente da estruturação contínua das cidades, ressaltamos que a a necessidade de renovação³³ com a implementação de políticas públicas como a imposição dos novos artefatos no tecido urbano, desencadeia um processo de reestruturação do espaço urbano no qual incide também na modificação do velho, que se redefine. Nesta direção, “o centro tradicional se transforma a partir de reações às externalidades da nova expressão de centralidade, não permitindo ser apreendido apenas na sua concepção anterior” (OLIVEIRA JR, 2008, p.264).

Entende-se, enquanto uma reflexão preliminar, que a nova estrutura urbana se revela decorrente do processo de reestruturação e apresenta além de uma nova expressão de centralidade,

³³ É sob a forma da renovação urbana que as transformações necessárias para a reprodução do capital aparecem travestidas de necessidade social imposta pelo Estado enquanto “interesse público“, criando a representação necessária capaz de dissimular os conflitos de interesses. Este é o sentido do discurso da “modernização necessária ao crescimento”[...]É assim que o processo de mercantilização do espaço, como condição da reprodução do capital, só pode se realizar, em um determinado momento do processo de urbanização, pela mediação do Estado, feita através de mecanismos de gestão. O Estado exerce, assim, papel central no processo de reprodução espacial, não apenas redefinindo usos e função do espaço, mas alterando, substancialmente a prática espaço-temporal (CARLOS, 2007, p.76).

um centro tradicional renovado, que se redefine e reage para internalizar as externalidades da nova expressão de centralidade suprindo ou atendendo as novas demandas de mercado.

Estas rupturas e permanências são observadas pelo papel exercido fundamentalmente do centro principal da cidade. Esta área ainda concentra a maior parcela de comércio e serviços, tanto em número absoluto quanto em números relativos, é o nó da rede de transporte coletivo ampliada pela existência do terminal de integração e do terminal rodoviário Cristiano Lauritzen.

Em sua pesquisa de Tese, Silva (2006) destaca a importância que a permanência do Terminal Central (enquanto capital fixo) exerce mesmo após a descentralização de muitas atividades, na medida em que continua sendo ponto de convergência/dispersão da população com um fluxo de pessoas, excepcional durante os dias da semana, o que mostra, ainda, uma centralidade significativa. Nesse caso, em cidades médias como Londrina – PR e Campina Grande – PB, há um processo similar de descentralização, no qual a centralidade expressa pelo Centro Principal ainda apresenta uma importância significativa.

Nesta perspectiva, frente às mudanças empreendidas na área central das cidades, ao ressaltar a importância dos transportes públicos como espaço de encontro nas cidades médias, enfatiza Sposito (1991),

[...] ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 07).

Ao reforçar o papel dos terminais rodoviários e/ou de integração - no qual facilitam deslocamentos tanto internos quanto externos às respectivas cidades - a autora considera a importância do centro tradicional enquanto ponto de divergência/convergência, integração/dispersão e o fluxo de pessoas. Dessa forma, compreende-se que não apenas os fluxos de pessoas é facilitado, como também o de mercadorias, serviços, informações, que por sua vez, conferem ao centro, uma dinâmica otimizada.

Nesta direção, enquanto concentração de fixos (em suas variadas formas), o centro apresenta continuidades, mas expressa rupturas qualitativas quanto aos fluxos que gera, mantém ou perde, que por sua vez incidem em “[...] modificações no que se encontra fixo no território, a exemplo dos projetos de revitalização e/ou requalificação [...]” (OLIVEIRA JR, 2008 p. 279).

2.2 Tentando entender o PDLI e as Políticas Públicas da área central em Campina

Seguindo por esta perspectiva, historicamente a cidade Campina Grande – PB e seus projetos de revitalização na área central trouxeram consigo uma série de discursões emblemáticas que ainda são objeto de pesquisas. O Plano de Urbanização do Açude Velho, a Construção do Parque Evaldo Cruz e a Construção do Parque do Povo são exemplos de intervenções no espaço urbano da área central que tiveram suas devidas conotações.

Eleito prefeito de Campina Grande no pleito de 1968, Ronaldo Cunha Lima tomou posse no dia 31 de janeiro de 1969 com grandes manifestações populares em sua homenagem. Mas, o novo prefeito governou apenas 42 dias, cassado pelo AI-5, no dia 13 de março, foi substituído pela imposição ditatorial por dois interventores federais, Manoel Paz e Lima e Luiz Motta Filho.

Em 1970, sob a gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro e tendo em vista o contexto de crise econômica pela qual passava a cidade de Campina Grande – PB, foi implantado Programa Nacional Cidades de Porte Médio (PNCMP). Este programa, fruto da “nova” política de desenvolvimento urbano, deveria ser implantado em cidades de porte médio que fossem capitais ou não, que apresentassem potencial satisfatório de desenvolvimento e se constituíssem em pólos regionais (LIMA, 2004). A ideia geral era aproveitar as potencialidades destas cidades e torná-las centros de dinamização, para as quais, o governo pretendia direcionar os investimentos.

Campina Grande, ao fim dos anos da década de 1970, registrou grandes perdas no seu parque fabril, importantes indústrias fecharam neste período, deixando milhares de trabalhadores sem ocupação. O crescente desemprego na cidade também afetou fortemente o comércio, provocando declínio no consumo e, conseqüentemente, o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais (ARANHA, 1991), (ALMEIDA, 1979), (DINIZ, 2012).

Segundo Lima (1996), a crise instalada nesta cidade, decorrente da reforma tributária, agravou ainda mais a partir da política centralizadora implantada pelo regime militar (Período ditatorial político-militar que vigorou oficialmente no Brasil de 1964 a 1985) privilegiando, majoritariamente, as capitais estaduais com projetos de implantação de indústrias, diversas construções e importantes obras estruturantes.

A respeito desta crise, complementa Lima (2004),

A capacidade de investimentos da municipalidade que, antes da reforma era de 34% da receita total (excluídos empréstimos e convênios), caiu após a reforma para 16% aproximadamente. A arrecadação municipal caía de forma assustadora e a lenta recuperação em 1972 seis anos após a vigência da reforma tributária a receita própria do município atingiu o mesmo nível de arrecadação de 1966, a valores constantes (LIMA, 2004, p. 79)

Uma crise que não se resumia ao aspecto financeiro do município, mas que seguia esse percurso agitado de crises em mudanças político-institucionais que marcavam a história dos modelos de planos urbanos implantados no Brasil, desde o golpe militar de 64. A tendência predominante na época foi o fortalecimento da autoridade central em prejuízo dos Estados e Municípios e a “substituição dos critérios democrático-representativos no sistema de planejamento urbano, não por outros ditos mais aperfeiçoados e sim por critérios autocráticos e tecnocráticos de tomada de decisões”(OLIVEIRA, 2005, p. 126)

Mesmo sabendo da crise em que estava mergulhado, o município continuava desempenhando papel importante no cenário estadual. Assim, percebendo que Campina Grande reunia condições satisfatórias para se beneficiar desse programa, o mesmo prefeito (Enivaldo Ribeiro) convocou a equipe da COMDECA e solicitou desta a elaboração de um projeto (Fotografia 13).

Fotografia 10 - Material Governamental (PDLI)



Fonte: DB, out. de 1974

O PDLI tinha a pretensão de disciplinar a uso do solo urbano, na medida em áreas próximas ao centro tradicional da cidade estavam sendo bastante ocupada por camadas sociais indesejadas. Ainda assim, a proposta seria diminuir o abismo social existente na cidade, tendo em vista que os investimentos seriam feitos no sentido de conter os fluxos migratórios. Para Cardoso (2000),

O Plano de Desenvolvimento Integrado propunha a disciplinarização e ordenação do solo urbano, o controle das ocupações das zonas centrais e o

desenvolvimento econômico e social a partir do controle das populações periféricas. [...] Assim, a justificativa da necessidade de uma política urbana para as cidades de porte médio é motivada pela procura de um maior equilíbrio inter-urbano-regional e pela interrupção dos fluxos migratórios (CARDOSO, 2000, p.51).

Conforme as palavras do autor, o Plano usava da justificativa de disciplinarização e das irregulares ocupações na área central, com o intuito de expulsar aquilo que parecia indesejado através do discurso de equilíbrio social, nos quais os fluxos migratórios seriam contidos.

Como ingrediente do PDLI, o PNCPM³⁴ (Programa Nacional Cidades de Porte Médio) foi fruto de acordo entre o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), Governo Federal via CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), Estado e município, com estratégias idealizadas pela União. Por esse acordo foi destinado a Campina Grande, investimentos na ordem de 400 milhões de cruzeiros. Com destaque que esse dinheiro era a fundo perdido para o município, embora, no convênio, estivesse prevista a obrigatoriedade de recuperação dos investimentos, ficando a cargo de cada cidade o detalhamento dos mecanismos a serem alcançados. PNCPM foi dividido em três projetos, sendo cada um com vários subprojetos vinculados a um projeto maior: urbanização, administração municipal, emprego e renda.

A implantação dos programas ficou a cargo da UAS (Unidade Administrativa dos Subprojetos), criada especificamente para gerenciar o programa e que era diretamente subordinada à cúpula do órgão central de planejamento - COMDECA. Assim, a UAS coordenava as atividades técnicas e administrativas necessárias ao programa, bem como apoiava as unidades executoras de cada projeto.

Colocando-se como alternativa à crise vivenciada por Campina Grande nesse momento (1970), houve uma série de transformações que marcaram a cidade aos olhos de novas centralidades dadas por empreendimentos públicos e privados e aqui observadas sob a ótica de intervenções. Assim, decorrente do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) foram distribuídas treze (13) espaços públicos em torno do seu centro, destacadas exclusivamente Áreas para Fins Recreativos (APFR's). Passou-se a cidade, através de

³⁴ O Programa Para as Cidades de Porte Médio foi implementado, em sua primeira etapa, durante o período 76-79, como iniciativa da Comissão Nacional de Política Urbana (depois Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e hoje representado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano) que, se utilizando da divisão do IBGE, para a seleção das cidades onde seriam implantadas os programas, propunha, em sintonia com as diretrizes do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento): a desconcentração e a contenção do processo urbano nas áreas de grande urbanização, a dinamização das regiões deprimidas economicamente, além da promoção das funções.

intervenções a ser dotada de novos equipamentos voltados ao lazer, principalmente à recreação em sua área central.

Desse modo, nos anos 1970, o PDLI priorizou dentre suas medidas de ação preparar o centro tradicional da cidade, dotando-o de toda a infraestrutura necessária à imediata urbanização e requalificação de seus principais equipamentos e logradouros públicos. Seguindo por essa linha de pensamento, a cidade tornara-se expressão de lazer, recreação e cultura.

Evaldo Cavalcanti Cruz, recém eleito prefeito em 1973, deu prosseguimento aos trabalhos de elaboração do PDLI em Campina Grande. A COMDECA, por iniciativa do Arquiteto Renato Azevedo³⁵ formou uma equipe com especialistas em diversas áreas de conhecimento: economistas, sociólogos, arquitetos, administradores, advogados e paisagistas. Os trabalhos, constando de Pesquisas, Diagnósticos e Plano Preliminar de Desenvolvimento, abrangendo informações estatísticas, foram concluídos em meados de 1973.

Apesar de denominar-se “Plano Local”, na realidade o PDLI estendeu suas observações e estudos ao “Compartimento da Borborema”, Unidade Regional que reunia 56 Municípios, inclusive Campina Grande – PB, visando o desenvolvimento do compartimento propôs a criação de um organismo multimunicipal de planejamento e programação. Dentro destas mesmas diretrizes, cada cidade necessitava de planos e programas de ações em sua estrutura com a finalidade de utilização de estudos, formulação de planos e operacionalização de metas, assegurando à Administração Municipal o máximo de dinamismo e base empírica na realização de atividades específicas do governo.

Quanto às formas de participação da sociedade nas escolhas e nos projetos, ressaltamos que pouco existiu e o resultado não pôde ser diferente por diversos motivos. Um deles é que o SERFHAU, numa estratégia ideológica de acabar com a participação efetiva de toda sociedade, criou o Sistema de Ação Comunitária (SAC), no qual selecionava os participantes das reuniões dentro de um segmento específico da sociedade local, com exceção das SABs. Estes sempre foram atreladas ao poder público municipal que desde sua criação foram alinhadas ao discurso do PDLI, um plano participativo que não obteve legitimidade, na medida em que, as decisões já eram estabelecidas antes de serem colocada em pauta (OLIVEIRA, 2005).

³⁵ Arquiteto Renato Aprígio Azevedo Silva nasceu em 1943, em Campina Grande/PB e faleceu em Recife/PE, em 04/06/1997. Formou-se em Arquitetura em 1968, pela UFPE. Dedicou-se intensamente ao Planejamento Urbano, sobretudo em Campina Grande, de onde nunca se afastou totalmente. Foi autor de vários projetos para essa cidade: Canal do Prado, Parque Evaldo Cruz, Shopping Campina Grande (Largo do Açude Novo), Avenidas Canal e Manoel Tavares

Por outro lado, ainda é necessário ressaltar as condições precedentes de uma revitalização - sobre o aspecto do turismo e do lazer – já que a historiografia oficial campinense aponta episódios originários do quadro das secas à construção do Açude Velho (barragem construída sobre o Riacho das Piabas, um manancial de água turva e salobra que foi alvo desta intervenção nos anos de 1828 a 1830).

O plano de urbanização deste manancial, a princípio, não se tratava apenas de uma simples maquiagem ao centro da cidade. Foi planejado em Campina Grande em decorrência na necessidade política de reinvenção, revitalização e embelezamento dos mananciais locais, a fim de torná-los espaços com ares de requinte e sofisticação, pensados não apenas enquanto “Velha Represa”, mas também para os seu irmão mais novo, o “Açude Novo” (SOUZA, 2013).

Sendo o Açude Velho, o primeiro espaço hídrico especificamente planejado com o intuito de abastecer a cidade, logo se tornou a principal fonte de consumo da população (SOUZA, 2013), seja para as atividades domésticas seja para usos diversos, embora tenha vindo a secar em determinados momentos, o que motivou novas intervenções para a sua reforma e ampliação, realizadas entre 1841 e 1844, e novamente em 1889. O manancial assumiu ao longo dos anos outras funções muito indesejadas pelas elites locais, na medida em que o espaço era “consumido amplamente pelos que ali trabalhavam (pescadores, lavadeiras, carroceiros, secadores de pele, feirantes, lavadores de automóveis, aguadeiros, etc), também representando uma das principais referências para a prática dos chamados banho de asseio e banho de mergulho” (SOUZA, 2013, p. 57).

Quanto ao ideário dos seus diversos projetos de urbanização, o Açude também foi submetido à urbanização desenvolvimentista e esta intervenção ocorreu a partir das iniciativas do prefeito Vergniaud Wanderlei ainda na década de 1940, ocasião em que foram “corrigidas” as incrustações no seu sangradouro e construído o cais circular (PIMENTEL, 2011).

Em sua pesquisa, Souza (2013) ainda relata que, no início dos anos 1950, várias práticas a exemplo dos “banhos de mergulho” passaram a ser condenados pelos órgãos públicos, sobretudo os “banhos nus”, sob pena de pagamento de multa pela conduta irregular, como também ao recolhimento imediato do indivíduo contraventor. Este fato não impusera de imediato uma suspensão deste expediente por parte dos populares, embora conscientes da proibição estabelecida pelas autoridades.

Em seu livro “Notas sobre a Parahyba” Joffily (1977) destaca que o Açude Velho, em mais uma de suas intervenções, se deu através de um projeto, conforme fora desenhado, buscava atribuir novos significados a um espaço que fora descrito como bucólico e provincial.

Para este projeto, de iniciativa política do prefeito Plínio Lemos foi chamado o escritório do renomado arquiteto paisagista Burle Marx³⁶ “Burle Marx & Cia. Ltda”. A despeito disso, uma curiosa reportagem publicada no “Jornal de Campina” em 31 de agosto de 1952 mencionou,

[...] O plano Burle Marx em suas linhas gerais seria realmente grandioso. Embelezará muito a cidade. As pessoas que não conhecem Campina Grande, verão á sua entrada um majestoso parque no meio do açude, com seus elegantes cassinos, cinemas sorveterias e um mundo de diversões á moda americana. E não é só, em torno do velho açude, parques infantis serão instalados e a noite, nas noites escuras como breu, tudo ficará profusamente iluminado como nos sonhos orientais das mil e uma noites ou melhor, falando em linguagem moderna, como nos filmes musicais da MGM³⁷ [...].

Embora audacioso, através da aplicação de vetores ditos de modernidade ou modernização, este projeto urbanístico proposto por Plínio Lemos nunca se concretizou em sua plenitude, nos moldes pensados por Burle Marx. Na realidade, a gestão municipal enfrentara um momento de crises políticas e de abastecimento de água nesta cidade. Entretanto, o espaço só foi de fato (re) urbanizado durante o segundo mandato de Elpídio de Almeida³⁸ a frente da Prefeitura de Campina Grande, entre 1955 e 1959.

Neste momento (1960), o Projeto de Urbanização do Açude Velho (Fotografia 14) teve a construção de uma lanchonete no ancoradouro do açude, com a instalação de pedalinhos e uma série de outros atrativos à população. Conforme já visto, o espaço, construído em 1825, o foi por muitos anos a principal fonte de abastecimento hídrico da cidade até quando Campina Grande passou a ser atendida por este serviço. O espaço até hoje é considerado principal cartão postal da cidade e possui um amplo espelho d’água. Contudo encontra-se completamente desativado em suas antigas funções, devido intensa poluição provocadas pelo lançamento esgotos residenciais.

³⁶ Além de ecologista e naturalista cujos projetos de construção e remodelação de parques e jardins o tornaram mundialmente famoso, notadamente influenciados pelas tendências europeias (a exemplo dos Jardins botânicos de Paris e de Berlim), Burle Marx tornou-se conhecido como o principal expoente da recepção e introdução do modernismo no Brasil em termos da arquitetura e do paisagismo. Ele era conhecido como um artista de natureza moderna, especialista na remodelação e designer espaços voltados a um público urbano.

³⁷ PLANO de Burle Marx. Jornal de Campina, Campina Grande. p. 02. 31 de agosto de 1952.

³⁸ Elpídio de Almeida, Natural de Areia – PB, cidade do brejo paraibano, nasceu no ano de 1893, e por volta dos 25 anos. Em 1918 formou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (capital federal) na mesma instituição na qual havia formado sanitaria Oswaldo Cruz. Após doutorar-se em medicina, com a tese intitulada “Contribuição ao estudo da Esquistossomose Mansônica”, Elpídio de Almeida retornou a Campina Grande munido de conhecimentos sobre aspectos aos domínios da higienização e do sanitarismo, sobretudo mediante a experiência adquirida através do contato com os seus contemporâneos de curso. Ao retornar à Campina Grande, se tornou vereador no ano de 1929, atuando também na profissão de médico. Foi eleito para o cargo de prefeito durante dois mandatos pela UDN, entre (1947 a 1951) e (1955 a 1959), assumindo o cargo de Deputado Federal neste intervalo entre os mandatos. Elpídio de Almeida foi ainda historiador e membro do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, e é autor de: ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1979.

Fotografia 11 - Açude Velho (1981)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

É interessante perceber que nestas intervenções empreendidas sobre manancial, a sociedade e as pessoas que fato utilizavam o espaço físico do açude pouco foram ouvidas, muitos menos puderam opinar, sobre o destino daquele que durante muito tempo foi seu meio de vida ou lazer. Neste sentido há um relativo esvaziamento da noção Espaço Público, tendo em vista que [...] a “gestão, ao privilegiar determinadas áreas da cidade, abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, *impedindo usos e determinando outros*, implode a sociabilidade, desloca os habitantes, influencia a valorização/desvalorização dos bairros da cidade e acentua a desigualdade” (CARLOS, 2007, p.15).

Quanto ao Açude Novo, a memória deste manancial remete-nos a meados de 1950, ora consumido amplamente pelos populares, também fora convertido em espaço de litígio por intermédio das ações do “Plano Burle Marx, e em suas margens, episódios inusitados também foram percebidos, nos quais fizeram-se sentir, de modo mais efetivo e explícito, os expedientes autoritários das estratégias de normatização e disciplinarização” (SOUZA, 2013, p.72) impostas pelo poder público.

Para os jornais da época³⁹, sanear o Açude Novo, para além de sepultar uma herança “insalubre”, funcionaria como um marco referencial na divisão entre a cidade velha (ruralizada) e a cidade nova (pretendida), construída a partir de novos materiais, não mais com taipa, madeira e barro, mas com tijolos, ferro e concreto armado, sob o signo da racionalidade e da ciência.

³⁹ SANEAMENTO do açude novo. O momento, Campina Grande, p. 02. 29 de Outubro de 1950.

Embora não concretizadas em sua plenitude, as passagens da expedição Burle Marx por terras campinenses, durante a gestão do prefeito Plínio Lemos⁴⁰ foram iniciadas as primeiras obras de construção do “cais circular” deste manancial, e também a pavimentação da “Rua do Açude Novo”, através da implantação de paralelepípedos, embora estas intervenções iniciais tenham sido feitas de modo inconcluso.

Neste mesmo período, houve ainda a tentativa de revitalização de uma antiga ponte ali existente, originalmente de barro batido e que ganhou feições urbanas separando de um lado as águas do Açude Novo e de outro o espaço chamado de “Coqueiros de Zé Rodrigues” (Fotografia 15).

Outra tentativa de urbanizar este logradouro se deu em 1962, na administração de Newton Rique. Na Interventoria de Luiz Motta Filho (1971), também se projetou instalar o Centro Administrativo da PMCG e a sede da Reitoria da então Universidade Regional do Nordeste (URNE) neste local. Contudo, tais Projetos nunca saíram do papel.

Fotografia 12 - Coqueiros de Zé Rodrigues (1970).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

De forma geral, não apenas nas ações de intervenção do açude novo como também em outros espaços que sofreram ações do governo, a mídia local deteve papel crucial conforme afirma a pesquisa de Souza (2013),

Os jornais impressos da mídia campinense se empenharam em acompanhar de modo atento os processos e transformações sociais e políticas da cidade, bem como representar, sob uma ótica própria, as formas de vivência dos populares na cidade, consideradas, segundo alguns discursos interessados, como inapropriadas, desviantes e incivilizadas, mediante os procedimentos

⁴⁰ Plínio Lemos esteve à frente da administração municipal entre 30 de Novembro de 1951 a 30 de Novembro de 1955. Formado em Direito, atuou ainda como promotor público e deputado federal. Atuante na Revolução de 1930, foi ainda oficial de gabinete de José Américo de Almeida no Ministério da Viação e Obras Públicas.

e ações promovidas pela administração pública, amparados na autoridade presente no discurso da modernidade (SOUZA, 2013, p 31, grifo nosso).

Como tônica imperativa, o discurso da modernidade foi bastante utilizado contra os comportamentos que eram para eles considerados como não civilizados, mas que deveriam ser modificados ou uniformizados em prol de uma nova convivência pacífica.

Seguindo o rumo dessas ações, entre as áreas escolhidas pelo PDLI a mais problemática era, exatamente, o centro da cidade. Segundo o programa, essa área apresentava elevada concentração populacional, deficiência na área recreativa e paisagística, bem como, numerosos vazios urbanos (LIMA, 2004). Para execução do projeto e suas respectivas obras, foi posto em andamento a desapropriação dos terrenos e o desalojamento da população residente.

Neste contexto, o Açude Novo, durante muitos anos, foi utilizado para atividades esportivas na cidade, inclusive práticas de caiaque. Contudo pelo seu contexto histórico/geológico/geomorfológico em relação ao espaço central da cidade, um lugar no qual o despejo de lixo e dejetos foram inevitáveis por um período considerável de tempo, principalmente porque a coleta de lixo e o saneamento eram deficientes.

Paralelamente, a população mais pobre que ocupava as margens do manancial, também não possuía encanamento e abastecimento de água adequados e terminavam por recorrer diretamente ao Açude para seu consumo próprio diário. As moradias informais em volta do espaço, constituíam-se de pequenos aglomerados dispersos, mas que já mereciam a alcunha de uma comunidade.

Até aquele momento, o espaço era uma área ocupada por essas habitações, aparentemente, em precárias condições e por uma população pobre conhecida por comunidade São Joaquim. A maioria destas pessoas foi desalojada para que as obras e os projetos tivessem andamento, muitos se refugiaram em áreas periféricas, formando o acréscimo de favelas na cidade, trazendo consequências inadequadas aos objetivos do programa (SOUZA, 2013).

Lembramos que o Açude Novo tinha sido construído em 1830 com o objetivo de abastecer a população de Campina de água potável devido às secas que assolavam a região até 1970. Ele foi o segundo construído na cidade. O primeiro tinha sido o Açude Velho (hoje um famoso cartão postal do município). Por quase 100 anos os Açudes Novo e Velho foram as duas fontes de abastecimento de água potável da população.

“O Açude Novo”, tal como era chamado em 1830, foi completamente drenado e aterrado para dar lugar ao Parque do Açude Novo, inaugurado em 1976. A obra passou a se

chamar Parque Evaldo Cruz após o falecimento deste gestor. Sua construção se deu via recursos do Banco do Nordeste (BNB), através do Programa de Apoio à Infraestrutura dos Grandes Centros Urbanos do Nordeste ao custo aproximado de dois milhões de cruzeiros.

A erradicação das construções e dos moradores que residiam na comunidade São Joaquim (famílias oriundas do alto sertão paraibano) foi inevitável. Segundo o Plano Trienal, em suas proposições, orientava a erradicação desta comunidade, contudo o mesmo programa não explicitava para aonde alocar as famílias desabrigadas.

Os objetivos da primeira etapa de implantação do Plano Trienal (1974/1976) seriam a urbanização da bacia do Açude Novo e áreas de contorno, com a construção de equipamentos⁴¹. Neste projeto, a existência de um obelisco (Fotografia 16), com funções técnica, cultural e estética serviu como marco de encontro das coordenadas geométricas (Marco Zero), estabelecidas para a área urbana. Na realidade, o projeto buscava interligar este parque, através de uma passagem de nível inferior com o grande centro cultural localizado na área de ligação entre o Açude Novo e o Açude Velho, entretanto esta última obra nunca saiu do papel (OLIVEIRA, 2000).

Fotografia 13 - Parque Açude Novo (1976)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

⁴¹ O Monumento aos Índios Ariús, localizado dentro da bacia e situado exatamente sobre coordenadas fixas que definiram o marco “0” da cidade. Construído em concreto armado, de forma piramidal, com 45 metros de altura e base de 4 metros. Como efeito estético, um lago que circunda. O objetivando monumentalidade e beleza com fontes sonoras compondo o conjunto; Equipamento de recreação infantil, dando uma utilização nobre a área da bacia, criando uma frequência familiar e educativa, devido à presença do monumento, esculturas e museu de arte; A construção do Museu de Arte deverias assumir elevada importância devido ao fato de o atual museu encontrar-se localizado em uma edificação inadequada ao funcionamento, contando em seu acervo com quadros e outras obras plásticas de elevado valor. O Museu proposto, com área de 1.200 m², compatível com o seu acervo e atuação, deverá ser construído segundo técnica simples, material de fácil conservação e custo médio; A densa arborização e exuberante ajardinamento obedecerão ao plano paisagístico já elaborado, visando triplicar o índice de área verde citado anteriormente. (OLIVEIRA, 2000, p.196).

A comunidade São Joaquim deu lugar ao Parque Açude novo. A ocupação deste logradouro da cidade e o tratamento urbano dado ao mesmo como uma “nova área de sociabilidade e lazer urbano” os incorporavam à imagem de Campina Grande como símbolo de sua “modernidade, de renovação” do seu centro, contudo tal processo foi permeado por práticas higienistas e exclusão de uma classe menos favorecida.

Aos moldes de mercado a construção do Parque Evaldo Cruz “representou um marco na cidade dado o grau da intervenção no ambiente urbano e a forma de sociabilidade e lazer apresentada na área central da cidade” (CARVALHO, 2011, p. 182). O Espaço tornou-se um complexo constituído de três iniciativas, em um só lugar: o Parque, o Museu de Artes Modernas Assis Chateaubriand (MAAC) e o Monumento aos Índios.

Estes três equipamentos juntamente com o Museu Histórico, Museu Épico (hoje Museu do Algodão) e o Museu de Artes Assis Chateaubriand (MAAC) foram acrescentados prioritariamente à fixação de roteiros para os visitantes ao centro da cidade. Para tanto e a despeito dessa finalidade, o processo de ampliação dos espaços públicos nas áreas centrais de Campina Grande nomeou um novo discurso e prática no qual o centro tornou-se palco constante de intervenções, privilegiando o turismo e uma imagem vendida da cidade, tendo por base o discurso da modernização.

O Parque Evaldo Cruz, seu projeto arquitetônico, assim como outras intervenções aqui citadas, foram tomados enquanto um conjunto de representações de modernidade e dos modos de viver dos campinenses, espaço aglutinador da cidade em suas formas de diversão e lazer (CARVALHO, 2011).

De forma mais ampla, nos primeiros anos de implantação do PNCPM/CG, devido à competência técnica dos membros da COMDECA, a experiência campinense foi considerada, pelos órgãos federais, como grande sucesso e a experiência de Campina Grande e que passou a servir de exemplo para outras cidades que postulavam recursos e até para cidades onde os projetos estavam em andamento. Muitos prefeitos e técnicos em urbanização de outros municípios, orientados pelo Ministério do Interior, visitaram Campina Grande para aprender com o sucesso da experiência local (LIMA, 2004).

A respeito da trajetória da COMDECA e Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, o início dos anos 80 ocorreu a demissão da equipe vinculada ao PNCPM/CG coordenada por Renato Azevedo, ao que tudo indica, por divergências políticas com o prefeito. Esta demissão coletiva causou sérias dificuldades ao andamento do programa em Campina Grande, pois os membros da equipe que permaneceram eram poucos e não se sentiram

em condições de levar o PNCPM/CG adiante. Após esta ocasião, a execução dos projetos passou a ser executadas por contratadas.

Na realidade, a exoneração do arquiteto Renato Azevedo do cargo de coordenador da COMDECA foi ocasionada por sua participação no Seminário: “Movimentos Sociais Urbanos em Campina Grande novos personagens entram em cena?”, um evento que fora organizado pela Universidade Federal da Paraíba UFPB/CAMPUS II, no qual suas críticas culminaram com sua exoneração do cargo. Tais críticas, decorreram que ao realizar um balanço de sua atuação, Renato Azevedo defendeu que na elaboração do PDLI, o primeiro passo de um planejamento urbano deveria ser com a participação efetiva da comunidade nas discussões e decisões para poder promover reais condições de cidadania. Como não pôde ser diferente, durante a elaboração do PDLI de Campina Grande, foram convocados apenas representantes de órgãos e instituições patronais (chamados de “comunidade” na época pelo SAC) para discutir em nome de toda sociedade.

Entretanto, mesmo com a desativação do SERFHAU⁴² ocorrida logo após a apresentação do Plano Trienal, em 1974, o prefeito Evaldo Cruz continuou em suas tentativas de implementar as obras propostas pelo PDLI, destinando todo empenho para concretizá-las. Todavia, o governo federal instituiu nova diretriz para o planejamento urbano e substituiu o Plano de Desenvolvimento Local Integrado pelo Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e posteriormente, pelo Projeto CURA - Comunidade Urbana para Renovação Acelerada.

2.3 O Plano Trienal e Parque do Povo: uma política pública de dupla conotação.

A partir dos anos 1980, em termos gerais acentua-se mundial e localmente, um novo tipo histórico de cidades, que começa a se colocar, em virtude de uma agenda em permanente valorização de um modelo global na forma de pensar as cidades. Tal modelo foi conduzido com base em preceitos de mercado e, por processos de relativo desmonte na hegemonia dos centros tradicionais, que norteou os padrões de criação de novas centralidades nas cidades.

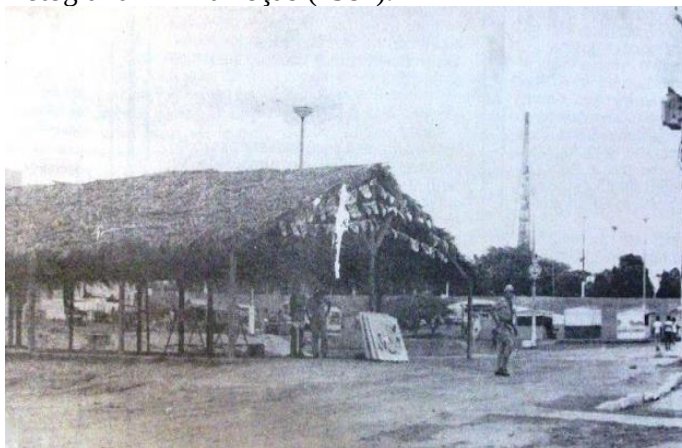
Observou-se uma tensão que recoloca em termos mais gerais outras dinâmicas à ocupação do espaço urbano local, agora orientado e reforçado por práticas de mercado, consumo do lugar e reestruturação de centralidades, todas sinônimas de segregação espacial, fragmentação e encolhimento do espaço público de Campina. Entretanto, o centro jamais

⁴² Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

perdeu seu valor singular, enquanto espaço articulador e difusor de ideias, informações, comércio, serviços, turismo e etc.

Enquanto evento, o São João de Campina tomou maiores proporções a partir de 1983, aproveitando-se o espaço de um "Palhoção" (Fotografia 17), criado pelo ex-prefeito Enivaldo Ribeiro, no local em que hoje se encontra o Parque do Povo.

Fotografia 14 - Palhoção (1982).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Dessa forma, para os gestores, foi necessário um local aberto para que o “povão” se aproximasse da festa, ou seja, o foco do evento seria o de atingir todas as classes sociais. Foi então que surgiu a ideia da Pirâmide e o próprio Parque do Povo, projetado pelo arquiteto Carlos Alberto de Almeida. Assim, com a denominação de Parque do Povo, o espaço foi inaugurado em 14 de maio de 1986 e no dia 31 do mesmo ano, foi o palco da festa que colocou a cidade em evidência pelo evento - “Maior São João do Mundo”.

Cabe aqui relembrar que na década de 1980, Ronaldo Cunha Lima (PMDB), foi eleito prefeito de Campina Grande, retomando um mandato cassado em 1968. Tido pela população campinense como poeta popular, perito em amizades e considerado pelo estilo populista, foi mais um gestor que também investiu na área de entretenimento turístico, inicialmente, com a construção do Parque do Povo.

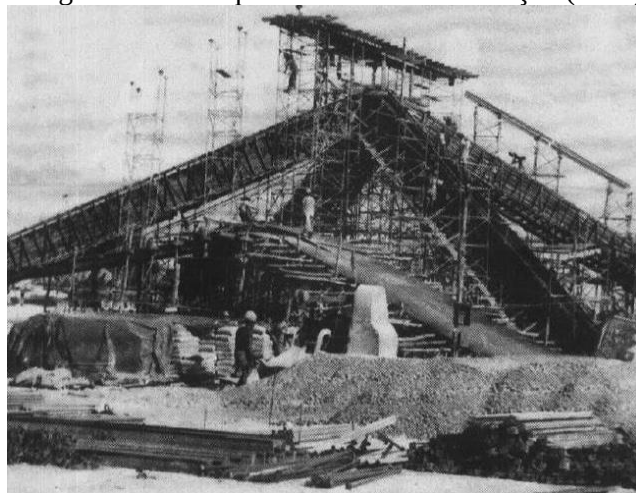
Primordialmente, a gestão do então prefeito foi marcada pela construção do Parque do Povo em 1986, um espaço colocaria a cidade em evidência, abrigando simbolicamente e politicamente, a ideia de Campina, através da consumação em seu local, um espaço concebido para realização de um mega evento (o Maior São João do Mundo).

Se faz necessário perceber que a festa era realizada de forma descentralizada em Clubes como Caçadores, Gresse, Campestre, Campinense Clube e até mesmo o velho Ypiranga, fizeram eventos juninos antológicos, além é claro, do São João de Rua, das

Quadrilhas Juninas e dos movimentos culturais em geral, que traziam uma grande animação à cidade. Gradativamente foi perceptível que a mesma festa tornou-se absorvida pelo centro tradicional da cidade, tendo o Parque do Povo funcionado como um catalisador da manifestação cultural.

Enquanto política pública, o espaço foi construído (Fotografia 18) inicialmente em uma área de 27 mil metros quadrados, o Parque do Povo, posteriormente fora ampliado para 42 mil e 500 metros quadrados, dado o sucesso alcançado pelo evento. Sua localização, bem privilegiada, possui até hoje, acesso facilitado por ruas importantes e tradicionais do centro da cidade (Rua Treze de Maio, Sebastião Donato, Desembargador Trindade, Lino Gomes da Silva, Tiradentes e outras).

Fotografia 15 - Parque do Povo em Construção (1985)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Esta construção foi feita numa perspectiva estratégica de esconder a pobreza acentuada no conflito pelo uso do espaço urbano em um das favelas mais antigas da cidade (Comunidade Coqueiros de José Rodrigues). Dessa forma, inserindo uma centralidade projetada no discurso governamental como revigoramento da capacidade econômica cidade.

Mencionada como Favela pelos políticos, a comunidade Coqueiros de Zé Rodrigues era um aglomerado de casas informais que foi definitivamente removida pelo projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) durante as décadas de 1970 e 1980 (SOUZA, 2013).

Por isso, apontamos que a construção do Parque do Povo e a construção do Parque Açude Novo, assim como a remoção das comunidades (São Joaquim e Coqueiros José Rodrigues) remontam ações higienistas que culminaram com a expulsão dessas famílias que

não se adequavam aos projetos do governo municipal. Nesta perspectiva, lembra Costa (2017) que, é obrigação do Estado fiscalizar o uso dos riachos, das lagoas e dos açudes, aterros, o destino do lixo/esgotos, a construção de parques/jardins, o alargamento e a arborização de ruas e a construção de edificações. “Tudo isto visando garantir a qualidade de vida da população através do controle do meio natural, ou seja, dos elementos da natureza (ar, água e solo) e do meio construído pelo homem” (COSTA, 2017, p. 27). Nesta ótica, a legislação contribui para a delimitação de um território social ao expulsar a população que não tinha condições de construir suas moradias em material permanente.

Por outro lado, no dia de sua inauguração, o Parque do Povo estava superlotado (Fotografia 19). Segundo o Diário da Borborema de 03 de junho de 1986, “Entusiasmado, Ronaldo Cunha Lima chegou ao Parque do Povo por volta das 21h, acompanhado do senador Humberto Lucena e outras autoridades”.

Fotografia 16 - Inauguração do Parque do Povo (Junho de 1986).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Este espaço de eventos ainda passou a ser utilizado como palco de grandes shows, encontros, feiras, carnavais fora de época e traçou “novas marcas” de Campina. Todavia, o São João da cidade transformou-se de uma manifestação popular, de genuinamente caracterizada nos bairros para ser realizada apenas no centro da cidade e sob a égide política dos gestores. Sob esse prisma a Carvalho (2011), tece sua contribuição em alusão a essas construções,

[...] a partir de novos padrões de produção, circulação e disciplinarização dos usos no espaço urbano de Campina, a exemplo do que ocorre com a construção do Parque do Povo, se delineia um reconhecimento que lança mão da existência de outra materialidade para a cidade remetendo a tensão de processos que buscam levar a homogeneização do tecido social neste espaço, tais como os empreendimentos privados (CARVALHO, 2011, p. 86).

Nas palavras da pesquisadora, a construção do espaço foi uma adaptação aos novos padrões de produção, circulação, disciplinarização dos usos dos espaços com existência de tensão e pelo qual tenta cada vez mais homogeneizar o tecido social com empreendimentos privados.

Nesta direção, o retorno da família Cunha Lima ao centro dos processos decisórios da política local marcou o tempo de uma configuração que sofreu alguns rearranjos, como, por exemplo, o que possibilitou a emergência do “Maior São João do Mundo” como festa típica da cidade e como símbolo da “retomada do desenvolvimento, do progresso e da grandeza”. Esta festa foi gestada para simbolizar não só a suposta grandeza da cidade, mas também para tentar eternizar a figura de seu idealizador, Ronaldo Cunha Lima.

A história da passagem desse político no governo do município constrói, nos discursos e na prática da festa, uma espécie de divisor entre o que era a festa junina antes de Ronaldo e depois de Ronaldo. Aclamado e festejado como o pai, o idealizador do evento “O Maior São João do Mundo” é na sua administração uma festa que assume a acepção de espetáculo e a perspicácia do gestor, cujas pretensões permitem a utilização do evento como um excelente instrumento de construção de estratégias, táticas e da implementação de ações, em busca e continuidade do poder (LIMA, 2002)

Neste sentido, a redefinição desta festa durante o governo de Ronaldo se constituiu num dos mecanismos para instalação da política do turismo de eventos como uma “vocação” da cidade. Assim, como um dos meios para retornar Campina ao caminho da “modernidade” que alguns discursos diziam estar supostamente vocacionada e do qual havia se desviado nas décadas anteriores devido às “más administrações, a perseguição dos governos estaduais e a uma conjuntura desfavorável da cidade” (SANTOS, G. 2008, p. 132).

A cidade passou então a ser vendida e consumida nacionalmente sob o marketing do “Maior São João do Mundo, um evento estrategicamente conduzido em função de mitos locais: o político, o simbólico e por um tipo de uso que não esconde o signo político por trás da Obra” (CARVALHO, 2011, p. 87).

Não apenas o São João movimentava a cidade, a Micarande foi outro evento que promovia ,comercialmente a cidade e o Parque do Povo, em nível nacional. A respeito da organização da festa Cardoso (2000) relata,

A infraestrutura de suporte à festa organizada pela Prefeitura é feita através de licitações para as montagens de camarotes e arquibancadas e publicidade nos mesmos. As empresas responsáveis pelas montagens das estruturas são, muitas vezes, as próprias que exploram o comércio das vendas de ingressos para camarotes e arquibancadas, deixando sempre camarotes para

autoridades locais, artistas, emissoras de tv e rádio. Estas autoridades, entre vereadores e políticos de modo geral, muitas vezes são os que distribuem “senhas” ou “cortêsias” para afilhados políticos e amigos (CARDOSO, 2000, p. 119).

Nas palavras do autor, é possível perceber que a festa trazia consigo um arranjo produtivo que movimentava a cidade na medida em outros setores (camarotes, arquibancadas, ingressos, tv e rádio) eram privilegiados. No entanto, a conotação política do evento nunca deixou de existir, através facilidades propiciadas por parte dos governantes de momento aos seus amigos coligados.

Esses elementos empresariais estão presentes na expressão que consolidou o Parque do Povo como lócus de festas, lazer, consumo e que marcam uma apropriação dirigida do espaço urbano incorporada como estratégia de tornar a cidade viável economicamente e visível ao mundo do turismo.

A capacidade de realizar o evento faz com que a cidade, através de seus nativos habitantes e turistas, instrumentalize em sua centralidade através da realização da festa, na medida em que a obra pública se torna espaço de apropriação, dos discursos e manifestação popular. A despeito disso Cardoso (2000) reflete em sua pesquisa,

O registro de eventos é capaz de permitir a identificação do lugar e das relações entre os sujeitos e a cidade, com base nas relações que eles estabelecem. *É também o instrumento que revela sua centralidade e demarca o significado do público, da apropriação pelos usuários da obra. A apropriação dos espaços públicos reclama uma atuação prioritária sobre aqueles locais que contém importância simbólica coletiva - trechos de ruas, praças e parques [...]* (CARDOSO, 2000, p.79, grifo nosso).

Nas palavras do autor, a obra pública enquanto cenário de eventos, pode significar um espaço que promove a centralidade, tendo em vista ser um espaço público que coletivamente é concebido de valor simbólico relevante, para aonde todos convergem e fazem uso, em determinadas datas, conforme sujeições políticas de momento.

Em sua pesquisa, também afirma Santos. G (2008) que o Parque do Povo, seria um espaço que serviria de território para o “Maior São João do Mundo”, uma festa que seria a pedra angular da estratégia movida pela família Cunha Lima para o “soerguimento” da cidade e um dispositivo de rearticulação de seu grupo nas novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesta mesma fala, o autor ressalta que a existência do evento “Maior São João do Mundo” foi uma sobreposição impositiva aos clássicos carnavais de rua que agora não serviria aos olhos e projetos das classes políticas e das elites locais.

Diante disso e partir das observações do presente debate, se torna compreensível que com as rupturas propiciadas na estrutura urbana pela nova expressão de centralidade, o centro tradicional passou a se expressar enquanto uma centralidade que se redefine. Portanto, para além de uma nova expressão de centralidade, a reestruturação do espaço intra-urbano revela novas expressões de centralidade, na medida em que o centro tradicional se renova e não mais se constitui enquanto denominado velho, mas resultante de embate e adequações realizados com a imposição do novo.

Neste contexto, a redefinição da centralidade e do centro em cidades médias aponta para o desenvolvimento de novos processos que se expressam a partir de um movimento que se realiza travestindo espaços privados em públicos e espaços públicos em privados sob anuência de um discurso naturalizante que apregoa as modificações enquanto elementos de modernização, em outros termos, “inevitáveis e benéficas”.

Entretanto, a revitalização do centro tradicional ou de fragmentos do centro não o constitui em centralidades com o mesmo nível estratégico e agressivo no que tange à cooptação programada dos consumidores, bem como às possibilidades de maximização do faturamento e lucratividade dos diferentes grupos capitalistas (OLIVEIRA JR, 2008). Além disso, a revitalização não é suficiente para anular a internalização de externalidades, muito pelo contrário, pois as novas políticas públicas privilegiam construções ditas modernas em detrimento dos estilos clássicos.

Por outro lado, é importante ressaltar que o processo de redefinição do centro tradicional aponta para o discurso de modernização do espaço público, tendo como referência as políticas públicas derivadas de espaços privados, o que implica em anulação do debate político da cidadania pela afirmação de um consenso no qual o novo é simplesmente aceito.

Para gestores e secretário de urbanização, a construção do Parque do Povo, assim como o Parque Evaldo Cruz foram necessárias à modificação da morfologia urbana e do tecido social inseridas no mesmo espaço. Numa área considerada importante da região central, havia uma comunidade pouco aceita aos interesses de mercado e, na medida em que, estes espaços foram modificados, tornaram-se um incremento que agregou o turismo à espetacularização da cidade num espaço de eventos.

A Construção do Parque Evaldo Cruz e a Construção do Parque do Povo representaram e ainda representam, até certo ponto, o crescimento dos espaços segregados e excludentes. Juntas, essas intervenções dentre outras aqui destacadas, identificam momentos políticos e discursos condizentes à propagação da imaginária de uma cidade em crise que necessitava ser renovada.

Nesta direção, a cidade passou por intervenções que, tiveram o propósito de renovar determinados usos e práticas, ou mesmo (re)criá-los, organizar e potencializar o centro principal de Campina Grande. Tudo isso empreendido sob uma nova imagem e um novo tipo de uso voltado ao comércio, à diversão e ao turismo (CARVALHO, 2011).

Ainda ressaltamos que o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Campina Grande constituiu-se na realidade, em uma imposição do governo militar em consonância com seu modelo de planejamento urbano integrado e centralizado. Dessa forma o PDLI foi um plano concebido por técnicos especializados em planejamento urbano físico-territorial, em que a maior preocupação consistia em dotar a cidade de obras de infra-estrutura, visando à “modernização” e o “desenvolvimento” da cidade. Contudo, sabemos que os técnicos municipais que estavam trabalhando na elaboração do Plano pouco foram ouvidos, muito menos a sociedade campinense.

Além disso, no Brasil nas últimas décadas, os grandes eventos sediados nos espaços públicos desta cidade tornaram-se um atrativo como também um bom negócio para comerciantes, taxistas, cervejarias, donos de hotéis, pousadas, motéis restaurantes, bares e políticos. Estes últimos principalmente, tendo em vista que se projetam com a dimensão espetacular e massiva do seu eleitorado.

Neste quadro, a espetacularização da cidade surge a partir desses eventos, que através de iniciativas público-privadas, são amplificados pelo intenso uso midiático. Além disso, a promoção do turismo e das obras públicas locais estão condicionadas simbolicamente ao distintivo partenalista dos respectivos sujeitos inseridos na classe política local.

Nesta perspectiva, do conjunto, envolvendo a Micarande (carnaval fora de época) e o São João, “consagrado pelos órgãos públicos com o epíteto de - O Maior São João do Mundo -, configuraram-se como fundamentais para a modificação da (na) estrutura urbana da cidade e na transformação cultural de seus festejos” (CARDOSO, 2000, p.66).

Sendo assim, a turistificação, mercantilização e espetacularização são três elementos que interagem e se complementam na contemporaneidade. Trata-se de três acepções analíticas que balizam a análise das novas (velhas) facetas do sistema capitalista, tanto em grandes, médias quanto em pequenas cidades. O centro histórico das cidades se torna *lócus* do consumo pelos Carnavais (fora de época ou não), das festas juninas e outras manifestações culturais que podem ser consideradas espetacularizações em uma perspectiva mercadológica (LIMA, 2002), (CARDOSO, 2000), (SANTOS. G. 2008).

CAPÍTULO 3 – NUANCES DO ESPAÇO PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB

Durante a trajetória histórico-espacial de Campina Grande – PB (século XX e início do século XXI) foi possível evidenciar mudanças significativas no modo como a cidade vem sendo produzida pelos agentes públicos e privados. As reformas urbanísticas, impostas, mudaram a condição sócio-espacial do centro da cidade, sobretudo, a leitura geográfica realizada acerca do espaço público em diversas perspectivas.

É com este compromisso, que o presente capítulo objetiva levar a cabo uma discussão sobre a trajetória espacial da área central desta cidade, buscando compreender e relacionar a produção do espaço ao aspecto da cidadania e da politização através da participação.

Por outro lado, é possível vislumbrar, materialmente, diversas leituras geográficas, através da análise das diversas construções antigas ou atuais, já que chamam a atenção por evidenciar como espaço público é concebido no centro desta cidade. De forma imaterial, a discursividade e enunciados emergem politicamente como uma ponte que coordena a produção do espaço público em Campina Grande, criando condições precedentes, sob o signo da modernidade, crescimento, pioneirismo, higienização, vocação entre outros.

Para concluir esta discussão geopolítica das cidades (GOMES, 2014), a parte final do capítulo se destina a mensurar como é o espaço público do centro hoje - em de termos segurança, cidadania, participação, parcerias público-privadas, convívio social, sociabilidade, resistências e conflitos. Com isso, será possível perceber o comportamento sócio espacial das permanências, coexistências e resistências.

3.1 O Espaço público enquanto palco de intervenções e cidadania.

No decorrer de nossas análises, percebemos que o espaço público tem experimentado grandes transformações ao longo dos últimos anos. Interessa-nos principalmente discorrer acerca do caráter deste espaço público na atualidade e as suas modificações sob o ponto de vista histórico/geográfico que encontra marcos importantes nas mudanças do comportamento das pessoas, na intensificação do urbanismo progressista e na globalização que tende a mercantilizar o espaço e as relações sociais. Contudo, a discussão apresentada deve necessariamente ser

contextualizada ao analisar a realidade dos fenômenos numa cidade média brasileira como é o caso de Campina Grande – PB.

O fato de analisar uma cidade média requer que essas análises sobre a produção do espaço público no contexto da globalização, sejam mais atentas, evidentes e claras que nos espaços metropolitanos. Tal perspectiva, parte do pressuposto que o entendimento das minuciosidades sejam discutidas e repensadas, especialmente na perspectiva das características e das intensidades com as quais essas dinâmicas se manifestam fora das grandes cidades.

Em primeiro lugar se faz necessário estabelecer que encontramos no Brasil uma realidade histórica, resultado de uma contemporaneidade inacabada, incompleta e superficial, que não assumiu o espaço público enquanto instância participativa, mas que transpassou para a relação entre o público e o privado no qual as práticas patrimonialistas, paternalistas e clientelistas remetem a um período colonial (MARTINS, 1994).

Em sua concepção moderna, o espaço público coloca-o como um receptor de encontros impessoais e civilizados, mas que obedecem e respeitam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual (SOBARZO, 2004). Em suma, o espaço público pode, mas não precisa ser, necessariamente idealizado como um local de convívio social próximo e profundo de diversidade.

Por esta direção, a leitura do espaço público precisa ser realizada conforme Carlos (2001), sob o ponto de vista da dominação política, remetendo ao papel do poder político e das elites na produção do espaço público, como também pela esfera da realização da vida, que materializa-se nos espaços públicos possibilitadores de práticas cotidianas de lazer, de interação social, de circulação e etc.

Resumidamente, o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais são exercidas no qual o espaço público é a condição necessária – embora não suficiente - para que elas existam e a diversidade do seu uso lhes dá sentido.

Completa Gomes (2014) que,

Desse ponto de vista, o olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, de um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa a ser visto como um conjunto indissociável das formas de das práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania⁴³ e o espaço

⁴³ O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas

público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva (GOMES, 2014, p.172).

Dessa maneira, no debate sobre a democracia, a geografia está apta a demonstrar que não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física.

Diante deste contexto, no espaço urbano, as transformações no uso e apropriação do espaço público podem evidenciar tendências de inclusão, participação ou segregação sócio-espacial. Nesta direção, é possível enfrentar o debate acerca da dinâmica dos espaços públicos em Campina Grande – PB, assumindo as transformações, através de algumas rupturas estabelecidas pelas intervenções, mudanças do conteúdo social e político do espaço público.

Desse modo, como parte das análises sobre o espaço, no que se refere à produção do espaço urbano, é possível também observar uma difícil e tensa relação entre público e privado, especialmente quando analisadas as articulações entre o poder público municipal, a Associação Comercial, os jornais locais, que tendem a se confundir e identificar em benefício dos detentores do poder.

Nesse contexto, as mudanças impostas ao espaço público esvaziam-no de seu sentido coletivo, pois o limita, seleciona, e coage os modos de apropriação/uso. O uso das ruas modifica-se profundamente e eliminando pontos de encontro. Desse modo, quando há expulsão de parte dos moradores, a mudança das funções e construções rompem as antigas relações de vizinhança, propiciando perda da sociabilidade. “O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos é assinalada pela construção dos espaços semi-públicos (shopping center)” (CARLOS, 2007 p.66) em substituição à rua, a praça, ao parque, passeio, entre outros.

Nesta perspectiva, o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional (ruas, praias, parques, praças, calçadas, montanhas etc), está sendo impunemente suprimidos pelo uso privativo. O lazer na cidade tornou-se uma mercadoria paga, inserindo a cidadania da população no mundo do consumo. Dessa forma, quem não pode pagar pela piscina, estádio ou evento fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos, já que são essenciais. Como resultado desta negação, temos no espaço o empobrecimento dos aspectos político, material, social, cultural. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções na representação política, mostrando a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2014).

potencialidades, incluindo participar politicamente de forma ativa, reivindicativa, organizada e consciente da construção da vida coletiva no Estado democrático (BONAVIDADES, et al. 2009).

Esta realidade nos impõe grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação de novos produtos imobiliários como loteamentos fechados, shopping centers, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos questionam o sentido de espaço público. Os novos espaços que são considerados pelos planejadores como públicos, mas na realidade se mostram “semipúblicos ou pseudopúblicos, são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais “*clean*” e, em último termo, negando-a” (SOBARZO, 2004, p. 29).

Esse “novo” espaço de dominação caracteriza-se por servir aos interesses do Estado e tenta se apresentar como redutor das contradições. No entanto, mesmo que “somente no plano das aparências, porque a contradição é um aspecto marcante da sociedade capitalista e do espaço produzido por ela” (SOBARZO, 2004, p.59).

Nesse sentido, na busca pelo urbanismo progressista, verificaram-se políticas materializadas em implantações de espaço públicos (parque, vias de circulação, praças de eventos), como também na sobreposição de estruturas públicas, tendo como consequências inúmeras expropriações irregulares, valorização das terrenos desocupados, saída de parte da população mais pobre que residia nas imediações, chegada de novos moradores de maior poder aquisitivo.

Por esta ótica Sobarzo (2004) completa,

A inauguração e re-inauguração de calçadas, parques e praças, além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – dificilmente são realizadas como se essas ações fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais. (SOBARZO, 2004, p. 62)

A partir desses elementos citados, a construção de determinados equipamentos públicos ou serviços trazem consigo a imagem do gestor que realizou a obra na qual possuiu *capacidade especial*, de forma que o voto fica comprometido com futuros pleitos, sendo o patrimonialismo, o paternalismo e clientelismo uma constante como veremos adiante.

Em nome dessas “amputações” no espaço público, levantam-se bandeiras de “modernidade”, podendo, sob esse aspecto, serem vistas nas manchetes veiculadas pela imprensa local, quanto pelos gestores em suas respectivas épocas, os quais a legitimam através dos discursos e práticas urbanísticas.

Um modelo de Modernidade que poderia ser, conforme Caldeira (2000), carregando os traços do “ideal moderno da vida pública urbana”: ruas são abertas; circulação livre; encontros impessoais e anônimos; presença dos diferentes grupos sociais consumindo; observando; participando da política, entre outros. Segundo esta autora, os espaços públicos que estão sendo criados nas cidades contemporâneas negam esse ideal e, ao contrário, assumem a desigualdade e a separação como valores estruturantes. Entretanto, isso não significa a morte definitiva do espaço público, mas sim a transformação de um tipo de espaço para outro.

Estas transformações esvaziam o espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, dos conflitos, das rotinas e dos desacordos. As relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os “novos” espaços são vigiados e controlados (CARLOS, 2001).

Nesta direção, a noção de cidadãos e cidadania assume um caráter confuso, na medida em que os atos reivindicatórios e participação política em decisões que são importantes, principalmente sob o ponto de vista das intervenções urbanas se contrapõe ao poder de consumo do sujeito. Com isso, “em lugar do cidadão formou-se um consumidor que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 2014, p.25). Nesse contexto, o habitante se transforma em simples morador e, nesta condição, ganha status de cidadão apenas quando realiza sua condição de usuário de serviços - única possibilidade de realização do moderno - o que esvazia o sentido da cidadania, até a sua negação total.

Partindo desse pressuposto, sob o ponto de vista histórico, entendemos que na aplicação dessas políticas públicas em Campina Grande, a produção do espaço público se deu de forma contraditória, dando margem a diversas discussões e estudos. Tais políticas implicaram em aspectos conflituosos no uso/apropriação da área central, na medida em que foram impostas sem o mínimo debate ou diálogo com a sociedade e usuários. Além disso, estiveram presentes interesses privados, sendo alguns, aparentemente, mais favorecidos que outros.

Uma das primeiras reformas urbanísticas e mais significativas da área central da cidade partiu de uma concepção de mundo e estética formada pelas tendências autoritárias, mas amplamente praticadas no contexto nacional daquele período. Seguindo esta orientação, Vergniaud Wanderley decidiu interferir na lógica da organização dos espaços centrais da cidade e para isso escolheu em três dos principais símbolos desta urbe, o conjunto que formado pela Rua Maciel Pinheiro, a Praça Epitácio Pessoa e o Largo da Matriz (Fotografia 20) e o

Largo do Rosário que formava um espaço em forma de “T”, localizados em uma área de aproximadamente 30.000 m² (QUEIROZ, 2008).

Fotografia 17 - Largo da Matriz (1930).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

De forma crítica, Pimentel (2011) analisa que,

Ruas inteiras são arrasadas, como aconteceu com a do Progresso, para continuação construção da Avenida Marechal Floriano. Quarteirões inteiros, pedras, muros, morros, árvores, matas, sítios desapareceram com a ação impiedosa do avanço humano, tudo imposto pela necessidade de melhorar e evoluir. *Ruas e mais ruas são sacrificadas. O largo do Rosário desapareceu também na abertura da mesma Marechal Floriano e toda a “José Precipício”, que cedeu lugar à movimentada artéria “Venâncio Neiva”* (PIMENTEL, 2011, p.104, grifo nosso).

Notadamente, o uso de bandeiras como “evolução” e “melhoramentos” levou a supressão da Rua do Progresso e a construção da Avenida Floriano Peixoto, objetivando produzir a imagem de uma cidade que tinha no seu centro a pujança de um espaço de grandes fluxos. Quanto à Rua José do Precipício – um espaço similar a uma viela - deu lugar à Rua Vanâncio Neiva intensamente movimentada pelo comércio. Além disso, com a demolição do largo do Rosário houve uma ressignificação daquele espaço que antes fora destinado aos valores espirituais para um lugar onde o comércio prepondera até hoje.

Na ótica do prefeito Wanderley, seria necessário reconfigurar as artérias centrais e, literalmente, abrir caminhos para as exigências das novas formas de circulação, movimento e consumo “modernos”. Dessa forma, foram desapropriadas, nas duas gestões, mais de uma centena de casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo que interceptasse o seu caminho na empreitada de dar à cidade ares de urbe moderna.

Nesta mesma lógica, o Mercado Novo já havia sido deslocado desde 1920 para feira central, assim como foram o meretrício (conhecido como Mandchúria) e o Cassino “El Dourado” localizavam-se na Rua Major Juvino do Ó. No caso da “zona”, permaneceu pela

região da feira até o final da década de 1940, quando o comércio do algodão entrou em decadência e foi transferida novamente para o centro, para a região conhecida como Boninas, onde permaneceu por volta das décadas de 1960 e 1970, porém sem a mesma intensidade dos anos anteriores. Tal fato já demonstrava uma segregação existente entre os escolhidos do centro tradicional e uma camada que precisava ser excluída do “requite” daquele espaço.

Por outro lado, concebida enquanto espaço público, a Rua Grande ou Maciel Pinheiro, que iniciava no cruzamento com a Rua da Matriz e terminava na Praça Epitácio Pessoa, foi num primeiro momento alinhada, levando à supressão da praça e à destruição do monumento em homenagem a este ex-presidente. Politicamente, esta primeira empreitada não atingiu apenas o símbolo da memória do ex-presidente, mas também o de seus aliados e sucessores locais.

Relata Pimentel (2011), detalhadamente, sobre Rua Maciel Pinheiro,

A Rua Maciel Pinheiro, que trago para esta página de saudade, salta à nossa vista como um rasgão de fogo divino em noite de inverno forte. Toda assobrada, embora com iluminação insuficiente e mal disposta, nela a reforma foi total, pouco ou quase nada restando do seu aspecto primitivo. Sempre foi a preferida para os divertimentos da população, agora com mais razão depois da reforma que o progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado. Nessa rua, menino, assisti cavalhadas, “topadas de boi”, entrudos, feiras, cinemas e até tiroteio em tempo de eleição. Os primeiros cinemas foram Apolo e Fox. O primeiro, frequentado pelas famílias governistas, o segundo pelos elementos da oposição (PIMENTEL, 2011, p.25 grifo nosso).

No alinhamento da Rua Maciel Pinheiro – preferida de muitos por ter sido um espaço de festas carnavalescas, encontros, feiras - desembocava uma praça que ao final em que foram marginalizados também dois outros símbolos da política da República Velha: o sobrado do ex-prefeito Cristiano Lauritzen e o Pavilhão Epitácio Pessoa (Fotografia 21), lugar em que se reuniam as elites para suas *festas tertúlias*. Os dois edifícios sobrados de dois pisos, com características coloniais centralizavam a praça e existem até os nossos dias, mas ficaram escondidos ou secundarizados pelas recentes construções de dois pavimentos em estilo Décor (SOUSA, 2003).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

O prefeito Vergniaud Wanderley também negociou com o governo do Estado a construção de edifícios para a Recebedoria de Rendas. Construiu, também, em proporções similares ao Grande Hotel, o chamativo edifício da Prefeitura Municipal. Além disso, destruiu o antigo Paço ou Conselho Municipal (localizado vizinho à matriz), indenizou e mandou derrubar a igreja e o largo do Rosário (Fotografia 22), ampliando ainda mais a perspectiva de crescimento da nova avenida.

Fotografia 19 - Rua Marquês do Herval (antigo Largo do Rosário durante a reforma, 1942).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Como parte das ações, o prefeito ainda destruiu a Rua Visconde de Pelotas (que desembocava no Largo do Rosário e obstava o avanço da avenida em direção ao oeste), abriu a perspectiva para que naquela área fosse edificado um novo espaço de lazer, entretenimento e descanso - a Praça Índios Cariris que posteriormente foi denominada Praça da Bandeira (Fotografia 23), um dos principais espaços públicos da cidade até os dias de hoje.

Fotografia 20 - Praça da Bandeira (1950)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

No plano urbanístico de Vergniaud ainda estavam previstos, o fim do Largo da Matriz, indenização e demolição das casas que obstruíam a passagem em direção ao oeste. Do mesmo modo, foi feito com a Rua Venâncio Neiva - que descia em direção ao sul, alinhando-a com a Vidal de Negreiros - abrindo assim duas novas perspectivas para os moradores do lugar: a primeira que levava do Largo da Matriz até o lado da Praça da Luz posteriormente denominada Clementino Procópio (Fotografia 24).

Fotografia 21 - Praça Clementino Procópio (1950)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Além dessas mudanças, o Largo do Rosário foi desobstruído, com o objetivo de proporcionar maior fluidez à saída da área central, em busca das ruas que se tornaram preferidos pelas elites neste tempo: Vidal de Negreiros, Floresta, Afonso Campos, Irineu Joffily, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, João da Mata, e a nova e ajardinada Praça Coronel Antônio Pessoa.

Segundo Sousa (2003), ao ressaltar os significados da reforma Vergniaud Wanderley completa,

Ao final da sua obra, nos trechos onde antes *eram vistos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, territórios de sociabilidades tradicionais*, tinha-se agora *uma longa e larga avenida, com duas praças e um cinema, alguns cafés e confeitarias, uma praça de automóveis e diversos edifícios municipais e estaduais* que, com o passar do tempo, cortaram toda a cidade, tanto no sentido oeste, quanto no sentido leste, obras que foi realizada pelos prefeitos que o sucederam (SOUSA, 2003, p.74 grifo nosso).

Com essas ações, o Prefeito Vergniaud e seus sucessores que concluíram a reforma, demonstrando um significativo esforço no sentido de modificar as formas de consumir não apenas o espaço urbano como também buscava mudar hábitos, costumes e inserir formas de sociabilidades consideradas “modernas” aos habitantes da cidade. A partir de então, na cidade passou a existir uma grande avenida com duas praças, um cinema, alguns cafés e confeitarias. Além disso, a existência dos edifícios do Estado denotava maior participação do poder político numa cidade com poucos anos de emancipação.

Por outro lado, os gestores em questão, demonstraram bastante ousadia nestas mudanças na área central de Campina Grande, na medida em que impuseram a reforma atingindo diretamente proprietários de terras, grandes comerciantes, médicos, dentistas e banqueiros que possivelmente tiveram o apoio dos trabalhadores e pobres em geral que tinham mais possibilidades de emprego naquele momento com o imenso canteiro de obras em que se transformara a cidade. Dessa forma, tinham novos motivos para se divertir com as espetaculares derrocadas dos casarões coloniais que residiam no centro da cidade, mas agora que tiveram que se deslocar, forçosamente, para ruas adjacentes (SOUSA, 2003).

Fotografia 22 - Praça Coronel Antônio Pessoa (1946)⁴⁴



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

⁴⁴ Originalmente, esta estátua do Governador João Pessoa foi afixada na antiga “Praça do Algodão” (entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro), sendo mais tarde removida para na Praça Cel. Antonio Pessoa, em função das obras de urbanização promovida pelo prefeito Vergniaud Wanderley.

Ao final da reforma houve uma relocação com a mudança nos espaços públicos da cidade, os territórios de sociabilidades que tradicionalmente eram localizados na Rua Maciel Pinheiro e nos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, agora passariam às novas praças: Clementino Procópio, da Bandeira e a Coronel Antônio Pessoa (Fotografia 25), ressignificando hábitos e formas de encontro dos cidadãos.

Sobre a conclusão dessa reforma completa o historiador Sousa (2003) que,

Ao abrir novas perspectivas para a Rua Floriano Peixoto, construir edifícios como o Grande Hotel, os prédios da prefeitura, e da Recebedoria de Rendas e derrubar o antigo Paço Municipal, lugar de reunião do Legislativo e do Judiciário localizado ao lado da matriz, Vergniaud Wanderley afrontava o poder e a ascendência da Igreja Católica sobre os moradores da cidade, redefinindo parte da cartografia e dos símbolos do poder local. O bota-abaixo na Maciel Pinheiro aprofundou esse processo, destruindo o território das tradicionais forças políticas e econômicas locais e de parte dos novos ricos a elas associadas por laços diversos. Resistiram principalmente os que estavam ligados às atividades que vinham ganhando importância econômica e dando nova dinâmica ao crescimento da cidade, como o comércio algodoeiro e varejista, a indústria, a mineração e as finanças. Sucumbiram alguns proprietários rurais, que não fizeram a conversão e atualização de suas atividades de acordo com as novas exigências do mercado, algumas famílias que viviam de renda de imóveis e mesmo comerciantes que não acompanharam as mudanças do tempo (SOUSA, 2003, p.82).

Partindo desses elementos citados e de uma concepção de mundo estética (formada pelas tendências autoritárias do seu tempo), a reforma intitulada Vergniaud Wanderley constituiu um marco da organização/produção do espaço, sobretudo no espaço público da central da cidade. Para tanto, do ponto de vista urbanístico, tal medida em que transformou realidades opostas em nome do urbanismo progressista, tentando modificar comportamentos através da criação de leis disciplinadoras, regulatórias e comportamentais. Tal proposta não significou o fim dos conflitos pelo uso do espaço, muito pelo contrário, ao longo do processo inúmeras indenizações foram feitas como também judicializações. Alguns setores saíram mais prejudicados que outros, notadamente, a classe trabalhadora e os mais pobres que foram postos fora das ruas tradicionais (inseridas na reforma) rumo a outros espaços fora da “moderna urbe”.

Outro espaço público significativo foi o Açude Novo, como já fora mencionado, foi durante muito tempo utilizado para abastecimento, pesca e atividades esportivas. Além disso, foi utilizado para tanto consumo animal quanto humano por moradores das comunidades de Coqueiros José Rodrigues e São Joaquim, além de outras adjacentes.

Cabe aqui situar que muitos movimentos higienistas antecederam a intensificação das práticas voltadas principalmente às preocupações de salubridade se proliferavam amplamente nos jornais a partir de 1951. Ressaltamos que a administração do prefeito Elpídio de Almeida (1955-1959) - munido de um significativo conhecimento sobre aspectos caros aos domínios da higienização e do sanitarismo – foi permeada por essas ações médicas não apenas no espaço urbano campinense, como também nos comportamentos dos cidadãos e frequentadores dos mananciais (Fotografia 26).

Fotografia 23 - Prática de Remo nas águas do Açude Novo (1950)⁴⁵



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Baseado nos jornais⁴⁶ da época e nas postulações da Sociedade Médica Campinense, Souza (2013) destaca em sua pesquisa que,

Estas práticas esportivas também no Açude Novo, a exemplo do que ocorrera no Açude Velho, visavam demonstrar a intenção de higienizar e embelezar não apenas os ambientes hídricos, mas também promover a higienização dos corpos, das condutas e dos costumes na cidade, uma vez que o remo, tal qual o nado, representava um divertimento salutar e avançado, imprimindo aos seus praticantes uma identidade moderna através do esporte. Estas práticas buscavam sugerir aos campinenses, os modos pelos quais estes pudessem distinguir-se enquanto sujeitos refinados naquele espaço, autônomos e conscientes, distanciando-se assim das formas “antiquadas” e “pouco civilizadas” pelas quais estes mananciais eram apropriados pelos demais populares (SOUZA, 2013, p. 75).

⁴⁵ A fotografia registra a prática náutica disciplinada pelo código de Posturas do Município (1953) em seu artigo 121 onde foi proibido: Pescar nos açudes e poços públicos, sem prévia licença da Prefeitura; Lavar animais ou roupa, próximo aos açudes, fontes ou poços, de modo que as águas provenientes dessa lavagem possam correr para dentro dos mesmos; Banhar-se dentro ou perto desses reservatórios d’água; Derrubada de árvores nas proximidades das fontes, açudes, lagoas e nascentes dos riachos no manancial (descritivamente há esculpida na extremidade da embarcação há uma referência náutica, notadamente um símbolo de ancora, precedido do termo “Iate Club”, escrito em língua inglesa, signo este que também se faz perceber na indumentária dos atletas fotografados e na boia, o que sugere a vinculação destes a um clube esportivo).

⁴⁶ Jornal de Campina, Campina Grande, 17 de agosto de 1952. p. 04

Nesta perspectiva, a fim de sanear os espaços e dotá-los de ares “civilizados” e “higiênicos”, foram empreendidas políticas urbanas na cidade, buscando redefinir práticas, sobretudo em relação ao cotidiano dos populares, que a partir deste momento passariam a ser acompanhados diuturnamente pelos olhares atentos dos administradores políticos. Assim, mesmo diante dessas mudanças nos comportamentos e práticas impostas aos frequentadores destes espaços, lembramos que a intervenção no açude novo e a implementação do projeto do Burle Marx foi inevitável, embora não cumprido em sua plenitude.

Por outro lado, a intervenção também representara uma “solução” aos comerciantes do centro como uma satisfação à classe política local que exigia mudanças na organização espacial do centro que culminou com a assepsia daquele espaço, o aterramento do manancial e a supressão da comunidade São Joaquim.

Complementa Souza (2013) que,

[...] administradores, políticos e profissionais da Saúde Pública, os quais viam um itinerário perigoso nas formas como os cidadãos comuns se apropriavam dos recursos hídricos da cidade, expedientes que eram muitas vezes entendidos como incivilizados, transgressores e desviantes, responsáveis por um verdadeiro entrave frente ao bom funcionamento do projeto modernizador (SOUZA, 2013, p. 54).

Neste quadro, é possível perceber o significado atribuído por políticos, gestores e profissionais da saúde aos usuários ou pessoas que possuíam hábitos distintos incivilizados, transgressores, desviantes e um entrave ao projeto modernizador.

Nesta direção, mesmo diante do quadro ditatorial instalado no país desde 1964, foi durante a administração do prefeito Evaldo Cruz (1976) que a construção do projeto do Burle Marx foi concretizada. É interessante perceber que simultaneamente houve a deposição da comunidade que existia no local, sem o mínimo debate, muito menos souberam para aonde se dirigirem. Como resultado, tivemos a construção do Parque Açude Novo (Fotografia 27), um espaço que foi aproveitado durante certo período de tempo, mas hoje o espaço público é pouco utilizado, ressalvados alguns transeuntes que utilizam o terminal de integração, diariamente, como passagem residência-trabalho ou residência-estudo.

A respeito dessa ausência atual no uso do espaço público, Caldeira (2000) considera que o planejamento urbano modernista aspira transformar em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo público-privado, eliminando as diferenças para criar uma cidade

racionalista, dividida em setores de acordo com funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte administração e cívica.

Fotografia 24 - Parque Evaldo Cruz: inauguração (1976) e atualmente (2017).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Nesta perspectiva, o planejamento urbano mina a diversidade na medida em que privatiza o espaço público em grandes enclaves fortificados voltados para dentro, sob um grande aparato de segurança, tornando o espaço público num território do medo auxiliado pela fraca noção de pertencimento do lugar aos poucos frequentadores. Nestas condições, a possibilidade de coexistência, diversas classes sociais, em um espaço público fechado fortalece e promove não a igualdade ou as formas de sociabilidade, mas a desigualdade explícita.

Ao correlacionar a multiplicação destes enclaves fortificados nas cidades à cidadania e a construção de espaços públicos dentro desses espaços, Gomes (2014) salienta que,

O arremedo da cidade dá lugar ao nascimento de uma cidadania fragmentada, ou, sem exagero, um simulacro da condição de cidadania. O homem público procura se reproduzir em espaços privados, ou ainda, o espaço público é recriado em esferas menores e privativas. Recusa-se dessa maneira, conviver em uma sociedade variada e multifacetada. Confunde-se sociedade com homogeneidade. Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a esse tipo de espaço, seletivo, controlado, limpo e regulado que se opõe ao espaço público (aberto, inseguro, imprevisível etc.) (GOMES, 2014 p.187).

Neste sentido, a multiplicação, cada vez mais, dos grandes edifícios limitam os encontros pessoais dos sujeitos, na medida em que os novos enclaves fortificados simulam a existência do espaço público no qual a homogeneidade pragmática destoa da coabitação, da convivência multifacetada no encontro com o diferente. Alertamos ainda com base em Santos (2014), Carlos (2016), Caldeira (2000), que nestas formas de lazer, habitar e consumir, o

individualismo sobrepõe à individualidade, tornando o sujeito mais egoísta e menos participativo, conseqüentemente menos cidadão.

Nesta direção, o discurso da revitalização do espaço se instaura e ganha sentido num processo de constante transformação em busca pelo moderno. No caso local, o processo de produção dos espaços na cidade tem sua fundamentação na racionalidade pública que se impõe de cima para baixo num “processo autofágico”, no qual “a demolição dos lugares familiares” para a “produção de novas formas urbanas se realiza aprofundando a segregação, além de expulsar a população inadequada e destruir as referências, que são elementos definidores da identidade cidadão/cidade e que sustentam a memória” (CARLOS, 2007, p. 68).

Neste constante processo de transformação e intervenção, Sobarzo (2004) adverte que a idéia do poder municipal “zelador” dos interesses coletivos deve ser entendida como um ideal não cumprido ou não cumprido em sua totalidade. Em geral, a ação do poder municipal evidencia uma mistura de interesses públicos e privados, indo desde interesses próprios do prefeito até os interesses de grupos locais dominantes.

Sob o ponto de vista local, situamos o recorte pontuado pelo PDLI, durante a gestão do prefeito Evaldo Cruz, quando houve a aplicação de uma política voltada a urbanizar a área central pela construção de equipamentos de lazer e recreação (período este que culminou com a expansão do comércio popular), até a transferência destes ambulantes para as ARCCAS e o Shopping Popular Edson Diniz (2002). Para a aplicação desta política, inicialmente, houve a construção do primeiro Calçadão da Cardoso Vieira (Fotografia 28) - descrita pelos gestores e meios jornalísticos como mais importante obra da área central (1975). Em matéria veiculada no mesmo ano pelo Diário da Borborema menciona,

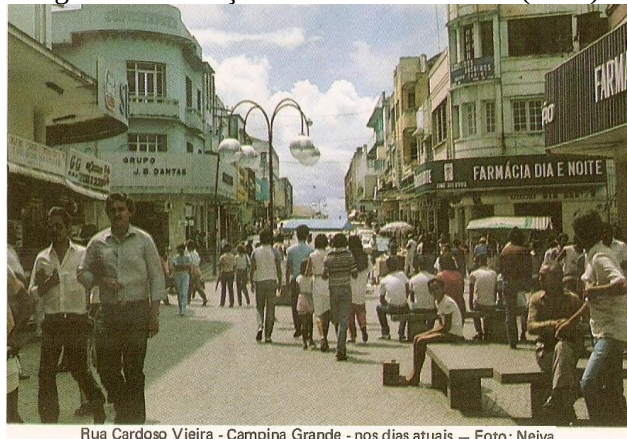
A construção do calçadão da Flórida, que a Prefeitura deverá iniciar ainda este mês, constitui obra de primordial importância no plano urbanístico da cidade, destinada à recreação das pessoas, numa cidade pobre de lazer como Campina Grande. Contra esta iniciativa louvável do Prefeito Evaldo Cruz, levantaram-se, porém, alguns motoristas de táxis pelo fato de terem ali os seus pontos de estacionamento [...]. A Prefeitura é que não deve nem pode submeter-se às exigências de quem quer que seja, quando precise realizar obras de reconhecido interesse público⁴⁷.

Nas falas da imprensa, o interesse público deveria sobrepor ao interesse de alguns taxistas, sob a justificativa da pouca existência de espaços de lazer e recreativos na área

⁴⁷ O CALCADÃO. Diário da Borborema, 12 dez.1975.

central da cidade. Desta feita, esperava-se ansiosamente por mudanças do quadro paisagístico do centro, em que a “coletividade poderia ser beneficiada”.

Fotografia 25 - Calçadão da Cardoso Vieira (1975)



Rua Cardoso Vieira - Campina Grande - nos dias atuais — Foto: Neiva

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Nesta mesma direção, em 1982, através do Programa CURA (II) também foram construídos mais três espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário com mesmos estilos: os Calçadões das Ruas Sete de Setembro, Venâncio Neiva (Fotografia 29) e Maciel Pinheiro (Fotografia 30).

Fotografia 26 - Calçadão da Venâncio Neiva (1982).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

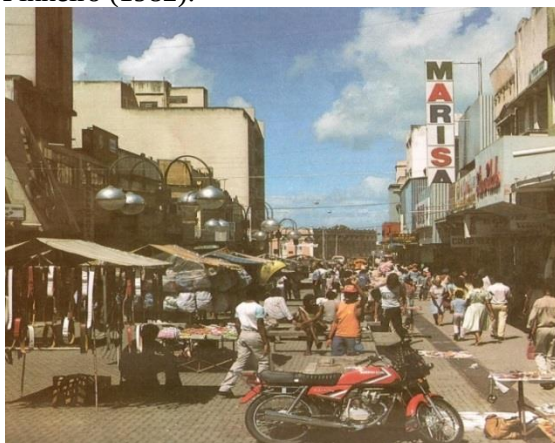
Juntos, os quatro Calçadões agora tinham o objetivo de dotar centro da cidade de Campina Grande de espaços voltados às atividades culturais, econômicas e de lazer. No primeiro momento, a tendência do plano seria projetar e construir a imagem da cidade pela ocupação de seus principais espaços públicos. Contudo, tal trajetória ocorreu paralelamente à ocupação conflituosa dos ambulantes nos Calçadões, confundindo o uso/apropriação do espaço público por cidadãos comuns, quanto ambulantes e consumidores.

Em sua pesquisa ainda relata Carvalho (2011) que,

Os Calçadões passaram compor a demarcação que os ambulantes realizaram, por quase mais de duas décadas, como possibilidades de uso destes espaços na organização de suas práticas econômicas e, sobretudo, na relação estabelecida entre a cidade de Campina Grande e a natureza do seu espaço público (CARVALHO, 2011, p.79).

Durante vinte anos, as formas de usos dos Calçadões, seja enquanto espaços de sociabilidades ou pelos ambulantes em suas respectivas atividades, foram definidas e retratadas no espaço urbano Campinense. Além do mais, a tensão promovida pela CDL, Associação Comercial, Jornais locais, marcou a prática econômica dos ambulantes no espaço público do centro - palco de resistências.

Fotografia 27 - Calçadão da Rua Maciel Pinheiro (1982).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Conforme já visto (primeiro capítulo), a implantação do Programa CURA teve como consequência esse acirramento da supracitada tensão no espaço público, fortemente marcada pela coexistência conflituosa entre comércio informal, transeuntes, Associação Comercial e CDL da cidade. Entretanto, o espaço do Calçadão remonta a experiência definida pelas imagens que o demarcam também como operação destes contrausos incorporados ao passado da cidade, cuja representação do espaço e das práticas de domínio popular associados por ideias de ócio, do encontro, da espontaneidade, prazer, fofoca, trabalho e da política que ainda estão presentes na rotina da cidade, como nos modos cotidianos de conviver entre os cidadãos campinenses (CARVALHO, 2011).

Atualmente, de todos calçadões construídos, resiste apenas o trecho da Cardoso Vieira “o Calçadão” localizado entre as rua Marquês do Herval e Vanâncio Neiva. Os outros

três foram extintos em 1995 sob a justificativa oficial da execução do Projeto de Revitalização do Centro e a abertura destes logradouros ao trânsito. Tal extinção pode ser observada enquanto uma estratégia do poder público de retirar os ambulantes do centro da cidade com um discurso, segundo o qual tal medida resolveria o problema dessas ocupações.

Lembramos, pois, que o processo de intervenção não se deu de forma muito clara, conforme a nota do Diário da Borborema de outubro de 1995,

O Prefeito Félix Araújo manteve diálogo cordial⁴⁸ e conseguiu retirar todos os vendedores ambulantes dos antigos calçadões das ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira. Antiga aspiração da comunidade, os velhos calçadões não fazem parte da vida do campinense. Todo o trabalho nasceu graças ao desenvolvimento do Projeto de Revitalização do centro comercial [...]. A desobstrução dos calçadões das ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva deu uma outra característica à paisagem urbanística da cidade⁴⁹.

A ação do gestor público, pouco democrática e unilateral, representou em termos materiais, “a desobstrução” dos grandes calçadões com o objetivo de reabrir vias de circulação, encurralando o comércio informal em pequenas calçadas ou forçando a expulsão de um grande contingente desses autônomos à outras áreas do centro. Embora a ação do prefeito (do ponto de vista do jornal local), apresentasse “cordial” para com os ambulantes e camelôs - em termos práticos - também serviu como ponto de apoio ao desmonte do espaço público na área central e antecedeu às construções do shopping Edson Diniz e ARCCAS.

No caso específico do espaço público, é possível afirmar que a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce seu domínio, do ponto de vista legal, constituindo-se, por excelência, no espaço da intervenção do poder público. Assim, o espaço público reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses (SOBARZO, 2004).

⁴⁸ O Programa Prefeitura na Comunidade (PPC) tinha o slogan “Venha Decidir com a Gente” colocava uma imagem importante forma de democratizar o canal entre Prefeitura e cidadãos pelo combate à cultura autoritária, patrimonialista e clientelista. Entretanto, ao se restringir às ações pontuais, enveredou-se por dilemas provocados pelas dificuldades orçamentárias próprias e por pressões de ordem política que levou à sua completa desestruturação em 1995. Segundo declarações do prefeito Félix Araújo a expectativa seria de que o programa fosse retomado. Contudo, dependeria exclusivamente de verbas federais advindos dos senadores, Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, bem como os deputados Cássio Cunha Lima e Ivandro Cunha Lima para que junto ao governo federal. A concretização das propostas praticamente não se condicionou à capacidade financeira do Município, o que terminou por servir muito mais para legitimar uma imagem política do gestor da época do que propriamente de pensar a cidade. Os poucos investimentos planejados como indicadores da participação, em face às preocupações com as desigualdades sociais na cidade, foram incapazes de democratizar a gestão urbana através do componente da participação (PEREIRA, et al. 2004).

⁴⁹ Diário da Borborema, 11 outubro de 1995

Carlos (2007), ao mencionar sobre “segregação programada” ressalta que esta se realiza pela intervenção do Estado através de políticas urbanas orientadas pelas exigências da reprodução espacial, implicando em valorização/desvalorização dos lugares e completa,

Tal fato ameaça, diretamente, a vida urbana a partir da destruição de áreas imensas, com a perda das relações de vizinhanças, diminuição das possibilidades de encontro, deterioração dos espaços públicos, bem como pela excessiva normatização dos lugares da vida permeados de interditos que esvaziam o uso, expulsando o corpo (CARLOS, 2007, p.96 grifo nosso).

Nesta direção, também aponta Carlos (2007) que, a vida cotidiana perde sua força de sentido no espaço que é fragmentado pelo uso do Estado sob a retórica da renovação/revalorização/reabilitação. Desse modo, são produzidos novos espaços e formas para o uso restrito ou restringindo e esse processo é imposto ao cidadão - que não tem o direito de falar e quando fala, não é ouvido, pois só pode fazê-lo através de instrumentos políticos que simulam a participação.

Portanto, é nas ruas, praças, calçadas e passeio que se compõe a prática dos ambulantes, em lógicas que o diferenciam no conflito com poder público, assim como pelo uso que se destaca. A rua também demanda os Calçadões como lugar, por excelência, de manifestações culturais da cena urbana local, um espaço público preenchido por cidadãos que desejam debater valores políticos, discutir ideias, leis, formas de participação, democracia (CARVALHO, 2011).

A criação dos calçadões que ocorreram no centro desde a década de 1970 e, gradativamente, aciraram o conflito entre a imagem desta cidade e seu espaço público de tal forma que conferiu ao lugar um significado especial que perdura desde a sua construção. Um lugar identitário, relacional, histórico e político que uma operação espacializante não implicou em perda do seu significado original, pois o Calçadão desde a sua inauguração proporcionou ao campinense e ao ambulante, a imagem da cidade associada às suas sociabilidades.

Nesta direção, a extinção dos Calçadões passou a denotar a representação de um lugar que, através da resistência, irradia as transformações mais gerais que repensam o passado e o presente de Campina Grande em sua configuração sócioeconômica, cultural e política e o que formula a manifestação de vários cenários identitários num mesmo espaço.

Hoje, o Calçadão da Rua Cardoso Vieira ainda é um lugar onde tudo acontece e de onde tudo se vê - o tradicional ponto de encontro de aposentados, artistas, intelectuais, professores, políticos. É também um espaço onde acontece o comércio negro das armas, mortes, drogas, assaltos e prostituição. É o palco dos artistas de rua, cantores de ocasião,

pregadores do evangelho e contadores de piada, torcedores de Treze e Campinense Clube. É o local é o termômetro da cidade, o canto do fuxico e da fofoca, da boca maldita, do boato bom e ruim. Uma rua/prça estreita e pequena, com alguns bancos para sentar e pequenos comércios onde, diariamente, passam milhares de pessoas.

Com efeito, ainda merece atenção a construção de outro espaço público na cidade que ocorreu paralelamente (1980), mas revelou mudanças significativas no modo como foi concebido. Notadamente, com ascensão de Ronaldo Cunha Lima à Prefeitura Municipal (1984-1988) e a construção do espaço denominado “Parque do Povo” surgiram novas interpretações, leituras e concepções acerca do espaço público na cidade.

Segundo Santos G (2008),

O Parque do Povo foi construído em um terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, onde estava encravada uma comunidade chamada de “Coqueiros de Zé Rodrigues”. Esta ação da Prefeitura Municipal se constituía numa estratégia cirúrgica para estripar do centro da cidade e dos olhos dos “turistas” que passavam a visitá-la um “mal” que estava a se alastrar no seu espaço urbano, as favelas. Dando lugar a um espaço planejado e arquitetado para abrigar as novas instituições e materializar os discursos que passavam a constituir Campina Grande (SANTOS G, 2008 p.87)

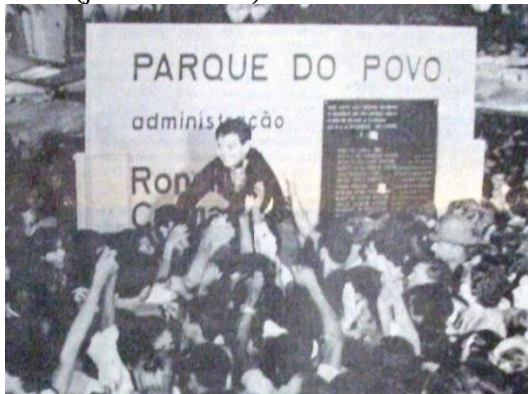
Na visão do historiador, a construção do arquitetado Parque do Povo representou uma estratégia cirurgica de expulsão dos moradores daquela comunidade em função de um evento turístico que crescia a cada ano e que agora seria a redenção da cidade. De uma forma geral, a administração de Ronaldo tentava constituir para a urbe, uma imagem de uma cidade “vocacionada” ao turismo de eventos destinada a produzir festas grandiosas como vinha acontecendo e que estava rendendo a esta um destaque nacional, sobretudo, um projeto de roteiro de festas nacionais.

Do ponto de vista local, a construção deste espaço público representou uma série de significados reverberados pelos políticos no imaginário coletivo. Sendo assim, adverte Sobarzo (2004),

A praça é um espaço público que cumpre essas funções, mas também pode ser uma “obra” que o prefeito inaugure com festa e *cobertura da imprensa*, ou que pode receber monumentos (símbolos) que passem uns certos significados, ou receber um nome que homenageie alguém ou alguma data ou acontecimento; *aspectos que potencialmente criem ou reproduzam mecanismos de dominação ou controle político, como consolidar a imagem de um prefeito como “tocador de obras”, ou passar para o imaginário coletivo certos personagens ou fatos que pouco tenham a ver com o cotidiano das pessoas que usufruam desses espaços* (SOBARZO, 2004, p.54 grifo nosso).

Por esta ótica, a figura do político Ronaldo Cunha Lima “tocador de obras” ou pai da construção que poderia retirar a cidade do atraso das crises econômicas e carnavais que não deram certo, mas que agora possui um grande espaço de eventos que é Parque do povo, embora sua construção seja relacionada, fortemente, a imagem deste político (Fotografia 31).

Fotografia 28 - Inauguração do Parque do Povo (junho de 1986)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Na realidade, Ronaldo pretendeu marcar sua passagem pela Prefeitura local como construtor de uma grande obra/evento e não como o mantenedor de uma festa que muitos diziam estar definhando, moribundo, “morto”. Assim, o prefeito queria se apresentar como um político audaz/corajoso/desafiador, cuja sua função não se resumia apenas em governar uma cidade, mas que estava decidido a mudar a mentalidade do seu povo de como deve ser o perfil de uma administração voltada para o desenvolvimento da cidade e engrandecimento de sua população.

Ressaltamos que, enquanto concepção de espaço público, o Parque do Povo há um relativo esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação do espaço público, assinalado pela construção de um espaço que é em si, semi-público (SOBARZO, 2004), (CARDOSO, 2000), (CARLOS, 2007) em substituição a um espaço festivo popular. Dessa maneira, a implantação do Parque do Povo desencadeou um processo de apropriação privada interna dos benefícios relacionados com a produção social do espaço público, na medida em que delegou à iniciativa privada e grandes empresários da cidade, a possibilidade de agregar capital às suas respectivas empresas, além disso, beneficiou os proprietários de hotéis, pousadas, bares e restaurantes não apenas do centro, como de toda a cidade.

Nesta direção afirma Lima (2002) que,

O Parque do Povo é um mercado de ofertas e consumo de produtos, é uma empresa na qual múltiplos interesses ora se confundem, ora se conectam com discursos ou práticas que transformam em um acontecimento, o fenômeno

junino [...] há um apropriação seletiva de espaços e de pessoas que serve de instrumento de disciplinarização para os atores e as consequentes expressões da festa, desde a atração escolhida apresentada no Parque até do atores que delas participam [...] merece destaque na festa junina de Campina Grande é a apropriação do evento como o momento propício a construção dos perfis políticos. A festa construída nos espaço do Parque do Povo consubstancia-se no locus privilegiado para prática política (LIMA, 2002, p.140).

Neste quadro, o espaço público do Parque do Povo é visto como uma empresa que envolve múltiplos interesses em torno da festa junina, desde os aspectos comerciais mais simples como a disciplinarização do uso dos espaços através hierarquização e estratificação social segmentação de barracas, camarotes, pessoas, reproduzindo o cotidiano da cidade até a projeção política de um determinado ator que se apropria do momento para se perpetuar no poder proferindo discursos persuasivos.

Ao mencionar sobre os espaços públicos que promovem eventos, Damiani (1999) nos mostra que na cidade atual existe a tendência à geração de espaços neutros, espaços do espetáculo, espaços desérticos de conteúdos restringidos. “No nível da representação, o público é privatizado, o público sustenta o domínio dos interesses privados, processo justificado no discurso da racionalidade dominante” (DAMIANI, 1999, p. 54). Por este sentido, embora que no plano do discurso a obra seja aparentemente pública, no plano prático “o espaço do espetáculo” tornou-se eminente privado ou apropriado majoritariamente por este.

Sendo assim, a festa consolidou-se no espaço público pelo evento junino com magnitude significativa, utilizadas pelo seu idealizador - Ronaldo José da Cunha Lima (1983-1988) – como ferramenta de barganha política. Com isso, materializaram-se em várias dimensões, usos e apropriações do espaço ou variados usos e apropriações da festa, num processo de manipulação tática e estratégica política.

Entendemos o Parque do Povo hoje enquanto um espaço que sedia eventos sazonais, a exemplo da Consciência Cristã (período de carnaval), as feiras automobilísticas, encontros nacionais – eventos estes que juntos movimentam a economia da cidade, sobretudo a rede hoteleira, bares, restaurantes. Entretanto, o principal uso do Parque é feito pela festa junina, já que o evento possui um significado particular, na medida em que possibilita a metamorfose do espaço público em espaço político e privado, cuja importância das empresas e do político é publicitada numa festa por este gestada. Neste viés, o jogo político consubstancia-se em um excelente palco de disputas e definição do poder político. Um teatro no qual se encenam as táticas do fazer político e da segmentação do consumo, além de uma consequente possibilidade de uso da política como um espetáculo (LIMA 2002).

3.2 A produção discursiva do espaço público e as falas da modernização

Em Campina Grande, os fenômenos relativos à produção do espaço podem ser compreendidos, enquanto processos de significação implícitos nos discursos, que projetaram, historicamente, a cidade. Tal projeção, parte do pressuposto que os seus atributos são disseminados, ideologicamente, pelas classes políticas locais através de elementos de diferenciação sócio espaciais - enquanto sinônimo de urbe em constante processo modernização. Tais explicações, para a singularidade desta cidade, hão de serem buscadas nos discursos que foram e ainda são projetados nas falas, leis, jornais, propagandas ou práticas espaciais.

A forma urbana e a interpretação realizada sobre este lócus (cidade) nos jornais, revistas, falas, impressos se constituem para nós - enquanto geógrafos - importantes dispositivos de interpretação, na medida em que trabalha a cidade como espaço de compreensão em suas variadas dinâmicas. Neste sentido, coube-nos então a opção de recorrer à análise de discurso, por um viés que pode possibilitar perceber as formulações discursivas inerentes ao lugar de onde se narram, como se narram os fatos e os sujeitos das intervenções urbanas.

Como a cidade se constitui em espaço de interpretação particular, podemos perguntar: “como os sujeitos interpretam a cidade, como eles se interpretam na cidade, como a cidade impõe gestos de interpretação, como a interpretação habita a cidade etc” (ORLANDI, 2004, p. 21 grifo nosso). Como os elementos fundamentais da análise do discurso são decorrentes da relação língua/sujeito/história, esta é entendida como exterioridade construída politicamente pelas falas e ações que são materializadas enquanto discursividade, sendo analisável a produção de sentidos no espaço urbano. Assim, através do modo de funcionamento do discurso da e na cidade, podemos compreender tanto a constituição do sujeito urbano com seus modos de manifestação e a maneira que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e comunicação (ORLANDI, 2004).

Nesse contexto, chamam a atenção as intervenções nos espaços públicos - quase sempre tomadas, abruptamente, pelo poder público. Com isso, usos dos espaços pelos pobres são inteiramente associados às reações materializadas pelo centro da cidade, dentro e fora dos limites da ordem jurídico administrativa.

Neste sentido, o desafio que se colocou para nós - incessantemente - foi a leitura de usuários da rua, instituições, políticos e outros praticantes que (re) inscrevem o discurso do

texto (urbano) que estão presentes nos materiais por nós trabalhados. Neste quadro, as falas dos cronistas, as matérias, os documentos oficiais, juntamente com os fatos divulgados e as fotografias documentadas nos jornais, representam o discurso que assume um lugar, uma determinada posição, um olhar (contraditório, antagônico e intencionado) sobre a produção do espaço de Campina Grande (CARVALHO, 2011).

Ao tentar realizar uma leitura que sobre o cotidiano histórico de Campina, isto é da cidade representada nas falas de quem a produz, assumimos o papel de interpretar e revelar a omissão existente ou possivelmente quando da retenção/silenciamento/ocultação das falas e das reações populares. Fragmentaram assim, as reações populares e, ao não darem voz a estas, mas por estas falarem, cumpriram a orientação do discurso hegemônico baseadas e reforçando n(a) imagem evocada por uma ordem organizada e disciplinada já consolidada.

Seguindo por este raciocínio, ressalta Orlandi (2004) que à revelia da tentativa de negação levada por essa ordem, os pobres urbanos ilustram de forma incontestável a fronteira baseada na organização espacial, pondo em movimento outra materialidade, distinta e voltada a des-organizar um lugar de uma fórmula totalizadora que é o Estado.

Nesta direção, pela própria condução desta pesquisa, se faz necessário tentar compreender, empiricamente, o discurso – para além de um enfoque reducionista no qual parte seus sujeitos são tidos como ilegal, paralelo, irregulares e sinônimos de desordem na cidade – de forma que se possa revelar o comportamento espacial dos camelôs/ambulantes, moradores, grandes comerciantes, empresários, políticos, transeuntes e pobres urbanos. Assim, nessa relação que se constitui enquanto enfoque geográfico - aqui trabalhado pelas margens dos discursos - nos proporciona pontos do sentido pelo constante processo da requalificação do centro da cidade.

Partindo deste pressuposto, procuramos compreender Campina Grande – PB como um espaço que toma forma e se materializa, através da relação que constitui o processo de requalificação do seu centro. Remetemos assim, não apenas acontecimentos, ou vestígios de um percurso histórico prévio, como também pela a interpretação de um trabalho de mão dupla da análise de discurso - ao perceber a cidade como um lugar produzido histórico, espacial e ideologicamente - conforme sujeitos urbanos, através de uma interpretação e relação entre sociedade e espaço.

Recorremos à historicidade desta cidade, na medida em que tem sido idealizada como progressista, contemporânea, inovadora, pioneira e detentora de espaços ligados uma compreensão – incompleta – que marca o seu ininterrupto processo de modernidade urbana

conduzida por agentes públicos e privados. Nesta direção, a produção discursiva, realizada por diversos sujeitos, tem ver com o espaço que se revela dinâmico e instigante.

Essa imagem, pioneira da urbe, opera em um contexto de intenções e discursos que, diferenciados entre si, insistem para significar e representar Campina em suas características por atributos singulares e peculiares que, ao se relacionarem entre si, interpretam aquilo que baliza a sua espacialidade e a capacidade urbana (CARVALHO, 2011).

As imagens produzidas da cidade têm por base diversos significados e quem as interpretam produzem outras variações do ponto de vista político, econômico, cultural do lugar. Quem está na gestão do espaço, na oposição, nos jornais produzem diversas falas, mas é apenas quem percebe – empiricamente - o fenômeno espacial que sente aquilo que pode ser retórica⁵⁰ ou não. Nesta perspectiva, bem cabe a Campina Grande em sua experiência contemporânea - o que a significa, a valoriza, desvaloriza, metamorfoseia e ou a constitui como projeto ideário - elementos estes que estão por trás do processo de requalificação urbana em que a textura da cidade está representada através da produção de suas imagens (CARVALHO, 2011).

Esse processo tem experimentado fenômenos bastante locais que chamam a atenção, pelo significado imagético que tomam Campina Grande por características sempre únicas e singulares. A implicação do tratamento dado a Campina alcança a aproximação, real ou hipotética, do que se propõe sobre a cidade e suas paisagens e remete ao exercício rotineiro de representá-la nas falas por um grau superlativo.

Isso nos faz perceber, em especial, como a cidade é (re)inventada, no sentido da cidade imaginável que tem sido pensada e alicerçada em um jogo de posições e interesses, tantas vezes confrontados com o desvelamento das contradições sociais ocorridas em Campina e legitimada em seus significados a cidade do trabalho, da pujança, do progresso.

Cardoso (2000) chega a afirmar que,

Tais ideias vêm determinando o conjunto de identidades sociais que, já em sua formação enquanto lugar urbano, conduz os discursos políticos. Uma criação e recriação da imagem da cidade, fruto de confrontos sociais e de classe, expressos pelas representações políticas no sentido de atribuir um papel relevante à cidade no contexto regional e nacional. Esta orientação toma enunciados como “vocação” e “povo campinense” para sugerir a necessidade de modernização da cidade, de mudanças no modo de vida (CARDOSO, 2000, p.21).

⁵⁰ Retórica (do latim *rhetorica*, originado no grego *rhêtorikê*, literalmente a arte/técnica de bem falar, do substantivo *rhêtôr*, «orador») é a arte de usar uma linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva (PLEBE, 1978).

Nesta direção, a cidade sempre teve nos seus discursos, das mais variadas instituições que conduzem por discursos políticos uma forma de atribuir papel relevante para a cidade no contexto regional e nacional, através de enunciados que exaltam a grandiosidade e imagem de um povo por meio de sua “vocação” pré-determinada   modernidade.

Esses discursos, ancorados nas referências sobre Campina Grande como do seu ouro branco, a farinha, o gado e o trem disseminaram - mesmo que por poucos e para poucos - as novas formas de circulação, movimento e relações de dominação. Este progresso, amplificado sob a condição imagética dos discursos, introduziu modernidade   Rainha da Borborema. Dessa forma, a constituição desta cidade vai para  l m dessas formas perceptíveis e materializadas no espaço, acompanham fatos históricos, o imaginário coletivo produzido por agentes políticos sobre a organização urbana e o sentido que se instala da relação entre o centro, o urbano e o espaço público. Com isso, comportamentos, gestos e falas dos sujeitos produziram significados amplamente instaurados por discursos buscam representar as condições contemporâneas pela quais a cidade vem passando.

Seguindo esta linha raciocínio, o discurso da modernidade tomava conta do país nas décadas passadas (1940-1950), na medida em que grandes reformas urbanísticas eram implementadas, a exemplo da Pereira Passos no Rio de Janeiro e outras pelo país. No contexto local, o Prefeito Verginaud Wanderley adotou uma postura similar, tendo em vista que foi considerado um “homem determinado e contemplado de inumeros atributos, que realizou a grandiosa obra de infra estrutura, permitindo à rainha da Borborema, viesse a se tornar o maior centro cosmopolita do interior nordestino” (DINO , 2004, p.85).

Nesta ótica, tanto os cronistas locais reproduziam o discurso público da intervenção, como também os jornais locais perfaziam manchetes no mesmo sentido, conforme a seguir,

[...] A cidade, permanecendo como centro de atração comercial e vigorosa vida orgânica, entrou numa fase intensa de transformações urbanísticas, na Prefeitura de Vergniaud Wanderley. Este magnífico administrador demoliu velharias, rasgou ruas, impôs e deu margem a muitas construções renovadoras. Concluiu o novo mercado e o Grande Hotel, substituiu e desenvolveu em grande área o calçamento público, levantou o prédio da Prefeitura num símile campinense de arranha-céu, iniciou a retificação do Açude Velho para um plano arrojado de logradouro capaz de honrar qualquer cidade de boa cultura e riqueza Panorama de uma administração modelar⁵¹.

Ao exaltar a figura do prefeito “magnifico” e, ao utilizar os termos “velharias”, “rasgar ruas” e “aranha céu”, o jornal da época conduz a uma percepção, imaginária espacial,

⁵¹ FASE de intensas transformações. Jornal O Rebate. Campina Grande. 04 de outubro de 1944.

no qual o gestor seria a pessoa singularmente responsável pelos “melhoramentos” obtidos na cidade. Assim, as velharias deveriam dar lugar ao novo, as ruas necessitariam de ser reticuladas e os edifícios de três andares (arranha-céu) deveriam se sobrepôr às construções coloniais.

No Brasil, associadas a um republicanismo militar, as reformas urbanísticas que ocorreram no início do século passado, assumiram uma dimensão bastante singular - fortemente autoritária - envolvendo uma complexa teia de relações políticas, econômicas e sociais (SOUSA, 2003). Apesar das especificidades nacionais, esses processos de transformação urbana, informados pelos chamados valores burgueses modernos, foram marcados por amplos conflitos e contendas. Em Campina, estes atingiram a vida de muitas habitantes do centro da cidade, ainda que de formas diversas.

Nesta direção, do ponto de vista local e da gestão, o próprio Vergniaud Wanderley dá sua dimensão acerca das tensões existentes naquele período,

[...] Houve muitos conflitos, que terminavam sempre resolvidos satisfatoriamente como, por exemplo, as desapropriações dos prédios de Chico Maria, Demóstenes Barbosa, Padre Borges, Abílio Albuquerque e muitas outras. Entretanto, a desapropriação da casa de Pedro do Egito, foi a única que levei a juízo, em virtude da sua obstinação em não querer entrar em acordo. Apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente, porque não esperando pelo recurso ao tribunal, que o mesmo tinha direito, mandei derrubar na calada da noite o referido prédio⁵².

Vergniaud Wanderley admite a existência dos conflitos, entretanto usa de um eufemismo quando aponta uma condução satisfatória para resolução da contenda, remetendo a situação à uma atuação pacífica por parte prefeitura. O gestor levou “apenas” uma demolição à juízo e, mesmo sem esperar o deferimento do recurso defeso ao proprietário - derrubou na calada da noite o casarão em questão - ressalvadas outras tantas nas quais foram feitos através de “acordos” - supostamente unilaterais.

Evidentemente as principais vítimas foram populações pobres e marginalizadas, mas não foram as únicas. No caso de Campina Grande, além das famílias pobres que moravam nos becos, em suas partes centrais e adjacências, houve a demolição, em alguns casos de forma deliberadamente arbitrária, de antigos casarões pertencentes a famílias tradicionais da cidade e armazéns e prédios de grandes comerciantes. Completa Pimentel (2011) que,

⁵² Entrevista concedida ao Cronista Ronaldo Dinoá, 1993, p.206-207.

A Rua Maciel Pinheiro... [...] salta à nossa vista como um rasgão de fogo divino em noite de inverno forte. Toda assobradada, embora com iluminação insuficiente e mal disposta, nela a reforma foi total, pouco ou quase nada restando do seu aspecto primitivo. Sempre foi a preferida para os divertimentos da população, agora com mais razão depois que o Progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado [...] Na grande reforma, que mudou totalmente o aspecto da Maciel Pinheiro, assobradando-a e dando-lhe novo alinhamento, feito pelo prefeito Vergniaud Wanderley, a praça [Epitácio Pessoa] desapareceu (PIMENTEL, 2011 p.57-62).

Nas palavras do cronista, é possível vislumbrar a produção de um sentido remetendo ao passado nostálgico retratado na existência de uma rua (Maciel Pinheiro) que foi o centro dos divertimentos da população local. Contudo, o próprio jornalista, ao acrescentar a multiplicação dos inúmeros sobrados e quando compara, metaforicamente, o *roupão de brim* com *jaquetão bem talhado*, introduz um termo que – semanticamente – denota um sentido metafórico segundo o qual, as formas produzidas pela reforma urbanística sobrepuseram à antiga configuração espacial da área central, mas sem ressaltar as perdas para população mais pobre.

Durante o mesmo governo de Vergniaud Wanderley, outras obras significativas do gestor foram a construção do cais do Açude Velho como também praças, ruas e avenidas. Ao relatar sobre “suas” obras e formas de ver a cidade, o prefeito menciona,

[...] Afora esses prédios, construí praças, abri ruas e avenidas, como a principal Floriano Peixoto, pavimentei dezenas de ruas, fiz a urbanização do Açude Velho, remodelei o centro da cidade, acabando as vielas, impondo um certo tipo de construção que, infelizmente não foi seguido pelas administrações posteriores [...] O açude Velho, um pequeno lago em pleno coração da cidade, não poderia continuar por mais tempo sem merecer as vistas da edilidade. Ademais, a falta de jardins públicos, de parques, de arborização sempre deu a Campina uma cidade que pode parecer a muitos construída apenas para as competições comerciais, certo ar de desolação, muito comuns às cidades caririzeiras. Diante disso, resolvi aproveitar a bacia do açude Velho como motivo de embelezamento urbano, e encarreguei o arquiteto Georges Munier de elaborar o plano de sua transformação⁵³.

Sendo assim, ao inserir elementos como “eu construí”, “eu abri”, “eu pavimentei”, “eu remodelei”, “eu aproveitei” o prefeito estabelece um nexo de proximidade, posseção, conhecimento espacial e realização da obra, de modo que, pelos elementos contidos na fala,

⁵³ Entrevista feita com o prefeito Vergniaud Wanderley a União em 02/02/1942.

há a apropriação da obra pelo prefeito, produzindo um sentido no qual apenas ele⁵⁴ - enquanto sujeito - seria capaz de tal intento. Ao destacar também, a importância de suas ações - quando ressalta o “desânimo” e “desolação” pela ausência de “jardins públicos” (espaços públicos) frente à “competição comercial” antes de suas ações – o gestor tenta conduzir o leitor a uma interpretação de sua administração como crucial ao embelezamento da urbe. No mesmo enunciado, o prefeito ressignificou o Açude Velho como um “pequeno lago”, estabelecendo uma proporcionalidade espacial, de forma que, com suas ações o tornaria grande, lindo e belo.

Por outro lado, é necessário abordar a ambiguidade da reforma - “o bota-abaixo”- como um todo. Contraditoriamente, tal fato merece uma reflexão, já que falas e ações do “progresso” até aqui vislumbradas, soou como uma derrota por parte das elites locais. Na realidade, parece mais fácil mensurar e entender que houve mais perdas espirituais e simbólicas que materiais ou econômicas, na medida em que as elites não perderam com a derrocada dos antigos casarões (Rua Grande ou Maciel Pinheiro), já que em seu lugar foram edificadas novas e modernas sobrados nas mesmas ruas ou adjacentes (PIMENTEL, 2011).

Ao final da reforma, quando Vergniaud Wanderley deixou a Prefeitura (1945), a cidade apresentava, segundo Pimentel (2001), um aspecto atraente pelo asseio, visão topográfica acolhedora, com algumas praças, aparentando civilizados, mas mostrando que a cidade não estava longe dessa “civilização”.

Foi neste contexto, em termos nacionais que, a segunda metade do século XX foi marcada por um período de poucas certezas científicas em que o desejo de “civilizar” associado ao discurso “modernizador” levou – paralelamente – ao amadurecimento e fortalecimento do discurso médico, legitimado como único saber que poderia transformar o espaço urbano e os hábitos dos cidadãos. Assim, os médicos assumiram o comando de algumas cidades no país, conseguindo também alcançar localmente, mudanças desejadas pelas elites, políticos e letrados (SOUZA, 2013).

Por esta ótica, esse processo de inserção ideológica da medicina na produção do espaço urbano culminou o surgimento do médico higienista⁵⁵ – amado por poucos e odiado

⁵⁴ Para Pêcheux (1997), é no fio do discurso, enquanto discurso de um sujeito (intradiscurso), isto é, o funcionamento do discurso com a relação a si mesmo que é possível flagrar alguns dos aspectos em que o espaço vai se ressignificando e ao mesmo tempo vai configurando – um discurso e uma posição-sujeito. (PÊCHEUX, 1997 p. 166). Essa produção de sentidos encontra amparo discursivo que dá sustentação e serve de justificativa para legitimar a prática do sujeito, dando visibilidade não somente à ressignificação do espaço, como também à materialização de suas práticas, impondo uma ordem discursiva própria, que não apenas procura dar uma identidade à obra. Sujeito e sentido são ressignificados, legitimando-se como prática discursiva ocupando espaços sociais como forma de existência e resistência na ordem política do Estado.

⁵⁵ Seus representantes promoveram nas cidades, não apenas mudanças de natureza material e simbólica, mas impactos estéticos, orientados por um projeto político civilizador de embelezamento e normatização das condutas, usos, formas de consumos e costumes. Transformaram a cidade em espaços de disputas e vitrine para a

por muitos – transformando o Estado num ente higienista, no qual a salubridade e higiene foram elementos percussores do crescimento urbano.

Neste contexto, com a redemocratização após a queda do Estado Novo (1937-1945) e o surgimento de novas agremiações, houve eleições em Campina Grande para Prefeito, quando foram postuladas as candidaturas de Veneziano Vital do Rêgo e do médico Elpídio de Almeida. Este se filiou ao Partido Libertador (PL) e foi eleito prefeito no pleito suplementar de janeiro de (1947-1951), sendo sucedido pelo Prefeito Plínio Lemos (1951-1955). O próprio slogan de campanha do prefeito vencedor, “Médico da Família Campinense” (Fotografia 32), remetia a uma condição semântica com a qual ser médico, natural da cidade e gestor significaria inserir maior credibilidade ao mandato, através de uma pessoa que pudesse curar a urbe das enfermidades.

Fotografia 29 - Elpídio de Almeida.



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Cabe, porém, aqui lembrar que o prefeito Plínio Lemos, além de ter alternado dois mandatos com o prefeito Elpídio de Almeida, sancionou um polêmico Código de Posturas do Município através da lei n. 362, de 24 de Março 1953⁵⁶. Em mensagem à Câmara dos

contemplação pública. Essas transformações desencadearam uma série de outras ações governamentais que culminaram na criação de uma legislação específica norteadora, saneando e moralizando os espaços, redefinindo práticas e impondo uma nova lógica para o trabalho dos aguadeiros, leiteiros, lavadeiras, populares, e todos aqueles que destoassem de seus objetivos (SOUZA, 2013).

⁵⁶ Entre as proibições mais polêmicas pelo código estavam: fabricar no perímetro urbano qualquer coisa cujo mal cheiro incomodasse a população; lançar nas fontes ou açudes entulhos, animais mortos, ervas daninhas e qualquer outra substância que pudesse contaminar as águas; fazer cremação de lixo ou quaisquer outras matérias de detritos, (de modo a incomodar a população ou comprometer-lhe a saúde); vender doces, bolos e iguarias, (sem as necessárias cautelas que os preservem da poeira ou de diversa contaminação); manter casas de pastos, ou mesmo simples café, em comum com barbearias, ou próximo a locais inconvenientes; pescar nos açudes e poços públicos de água potável, sem prévia licença da prefeitura, que somente concederá em tempo que não prejudique a população nem a criação; atirar as aves dentro ou nas margens dos açudes públicos; lavar animais ou roupas

vereadores, o chefe do executivo justificou a aprovação deste seria “compatível com o progresso da cidade”. Estes dois prefeitos tiveram bastantes características em comum, principalmente em relação às formas de gerenciar os espaços urbanos, tentando normatizar costumes e hábitos de sua população.

Em seu primeiro mandato, Elpídio de Almeida instituiu a Lei 650/54, de 31 de Dezembro de 1954 (Código de obras), que dispunha sobre a obrigatoriedade de instalações sanitárias nos prédios da cidade. Outra norma de interesse deste prefeito foi o Decreto nº. 26, de 5 de Julho de 1956⁵⁷ que estipulou a criação da Comissão de planejamento e urbanismo que simbolizou a intenção de inserir um princípio de racionalidade médica na cidade por meios de saberes e técnicas que objetivam planejar a expansão desta e facilitar a circulação de pessoas e mercadorias.

Agra (2006) chega a considerar que a ligação do centro com áreas mais afastadas seriam realizadas por longas e largas avenidas, as quais serviram como elos de conexão com o coração, as ruas para oxigenar a cidade, permitindo a livre circulação do ar e respiração dos habitantes, grandes e largos espaços arborizados como praças e desobstrução dos poros da epiderme com a deposição do lixo orgânico e doméstico em locais adequados para melhor funcionamento do organismo.

Buscando também regulamentar o serviço de assistência social - em Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal – o mesmo prefeito descreveu que a cidade estava passando por uma fase de crescimento, tendo em vista que a urbe estava se “modernizando”. Dessa forma, não seria conveniente ao governo municipal apenas distribuir auxílios às entidades assistenciais, sem regulamentar o serviço ou sem desenvolver programas assistenciais,

Em todo *mundo civilizado* é preocupação constante dos poderes públicos o estabelecimento de serviços sociais abrangendo as modalidades de assistência aos necessitados. A organização administrativa de Campina Grande dispõe de um serviço de Assistência Social, a qual se limita a distribuição de auxílios, na verdade, simples esmolas, *sistema que não está de acordo com as práticas modernas do Serviço Social*. Dado o grau de adiantamento que atingiu a nossa cidade, não é possível retardar por mais tempo a solução do problema de tamanha relevância. *Urge criar, verdadeiramente, o nosso serviço social*⁵⁸ [...].

próximos aos açudes, fontes ou poços de modo que as águas; proveniente dessa lavagem possam correr para dentro dos mesmos; banhar-se dentro ou perto desses reservatórios d'água; derrubar as árvores nas proximidades

⁵⁷ Decreto nº. 26 de 5 de Julho de 1956. Consta no Livro de Leis, disponível no arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande – PB.

⁵⁸ Prefeito Elpídio de Almeida: Ofício n. 69 de 20 de dezembro de 1955. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1955, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

Utilizando-se dos elementos “civilizar”, “verdadeiramente” através da “modernização” do sistemas de assistência social, o prefeito contudo representava uma tentativa de racionalização da caridade no uso do serviço social, que bem ou mal sucedida, contribuiu para uma incipiente atuação de forma direta do poder público municipal em programas assistenciais. “A questão social passou a ser tratada de maneira racional e administrada diretamente pela iniciativa pública, e não apenas movida pela perspectiva humanitária e moral” (ARAUJO, 2010, p. 118).

Discursivamente, as cidades, existentes no país naquele período, eram sujas, doentes, atrasadas, coloniais, habitadas por animais, mendigos, loucos e prostitutas que assustavam os investidores. Esse processo, culminou com a construção de uma cidade “moderna” e “civilizada” que só pôde ser efetivada com deposição do velho com a sobreposição pelo novo, onde os casarões coloniais e ruas sem alinhamentos foram depostos e alinhadas (AGRA, 2006).

Nessa direção, as mudanças implementadas nas cidades não se restringiram à estrutura física das velhas cidades, mas se fizeram presentes também no cotidiano das pessoas, especialmente dos populares, pois os hábitos e costumes do cotidiano do povo também passaram a ser vistos negativamente, sob a ótica do discurso do progresso (AGRA, 2006). Neste quadro, segundo o entendimento comum, depois de reformada e renovada, a cidade “precisava” educar e corrigir velhos hábitos dos seus cidadãos para saber conviver com a “modernização civilizatória”, sendo a normatização realizada através das leis impositivas, um elemento estratégico dos gestores.

Com afeito, os comportamentos que são considerados desorganizados nos espaços centrais da cidade, representam diferença - não aceita - produzindo sentidos de resistência no cotidiano da cidade. Dessa forma, os lugares de resistência significam “a isso que chamamos discurso do urbano e que se abate sobre o discurso da cidade” (ORLANDI, 2004 p.68). Nessa indistinção, aquilo que seria a realidade urbana é substituída pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanísta), ou pelo discurso que é incorporado pela política e pelo administrador, convertendo sentidos no imaginário urbano. Sendo assim, resistir às mudanças significa desorganizar, ser contra, não falar, desentender, incompreender (ORLANDI, 2004).

Observa-se neste aspecto que, o Código de Posturas e o Código de obras (1954) representaram, discursivamente, o interesse do poder público municipal em normatizar hábitos, costumes, ordenar, disciplinar, padronizar e regulamentar o surgimento de novas

edificações, buscando proporcionar um aspecto mais “civilizado” à cidade. Em suma, os comportamentos e as edificações coletivas deveriam satisfazer as condições de higiene, segurança e estética. No que se refere a este último item, observa-se, em seu art. 31, que as fachadas que se caracterizam por um único motivo arquitetônico (art decó) não puderam receber pinturas diferentes ou qualquer tratamento que perturbasse a harmonia do conjunto.

Alicerçado sobre ponto de vista – da organização, disciplinamento, ordenação, padronização dos espaços públicos - a administração do prefeito Evaldo Cruz teve significativa importância quando da implantação do PDLI⁵⁹. Foi neste período em que houve o aprofundamento da ligação político ideológica com os militares na Presidência da República. O discurso do desenvolvimentismo nos planos nacionais pôde ser compreendido através da atitude de seu governo e da própria concepção do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande que abrangeu a região todo o Planalto da Borborema (OLIVEIRA, 2005).

Nas palavras do próprio prefeito⁶⁰, foi um momento em que o País ingressou numa fase de pleno desenvolvimento e Campina Grande, na condição de principal pólo econômico do Compartimento da Borborema, não poderia deixar de se incorporar as metas de planejamento integrado preconizadas pelo Governo Federal. O objetivo do plano e execução tornaram-se reais, não só pelo fator político, como também por tornar a cidade apta a uma série de outros investimentos do governo federal. Não se pode dizer que o cenário construído não teve eficácia ideológica, na medida em que Evaldo Cruz se firmou discursivamente “como um grande administrador” e elegeu, como sucessor, Enivaldo Ribeiro (Aliança Renovadora Nacional - ARENA).

A concepção do PDLI de Campina Grande (1970/1973), sob o aspecto ideológico, foi consoante com um modelo de plano urbano concebido pelos governos militares dentro do discurso da integração nacional. Essa ideologia do discurso urbano pautado na integração desempenhou, a partir de um centro de decisões, que se colocava no nível federal. Dessa maneira, o discurso da integração nacional transformou o PDLI num plano discurso, que “propunha ignorar as diferenças de classe, afirmando a ausência de conflitos e de antagonismos entre elas e superando, inclusive, as barreiras regionais e locais” (OLIVEIRA, 2005, p. 89).

A integração nacional passou a ser utilizada como retórica, considerada necessária ao desenvolvimento do País e conseqüentemente das cidades. Dentro desse contexto o Plano de Desenvolvimento Local Integrado objetivava consolidar esta cidade como Pólo de Interesse Micro-

⁵⁹ (Ídem, Capítulo 2).

⁶⁰ DISCURSO do prefeito Evaldo Cruz, quando da apresentação do PDLI – CG em 1973

Regional de Desenvolvimento, elevando a renda interna da cidade através de programas de investimentos em obras viárias, de lazer, recreação e urbanísticas.

Ao final do Governo, o prefeito Evaldo Cruz concedeu entrevista avaliando sua gestão do ponto de vista da implantação dos programas na cidade,

[...]... o planejamento urbanístico a cuja execução me dediquei tornou Campina mais humana, recriando seus pontos de encontro ou fazendo surgir novos: o Calçadão, Parque do Açude Novo, a Estação Velha, a 2002, etc. Antes, o que havia? O que se tinha para mostrar aos que nos visitavam? Campina estava, na verdade, se brutalizando numa época em que o homem da cidade ansiava por redescobrir a natureza. Por fim, o desenvolvimento urbanístico disciplina o crescimento da cidade, beneficiando todos os setores de suas atividades e preparando-a para o futuro⁶¹.

Ao mencionar a qualidade dos espaços públicos como ponto de encontros, o prefeito ressalta o sentido da construção de um lugar destinado à interação social. Embora o momento político limitasse até mesmo as reuniões, conteúdos das manifestações e práticas espaciais que envolvesse a participação popular. Em sua fala, o gestor ainda contempla o ideário de uma cidade produzida para ser vista pelo “forasteiro”/visitante/turista na qual, discursivamente, o desenvolvimento e crescimento urbanístico seriam disciplinados para “todos setores”, preparando a cidade para um futuro.

Entretanto, o PDLI enquanto modelo do discurso dos planos do governo militar, na sua concepção de diagnóstico das necessidades não teve a comunidade consultada nem tampouco ouvida. “E é notável como essa forma referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade enquanto estava sendo concebida” (OLIVEIRA, 2005, p.94).

Sob a gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro e dando continuidade ao PDLI (1977-1982), através do Programa CURA (II) também foram construídos outros três espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário com mesmos estilos: os Calçadões das Ruas Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro. Um governo que pouco acrescentou à área central da cidade e que deu apenas continuidade aos programas já existentes.

Mesmo sem buscar modificar nada no centro da cidade, o governo de Enivaldo Ribeiro ficou caracterizado ainda pelas reivindicações recebidas por parte do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba que, destacava “nefasta a presença dos camelôs nas ruas centrais da cidade, fazendo uma concorrência desigual e

⁶¹ CRUZ, Evaldo. Diário da Borborema. Campina Grande. 30 de julho de 1978

provocando prejuízos aos que fazem o comércio legal”⁶². Além disso, a CDL propagava que, diante da problemática existente no Centro Comercial de nossa cidade, com transtornos causados pelos vendedores ambulantes, desfigurava nossas principais ruas e desejava providências imediatas para a retirada dos vendedores.

Em linha sucessória, Ronaldo Cunha Lima foi eleito em 1982, durante um momento de abertura política do país, já que a ditadura militar estava sucumbindo. Este prefeito deixou de lado ou propriamente se omitiu quanto às reivindicações dos comerciantes e Varegistas e da CDL. Contudo, enquanto principais características, utilizou do discurso turístico pautado numa Campina que precisava erguer seus eventos festivos, sobretudo o São João.

Nesta direção, o evento que era realizado em vários pontos da cidade, inclusive num palhoção, passou a ser direcionado a um único espaço a ser construído na área central. Ainda neste seu primeiro ano de administração, o prefeito Ronaldo Cunha Lima tratou de se apropriar do espaço que era conhecido como o “Palhoção”, tendo em vista que buscou e realizou a drenagem daquele lugar com a intenção de expandir o espaço festivo.

Com este mesmo intento, o prefeito buscou catalisar todos os eventos juninos realizados pela cidade – durante o mês de junho - apenas em um único espaço. Partindo desta intenção, consolidou a festa num outro formato, diferente da concepção original com a proposta de atender às demandas da cadeia produtiva de eventos nacionais⁶³.

Logo após a primeira edição do “Maior São João do Mundo” (1983), Ronaldo procurou na cidade um espaço para a construção de um Parque de Eventos, encontrando-o próximo ao antigo Palhoção e Parque Açude Novo. Nas palavras do prefeito,

Eu senti que Campina Grande estava numa fase de transição econômica, eu imaginei que o São João poderia ser um evento que iria carrear recurso, movimentar e projetar a cidade, então havia justificativa para investir na obra. Fiz a obra, fiz a drenagem, já com a intenção de futuramente desapropriar toda a área até o açude velho⁶⁴.

Ao correlacionar elementos textuais como sentimento pessoal, transição econômica à projeção da urbe, o prefeito busca justificativa para realização da obra, conduzindo o leitor a percepção imaginária que a materialização daquele espaço seria uma condição sem a qual a cidade não atingiria tal patamar de sucesso.

⁶² AGRA, Odimar. O parque dos camelôs. Diário da Borborema. Campina Grande. 17 ago.1992.

⁶³ A partir de 1984 o evento (Maior São João do Mundo) atendeu às exigências da Empresa Brasileira de Turismo e foi acrescentado ao calendário de eventos nacionais.

⁶⁴ Entrevista com Ronaldo Cunha Lima, em seu escritório em João Pessoa, no dia 15 de setembro de 2009 (NÓBREGA, 2009).

Estabeleceu-se assim, a base para o modelo atual de uma festa para promoção política, faturamento comercial – através dos camarotes, propagandas, estratificação das barracas⁶⁵ - e consumo exacerbado de bebidas alcóolicas, e atrações musicais – até mesmo diferente da cultura local – abertas minimamente às vivências sociais locais.

A respeito do espaço onde foi criado o evento o prefeito Ronaldo relata,

[...] Não queria um lugar como um Parque comum, mas sim com estrutura para fazer o Maior São João do Mundo, com duração de 30 dias, período bastante estendido, sugerido por meu secretário Eraldo César. Consegui aprovar o projeto, apesar do veto da Secretária de Educação do Município, que queria uma escola, e do Secretario de Saúde que queria um hospital. Mas eu me fixei no meu propósito, certo de que Campina Grande precisava de uma área para cultura, para desenvolver principalmente a cultura regional⁶⁶.

Dentre as prioridades do prefeito, estavam a construção de uma escola e um hospital que serviria à população local. Contudo, o prefeito resolveu deixar lado tais prioridades - coisas que para ele pareciam banais - e optou pelo evento festivo, utilizando como argumento de convencimento a retórica dos elementos de autenticidade como é a “cultura regional”.

Os elementos da autenticidade desta cultura junino-nordestina foram enunciados na concepção inicial de uma festa, desde sua primeira edição, no plano discursivo de seus organizadores, devidamente ampliado pela mídia. Daí sua força de convencimento como projeção imaginária e discursiva no qual, o próprio criador do “Maior São João do Mundo” - o político Ronaldo Cunha Lima - justificava a implantação de uma festa que nascia para responder a duas questões: resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do “desenvolvimento econômico local”, sob a forma de inserir a cidade no universo da indústria turística (NÓBREGA, 2010).

Com a inauguração de uma nova espacialidade no Parque do Povo (1986), novos discursos são instituídos nos jornais locais e nacionais⁶⁷ (Fotografia 33), adjetivando a importância do evento, dando um destaque a festa que antes não acontecia e que serviu para aguçar a sensibilidade junina. Esta nova sensibilidade para cidade, instituiu uma produção discursiva na qual a urbe seria “vocacionada” ao evento junino, exaltando os hábitos dos seus

⁶⁵ Um dos elementos de maior conflito na montagem da festa é a definição das pessoas a serem escolhidas para comercializar nas barracas. Há toda uma disputa e uma enorme procura por esta atividade. Comumente a prefeitura cadastra nomes e realiza sorteios, sem a presença dos interessados. Como a demanda de todos os anos é excedente, os não contemplados acusam a prefeitura de protecionismo, politicagem, discriminação e etc (LIMA, 2002 p.58).

⁶⁶ Entrevista com Ronaldo Cunha Lima, em seu escritório em João Pessoa, no dia 15 de setembro de 2009 (NÓBREGA, 2009).

⁶⁷ Diário da Borborema (04 de junho de 1989) e o GLOBO (16 de junho 1988).

habitantes, “de forma que a festa, o povo e a cidade passaram a formar uma tríade articuladora de uma produção imaginária que cria uma simbiose, ao mesmo que uma alteridade, uma substância, uma marca e uma distinção para a festa, para o povo e para a cidade” (LIMA,2002, p.62).

Fotografia 30 - Jornal o Globo (1986)



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Enquanto nomenclatura e marca (Fotografia 34) – O Maior São João do Mundo – ressignificou a passagem de um político no governo municipal que, construiu uma condição imagética, na qual tal evento se divide cronologicamente antes e depois de sua gestão. Estabelecendo assim, um efeito do político consagrado cujos objetivos atingidos pelo político e construtor de políticas públicas e dando maior visibilidade do “eu público”.

Fotografia 31 - Ronaldo Cunha Lima (inauguração da marca 1983).



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Dessa maneira, o evento agregou a perspicácia e astúcia do gestor à possibilidade do espetáculo, permitindo a propagação ideológica e utilização da festa como instrumento de

perpetuação política no poder⁶⁸. Essa ideia de “perpetuação” no poder administrativo e político da cidade pode ser vista como o que dá sustentação aos grupos políticos que fazem a festa, como uma estratégia que envolve a formação de um exército de propagadores das relações que envolvem festa-evento-espetáculo-mercadoria (CARDOSO, 2000).

A importância da festa junina assumiu na cidade e entre seus habitantes, bem como na sua relação com o seu idealizador através da materialização daquele espaço público, de forma que não há como desvincular a festa, ali realizada, do seu “pai”. Com isso, os discursos instituem uma relação na qual sua memória, enquanto gestor, não podem mais serem esquecidas. Confirmando esta retórica, há numa placa no Parque do Povo a seguinte informação proferida pelo prefeito,

Que nesse meu gesto marque
O nascer de um tempo novo
O povo pediu o Parque
Eu fiz o Parque do Povo⁶⁹

Nesta perspectiva, Ronaldo utiliza os elementos de personificação da obra, remetendo ao seu gestor o homem capaz de proporcionar “um novo tempo”, denotando que o tempo passado teria sido ruim, mas que agora porque o “povo pediu” condicionava todas as responsabilidades negativas pelo evento ao povo. Entretanto, foi ele – o prefeito – construiu, trabalhou diretamente dentro da obra como um mestre de obras, pedreiro ou arquiteto e é dessa forma como deseja para ser sempre lembrado.

Outro gestor que contribuiu significativamente nas mudanças da área central, sobretudo no espaço público, foi o prefeito Félix Araújo (1992-1996). Sua gestão foi marcada pelo avanço do comércio popular nos calçadões e o significativo retorno dos intensos conflitos travados entre CDL, Associação Comercial e o comércio de rua. Em notícia veiculada em 25 de janeiro de 1995 o Diário da Borborema relata a problemática do centro,

[...] o chefe do executivo municipal se comprometeu em resolver os problemas dos vendedores sem deixar prejuízos para ninguém. Félix disse que manterá contatos com os representantes da Associação Comercial e da Câmara de Dirigentes Lojistas que reivindicam a mudança dos ambulantes para outra área que não sejam as ruas principais do centro como ocorre atualmente. [...]. O prefeito, no entanto admitiu que não se trata de um problema com resolução a curto prazo e disse que a Prefeitura já está desenvolvendo projetos que visam a proporcionar empregos e gerar renda

⁶⁸ Como sucessor da prefeitura, Ronaldo Cunha Lima conseguiu eleger seu filho Cássio Cunha Lima e foi eleito Governador do Estado da Paraíba (1990). Cássio ainda foi governador por dois mandatos consecutivos e hoje ocupa uma cadeira no Senado Federal, já seu filho Pedro Cunha Lima (Neto de Ronaldo) é deputado federal.

⁶⁹ Ronaldo cunha Lima 04 Maio de 1986

para os trabalhadores, apontando essa como saída definitiva para o problema do comércio ambulante⁷⁰.

Ao encarar a expansão do comércio popular como um “problema”, tanto o jornal quanto o prefeito demonstram, discursivamente, a intenção de buscar uma “solução” e que esta seria definitiva. Desta forma, a fala do gestor desconsidera o comércio ambulante/camelô como uma atividade que emerge no espaço público em períodos de crises. Assim, houve uma preocupação simplória com o avanço da atividade econômica, tida como irregular e que deveria ser contida pelo disciplinamento do espaço comercial.

No entanto, com a justificativa do programa “centro aberto, negócio certo” a “desobstrução” foi inevitável, conforme já vimos nesta pesquisa. Assim, de todos calçadões construídos, resiste apenas o trecho da Cardoso Vieira “o Calçadão” localizado entre as ruas Marquês do Herval e Vanâncio Neiva. Os outros três foram extintos no mesmo ano de 1995 também sob a justificativa oficial da “execução do Projeto de Revitalização do Centro” com a relocação de parte do comércio ambulantes e camelôs no Shopping Popular e ARCCAS.

Discursivamente, a transição do governo de Félix Araújo Filho para o governo de Cássio Cunha Lima, ficou marcado pela tentativa de inserir a comunidade dentro do debate sobre as reformas urbanas, através do PPC, conforme já visto. Contudo, dependeria exclusivamente de verbas federais advindos dos senadores, Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, bem como os deputados Cássio Cunha Lima e Ivandro Cunha Lima junto ao governo federal.

Desta forma, a concretização das propostas inclusivas “não se condicionou devido à capacidade financeira do Município”, o que terminou por servir – discursivamente - mais para legitimar uma imagem política do gestor da época que propriamente pensar o centro e a cidade como um todo. Os poucos investimentos planejados como indicadores da participação, em face às preocupações com as desigualdades sociais na cidade, foram e ainda são incapazes de democratizar a gestão urbana através do componente da participação (PEREIRA, et al. 2004).

Desta feita, o governo de Félix se configurou pela tentativa de acalmar os ânimos entre as entidades do comércio local. A novidade é que a imagem do centro histórico suscitou agora o uso de uma intervenção urbana apoiada numa operação simbólica dos ideais de revitalização, com vistas a consolidar a imagem de pujança do “centro e de Campina no terceiro milênio, em um foco delimitado predominantemente pela transferência dos ambulantes

⁷⁰ CAMELÔS, Diário da Borborema 25 de janeiro 1995 (editorial).

para outro local e pelo discurso da necessidade de suas retiradas da rua” (CARVALHO, 2011, p.241).

A valorização do patrimônio histórico passou a ser fundamentado em recorrência às permanências do passado de Campina e por um consenso político direcionado à uma cidade que “necessita” de inovações constantemente. Essas práticas valorizam o discurso representado na construção imaginária na qual o centro histórico precisa ser renovado-revitalizado-revalorizado e, arquitetonicamente modificado em seu perfil urbanístico. Tal concepção mostra a clara intenção de utilizar a preservação do patrimônio histórico em justificativa à imposição de expulsar os camelôs, ambulantes ou qualquer outra forma de utilização idesejável na porção dos espaços públicos centrais.

Com o retorno de Cássio Cunha Lima à Prefeitura Municipal (1996) caracterizou-se um período marcado pela continuidade das ações iniciadas por Félix Araújo e, sobremaneira, pela participação ativa deste gestor na relocação do comércio popular em direção às ARCCAS e shopping Popular Edson Diniz. Em uma coletiva realizada na CDL, no dia 19 de abril de 2000, o prefeito ressaltou sobre a mudança,

A Revitalização promete mudar o perfil urbanístico do centro de Campina Grande, uma vez que envolve um trabalho de resgate e preservação do casario Art Déco, visando a transformar o centro num espaço permanente de visitação e dessa forma consolidar de vez o potencial turístico de Campina Grande. A obra foi iniciada pela construção das área de comércio e cultura ao ar livre, onde serão instalados os vendedores ambulantes que hoje ocupam as calçadas do centro⁷¹. [...].

Ao tentar buscar elementos, que sem sua concepção, enriquecem o espaço público, o prefeito elencou à possibilidade de mudar o perfil urbanístico pela recuperação do estilo Art Decó, agregando discursivamente ao centro - um espaço de intensa visitação – pela nostalgia de um período áureo de sua história. Tal realocação dos ambulantes representou uma condição imaginária da recuperação desse passado atualizado pelas ações agentes (públicos e privados) como recurso de reproduzir uma imagem duradoura da cidade. Estas imagens se moveram com o intuito de projetar um outro centro, estrategicamente sem a presença dos ambulantes, em um sentido expresso por um discurso que apregoeou a solução dos conflitos existentes no centro da cidade, pela imagem da inevitável revitalização.

⁷¹ PREFEITO Cássio Cunha Lima palestra sobre revitalização do centro. Diário da Borborema (Caderno Cidades). Campina Grande. 19 abril de 2000.

3.3 O centro hoje: Permanências, coexistências e resistências.

A partir dos discursos e práticas da requalificação, é possível interpretar Campina, naquilo que a urbe experimentou decorrente intensas transformações urbanas. Neste aspecto, a leitura preconizada por esta pesquisa, consolidada mediante o deslumbramento dos enfrentamentos, disputas e negociações foram observadas enquanto traços autoritários das intervenções públicas experimentadas por esta cidade nos últimos vinte anos. Planos e programas que, ao transformarem seu espaço urbano, permitiram remeter às representações, interesses e objetivos, muitas vezes conflitantes.

Nesta direção, o alcance do olhar das intervenções públicas em Campina revela a postulação de um discurso que, por produzir uma imagem da cidade incidida pelo desenho institucional do urbano, relegou a participação coletiva na produção deste espaço, sobretudo na área central. Com isso, ao tentar se colocar meramente o técnico aliado de um forte componente político, esperava-se que a “nova” produção do espaço central superaria os efeitos indesejados de um crescimento “desordenado” por parte dos camelôs com a renovação, permeada, por práticas de incentivo ao consumo, onde o turismo seria a mola mestra do espaço público.

Neste contexto, através de um processo que demarca elementos de diferenciação interna do centro - norteados por transformações socio-espaciais ocorridas - as permanências, coexistências e resistências emergem. Estas definem uma pluralidade de formas/construções/ocupações que, independente das intervenções ocorridas, continuam a persistir no espaço da área central e expressando na paisagem da cidade - antigas formas que podem confundir-se com novos usos e/ou velhas práticas.

3.3.1 A construção do viaduto Elpídio de Almeida.

Diante desta discussão norteadas pelas permanências, coexistências e resistências, iniciamos nossa reflexão acerca de um espaço de intenso fluxo e congestionamento de veículos - a rotatória do “CEPUC”⁷² (Fotografia 35) que foi durante muito tempo, motivo de queixa por parte dos motoristas e transeuntes que circulam por aquela área - principalmente em horários de pico. Diante dessa problemática, em 2006, a Empresa Sul Americana de

⁷² Colégio Pré-Universitário Campinense situado próximo à rótula

Montagens Ltda. (EMSA) foi contratada pelo governo do Estado com o intuito de realizar estudos de viabilidade arquitetônica para construção de um viaduto que atendesse as necessidades locais.

Fotografia 32 - Giradouro do Cepuc (2005).



Fonte: Google e google maps.

Para construção da obra foi empenhado o investimento correspondente a mais de R\$ 28,5 milhões direcionados à execução dos projetos⁷³, construção e iluminação da área – com o maior aporte dos recursos e obras foram oriundos via Executivo Estadual e Ministério dos Transportes - através de emendas orçamentárias do Congresso Nacional.

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de buscar solucionar o congestionamento de tráfego existente na região (porta de entrada do centro) das Avenidas Canal, Floriano Peixoto, Manoel Tavares, Janúncio Ferreira e Avenida Canal, bem como de possibilitar o desenvolvimento urbano da cidade, através da melhoria do fluxo de veículos. Além disso, “pensou-se também em oferecer à população um elemento de desenvolvimento que favorecesse o crescimento do tecido urbano em sentido Norte, de forma equilibrada, racional e moderna⁷⁴”.

Na concepção do projeto, uma das preocupações perpassadas foi a de criar um elemento estrutural e funcional (viaduto) que fosse possuidor de solução estrutural (como ocorre na maior parte do mundo) e que também possuísse valores próprios de arquitetura, ou seja, um projeto capaz de atender a funcionalidade e a estética, e que favorecesse a beleza de

⁷³ Durante a construção do viaduto foram utilizados 3.352,50 m³ de concreto estrutural; 519.264,32 quilos de aço CA 50; 1.166,40 toneladas de concreto betuminoso usinado a quente; 608.836,20 de caixa metálico USI – da estrutura de aço; 18.440 sacos de cimento; 2.216,00 m³ de areia; 2.403,74m³ de brita. Na execução dos projetos de construção do viaduto e de iluminação da área foram todos executados pela Empresa Sul Americana de Montagens Ltda (EMSA).

⁷⁴ <http://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/cassio-inaugurou-o-viaduto-elpidio-de-almeida/>

tudo entorno urbano, além de oferecer condições de preservação do meio ambiente local, sem interferência nas árvores e nos demais elementos paisagísticos existentes.

Nas palavras do secretário de Gestão e Planejamento do Estado (SEPLAG), o engenheiro Franklin Araújo Neto,

[...] a construção obedecerá um esquema projetado para não causar transtornos aos motoristas um das tres avenidas para chegar ao centro, durante a execução dos trabalhos. *Antes de serem iniciadas as obras, tecnicos da Seplan e da construtora responsável vão definir como os serviços serão realizados, por isso, por isso estão fazendo estudos na área com a finalidade de evitar problemas à população local*⁷⁵.

É possível perceber nas palavras do secretário de Planejamento do Estado, uma provável articulação com o Município, na medida em que menciona os estudos realizados Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e da construtora responsável. No entanto, esta disposição ficou limitada na própria fala, pois a secretaria do municipal, em nenhum momento foi ouvida.

A construção do viaduto de Campina, além de discursivamente tentar diminuir os problemas de conflito de trânsito na área, se transformou numa significativa obra devido à altitude do pilar central que chama atenção ao seu quadro arquitetônico, tendo em vista a imponência materializada numa estrutura mista de aço e concreto, um pilar central de 60 metros de altura, sendo a primeira ponte estaiada⁷⁶ do Estado (Fotografia 36).

Fotografia 33 - Viaduto Elpídio de Almeida (2007)



Fonte: Google Maps

⁷⁵ VIADUTO de Campina. Jornal da Paraíba, Campina Grande. p 08. 25 de fevereiro de 2006.

⁷⁶ Tipo de ponte suspensa por cabos de sustentação que partem diretamente de um mastro e vão até o tabuleiro da ponte. A ponte estaiada é uma alternativa intermediária entre uma ponte pênsil, que requer maior estrutura de cabos, e uma ponte fixa que requer uma estrutura de sustentação mais cara e elaborada. Existem basicamente dois tipos de pontes estaiadas: Tipo harpa: quando os cabos partem paralelos a partir do mastro, de modo que a altura do ponto de fixação do cabo no mastro é proporcional à distância do ponto de fixação deste cabo no tabuleiro. Tipo leque: os cabos de sustentação partem do topo do mastro (MANZARIM, 2011).

A obra foi iniciada em 22 de fevereiro de 2006 e concluída em 28 de setembro de 2007. Desta feita, o governador Cássio Cunha Lima inaugurou o Viaduto Elpídio de Almeida⁷⁷, no dia 03 de outubro de 2007. Durante seu discurso na solenidade de inauguração, o governador Cássio Cunha Lima afirmou que a obra presta uma homenagem “a um dos grandes benfeitores da cidade”. E enfatizou o importante momento que a cidade vivia com a aquisição daquele equipamento complementando,

Estamos entregando mais do que um Viaduto a Campina Grande. Trata-se de um monumento urbano, uma homenagem ao ex-prefeito Elpídio de Almeida. Precisamos saber reconhecer aqueles que ao longo desses 143 anos contribuíram com o seu trabalho e esforço para chegarmos à cidade que temos hoje. Estamos não apenas garantindo a solução para o problema de tráfego da região, mas também dotando de um monumento arquitetônico, que vem para engrandecer e iluminar ainda mais a beleza desta cidade⁷⁸.

Tal como em outros empreendimentos inaugurados por Ronaldo Cunha Lima, o seu filho Cássio (governador) reproduz ideologicamente valores similares aos do seu pai - quanto à uma cidade vocacionada a ser grande, pioneira e ressignificada por transformações no ambiente construído que remodelam a morfologia da cidade. Imprime assim, um discurso de resolutividade ao problema do trânsito local que se resume à própria fala, sem atender às necessidades locais e/ou sociais.

Logo após a solenidade de inauguração, a banda baiana Chiclete com Banana, – velha conhecida do público campinense -, encerrou com uma festa no viaduto Elpídio de Almeida. Segundo Lima “A festa neste momento transforma-se em uma espécie de palanque para o comício político; é a ocasião por excelência na qual os humores, as sensibilidades estão voltadas para viver a festa” (LIMA, 2002, p.141). Dessa forma, tanto a obra quanto o espaço da festa configuram-se como importante ambiente de comunicação e passa a ser amplamente utilizado pelos políticos locais como maneira de construir seus respectivos perfis políticos, seja reivindicando a gestão da obra, angariando a simpatia do público ou acirrando disputas políticas através dos discursos.

Nesta perspectiva, quando da conclusão da obra, a celebração pública foi patrocinada pelo governo do Estado, e discursivamente, às “novas” formas de habitar e perceber a cidade. Esta intervenção, singular, buscou agregar valor ao seu espaço urbano, assim como estimular o

⁷⁷ Uma obra que sobrepôs o espaço público do giradouro que interliga as avenidas Manoel Tavares, Jiló Guedes e Floriano Peixoto.

⁷⁸ 04/10/2007 Brasília <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/cassio-inaugurou-o-viaduto-elpidio-de-almeida/>

consumo e por empreendimentos imobiliários, tentando conduzir a imagem do Gestor Cássio Cunha Lima sob a gestão do Governo à uma Campina mais notável.

Segundo Carvalho (2011),

[...] chama-nos atenção à construção do Viaduto Elpídio de Almeida que, ao ser apropriado como imagem de modernização da mobilidade urbana de Campina, comporta assim o seu mais novo cartão postal. *É peculiar o teor político e simbólico que caracterizou a definição e construção do mesmo em uma intensa disputa, polarizada e alinhada entre as duas maiores e tradicionais forças políticas da cidade*, e percebida por alguns como estéril e, por outros, positivada ao angariar prestígio público e político (CARVALHO, 2011, p.92 grifo nosso).

O tema mobilidade urbana é tomado pelos gestores da obra como sinônimo de modernização da cidade, em uma disputa política na qual tinha enquanto opositores dois agrupamentos políticos locais — “os Maranhistas (PMDB) e os Cunha Lima (PSDB)”. Enquanto os primeiros administravam o Município na pessoa da Veneziano Vital do Rêgo, o segundo gerenciava o Governo do Estado na pessoa de Cássio Cunha Lima, naturalmente as divergências eram, tanto nítidas quanto percebidas, como veremos adiante.

Nesta direção, a construção do Viaduto Elpídio de Almeida se justifica apenas pelo discurso da modernidade, pois representava uma forma de oferecer aos campinenses uma obra transformada, marco em termos arquitetônico e explicitamente político, apontando para cada um que assim tenta, à sua forma, agregar e alinhar a imagem contemporânea de Campina por uma obra, “à altura da cidade” (CARVALHO, 2011).

Por outro lado, o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande (Alex Azevedo) revelou que o governador Cássio Cunha Lima determinou a construção do Viaduto Elpídio de Almeida, sem levar em consideração estudo de viabilidade e de tráfego elaborado, na época, pela Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP). Ele afirmou ainda que a obra foi iniciada sem autorização do Poder Público Municipal e totalmente fora das especificações necessárias.

[...] quando a imprensa começou a veicular informação sobre a intenção do Governo do Estado de construir o viaduto, a Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos – STTP deu início a um estudo de tráfego para oferecer ao Estado. “Mesmo sem eles pedirem o estudo, decidimos fazer, pois era o papel da Prefeitura, através da STTP, enquanto gestor do trânsito na cidade, disse. O estudo foi feito durante quatro dias, com câmeras instaladas nos acessos da rótula conhecida como “Contorno do CPUC”. O estudo foi finalizado e indicou as alternativas que resolveriam a questão do tráfego no local. Na época, lembro que nos oferecemos para atuar em conjunto com o

Estado, mas não obtivemos êxito [...] Enquanto o trânsito engarrafa em baixo, sobre o viaduto o tráfego é mínimo [...]”⁷⁹

Ao construir o viaduto de forma impositiva, ignorando as necessidades do trânsito local através do Relatório da STTP, o gestor demonstrava total indiferença ao valor da obra sob o ponto de vista do custo-benefício. Conforme práticas recorrentes pelo grupo Cunha Lima, o importante seria construir uma obra pública de caráter monumental, que propriamente atender as necessidades da coletividade. Dessa forma, o grupo teve mais interesse pela reivindicação sobre a paternidade da obra, reproduzindo a retórica discursiva da modernidade, em detrimento dos problemas do tráfego local.

Esperada enquanto uma solução para o problema do congestionamento naquela região em horários mais significativos, a obra hoje, em termos funcionais, serve apenas como uma ponte de entrada para o centro da cidade às pessoas que residem nos bairros do alto Branco, Jardim Tavares ou oriundas da região do brejo Paraibano.

3.3.2 O Museu Sesquicentenário

Em estratégia similar ao governo Estadual, a Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB, através do prefeito Romero Rodrigues⁸⁰ idealizou e, junto com arquitetos e engenheiros, construiu o Museu Sesquicentenário - um monumento situado nas imediações da antiga CAVESA (cruzamento das Ruas Severino Cruz com Miguel Couto), a menos de um quilômetro do MAPP (Museu de Arte Popular da Paraíba) e também localizado nas imediações do açude velho.

Desta feita, o monumento foi idealizado como homenagem aos Tropeiros da Borborema, desbravadores do processo histórico local, sobretudo no transporte de algodão que contribuíram para que a cidade tornasse entreposto comercial. A obra (Fotografia 37) representou um custo de R\$ 1,5 milhões de reais (recursos oriundos do Município e os serviços tiveram início em 04 de maio de 2014), um espaço constituído com elevador e iluminação sofisticada, incluindo uma fonte luminosa.

Na época, de acordo com o prefeito,

[...] a obra será marcada pela sua moderna arquitetura, sendo um importante espaço de divulgação do turismo de Campina Grande, além de demonstrar o próprio espírito inovador do povo campinense [...] Esta obra vem sendo

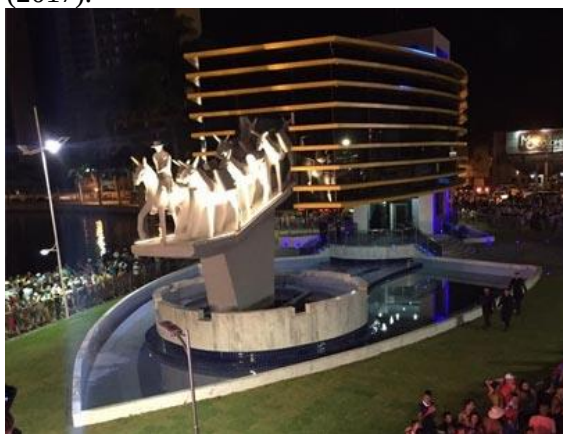
⁷⁹ Portal Paraíba Agora 25 de março de 2010, Entrevista ao Colunista Carlos Magno.

⁸⁰ Primo do ex-prefeito, ex-governador e atual senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

projetada há bastante tempo pela Secretaria de Obras e outros setores do governo. Recorremos, ainda, para tanto, ao escritório Brito Engenharia, que acompanha, inclusive, importantes obras arquitetônicas em João Pessoa e outras cidades. Trata-se de uma obra que vai impressionar a todos pelo seu arrojado projeto de engenharia, sem quase sustentação em um dos seus lados, antecipou⁸¹.

Além de ser enfático ao turismo, o gestor afirmou que o futuro equipamento terá na sua parte interna, uma central de divulgação do turismo campinense, além de área de alimentação. Em sua fala, Romero Rodrigues afirmou que, a obra impressiona e faz parte do espírito inovador, oferecendo a Campina Grande um novo cartão-postal.

Fotografia 34 - Monumento Sesquicentenário (2017).



Fonte: Fotógrafo Leonardo Silva

Inicialmente, a inauguração do monumento “Sesquicentenário” deveria ter ocorrido no dia 11 de outubro de 2014, mas foi adiada por duas vezes. Diante do impasse, uma nova pretensão emergiu por uma parceria público-privada entre Prefeitura e o Sistema de Indústria da Paraíba, modificando a conotação do novo empreendimento no contexto da cidade.

Segundo o presidente da FIEP⁸², Francisco Gadelha,

[...] esta parceria entre o Sistema e a prefeitura possibilitou a concretização do projeto que deverá ser um dos principais atrativos da cidade. O Museu Digital será o que nós estamos chamando de realidade virtual. *Uma iniciativa que tem a marca desta parceria público-privada e isso realmente é o que há de modernidade.* A prefeitura fez este belíssimo monumento e nós estamos complementando *com meios digitais adquiridos para dar vida ao*

⁸¹ Blog Clickpb. Prefeito Romero assina ordem de serviço do monumento ao sesquicentenário. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/paraiba/prefeito-romero-assina-ordem-de-servico-de-monumento-ao-sesquicentenario-172177.html/>> Acesso em 03 de maio de 2014

⁸² Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

projeto. Nós vamos mostrar como Campina Grande tem competências e é uma cidade *vocacionada* para a tecnologia, afirmou Francisco Gadelha⁸³.

Em sua fala o empresário reproduz – discursivamente - através da utilização contínua da retórica “modernidade” em que o belo, a tecnologia e vida ao investimento são usados enquanto elementos textuais de persuasão e convencimento. Tais elementos são utilizados num discurso que busca engrandecer o envolvimento de uma parceria público-privada como de uma cidade que sempre esteve “vocacionada” ao crescimento. Além disso, ajuda a pulverizar a imagem de cidade tecnológica.

Com mesmo raciocínio, o prefeito Romero Rodrigues destacou a importância da parceria público-privada para a concretização do projeto “SESI⁸⁴ Museu Digital”. O gestor reafirmou que esta parceria é o que existe de mais “moderno” na atualidade, na medida em que uma gestão compartilhada pode “desonerar o poder público”, com o apoio de empresas e instituições que possam dar a funcionalidade necessária para atender as demandas da sociedade. “Nós vamos ter aqui algo que, antes, talvez fosse inimaginável, um museu digital que tem tudo a ver com a origem e a vocação de Campina Grande que é a tecnologia⁸⁵”, declarou o prefeito. Neste acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Campina Grande, o SESI/PB recebeu a guarda do Monumento e ficou responsável pela instalação do Museu com a previsão de concessão por 30 anos.

Através da parceria realizada, a FIEP licitou os equipamentos e o interior do monumento foi reformado para recebê-los. De acordo com o secretário de Planejamento da PMCG (André Agra) a entrega foi adiada para este ano de 2017 em função dos aparelhos serem oriundos da Alemanha. O secretário ainda falou sobre a possibilidade de pagamento para a visitação, isentando os alunos da rede municipal. Neste contexto, o uso do espaço público, através de parcerias público-privadas aguça as inquietações de estudiosos.

Segundo Carlos (2016),

A relação contraditória privado/público aponta o espaço institucionalizado, isto é, vazio normatizado [...] Deparamo-nos, assim com a absorção dos conteúdos do espaço público e privado, como condição de reprodução social sob o capital, processo que se realiza constituindo a cotidianidade num espaço abstrato e sem qualidades [...]... pela potência organizadora e totalizadora do Estado e da extensão do mundo da mercadoria através da

⁸³ PRESIDENTE da FIEP e prefeito visitam obras do SESI museu digital. Diário da Borborema (editorial). Campina Grande. 02 setembro de. 2017.

⁸⁴ Serviço Social da Indústria

⁸⁵ O prefeito Romero Rodrigues: importância da parceria público-privada para a concretização de projetos Redação com ASCOM 02/09/2017 disponível em <https://paraibaonline.com.br/2017/09/presidente-da-fiep-e-prefeito-de-campina-visitam-obras-do-sesi-museu-digital/>

produção do espaço urbano, os lugares da realização da vida expõem e reforçam o poder da propriedade privada do dinheiro, solidificando um conjunto de valores ético e estéticos orientadores da vida urbana e, por fim, atualizando a alienação (CARLOS, 2016, p.138).

Nesta concepção, a autora reforça que os espaços privativos invadem diversas dimensões da vida do sujeito, reconstituindo de forma normatizada a cotidianidade histórica em espaços privilegiados e que isso é resultado da imposição privada potencializada pelo Estado. Este, por sua vez, reproduz material e imaterialmente os símbolos da formação cultural do povo local em formas estéticas, transformando-as em mercadorias para consumo e atratividade do turismo.

Destacamos assim, que no contexto local, quando no dia sete de setembro de 2017, o prefeito Romero Rodrigues (Fotografia 38) participou definitivamente da inauguração⁸⁶ do Museu Digital (SESI) e destacou com emoção o sentido histórico daquele momento. Para o gestor, Romero Rodrigues,

[...] “além de representar a marca dos 150 anos de Campina Grande, em um local histórico, onde lá atrás os tropeiros despertaram a pujante vocação empreendedora da cidade, o Museu Digital torna-se agora, através da parceria com o Sesi, num equipamento enriquecedor da cultura campinense [...] O Sesi Museu Digital alia tradição e modernidade, uma característica da identidade de Campina Grande.[...] A história da cidade será contada a partir de textos históricos, depoimentos de personalidades que engrandeceram e continuam enaltecendo a Rainha da Borborema, com o auxílio da tecnologia que deverá tornar esta viagem no tempo um caminho agradável e instigante”⁸⁷.

Usando da retórica de comemoração dos 150 da cidade, o prefeito enalteceu a “vocação empreendedora da cidade” na qual suas características culturais e históricas a partir de agora seriam utilizadas pelo museu através de experiências sensoriais. A tradição da modernidade mais uma vez foi trazida à tona e direcionada como uma ferramenta capaz de proporcionar ao turista ou visitante local - sensações nostálgicas de um passado vivido quando *ouro branco* foi o elemento primordial.

⁸⁶ Bastante badalado, além do prefeito Romero Rodrigues o evento ainda contou com as presenças do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, do presidente do Conselho Nacional do Sesi, João Henrique de Almeida Sousa, além do presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Francisco de Assis Benevides “Buega” Gadelha, empresários e várias autoridades de todo o Estado.

⁸⁷ MUSEU Digital de Campina Grande é inaugurado. Campina Grande. Jornal da Paraíba, 06 nov. 2017.

Fotografia 35 - Romero Rodrigues e Buega Gadelha (2017).



Fonte: Fotógrafo Leonardo Silva (www.paraibaonline.com).

Significativamente, a construção deste espaço denota dupla interpretação, na medida em que - embora construído utilizado como promoção política - a obra foi concebida enquanto um espaço público, mas sua utilização ocorre de forma privativa e seletiva, num espaço fechado e monitorado. Com isso, ao construir um espaço destinado a resgatar os valores históricos da cidade, em um espaço para utilização de passagem pelos turistas ou estudantes, o prefeito demonstra - quando delega ao Sesi o controle sobre o museu - facilitar ou favorecer a apropriação privada dos valores históricos, simbólicos e culturais da cidade.

Dessa forma, o espaço pode ser concebido enquanto coexistências, na medida em que é um novo espaço público, mas fechado, cuja utilização remonta velhas práticas políticas de promoção pessoal e do setor hegemônico industrial da urbe, em que o novo e o velho se confundem.

3.3.3 Espaços públicos fechados: O MAPP e o MAAC

Outra intervenção que merece atenção na área central da cidade é o Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP). Desta feita, após ser contatado várias vezes por importantes agentes políticos locais - que expuseram a intenção de dotar Campina Grande de um relevante equipamento cultural e turístico - Oscar Niemeyer aceitou a tarefa de buscar dotar o município e elevar a principal referência paisagística da cidade. O arquiteto utilizou material elaborado a partir da visualização de várias imagens do local (Açude Velho) Ihe havia sido repassado, o projeto foi feito em dois dias.

O espaço público já é bem conhecido pelos seus cidadãos e turistas que, histórica e socialmente, passou por várias intervenções. Dessa forma, com autorização de Niemeyer, os

arquitetos Cydno Silveira⁸⁸ e Luís Marçal fizeram o memorial da obra, levando em consideração a importância do Açude Velho e de como ele está vinculado à história da cidade e da região, sendo inclusive tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Aparentemente, o Museu de Arte Popular da Paraíba (Fotografia 39), foi projetado com o objetivo de ser um lugar de preservação da memória local, não apenas por sua arquitetura e engenharia de significativa imagem, mas pelo surgimento na paisagem de algo diferente que contrasta com aspectos locais - um marco que contrasta com antigas formas existentes na cidade e se trata de uma estética resultante de um traço específico da arquitetura global.

Fotografia 36 - Museu de Arte Popular da Paraíba⁸⁹



Fonte: Henrique Santos www.paraibaonline.com

Hoje, carinhosamente chamado pela população ‘Museu dos Três Pandeiros’, por conta da sua forma, o equipamento é fruto da iniciativa da Universidade Estadual da Paraíba e Governo do Estado, que atuaram juntos no sentido de construir e incorporar à cidade elementos da arquitetura Niemayer. Os detalhes do espaço constituem referência na arquitetura brasileira que pode ser traduzida pelos números contidos na sua planilha de custo⁹⁰.

⁸⁸ Segundo os arquitetos da obra (Cydno Silveira e Luís Marçal), a construção do Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) foi “um sonho” e realização de muitos que tinham o objetivo de entregar à Campina Grande e ao seu povo um espaço que realçasse a beleza do já consagrado Cartão Postal da cidade, o Açude Velho, e que também contribuísse para a preservação da cultura nordestina, através do artesanato, dos cordéis e da música.

⁸⁹ Localizado sobre uma praça, o Museu enfeita uma borda do Açude, e teve sua arquitetura pensada de modo a não prejudicar a visão do espelho d’água. Composto por três edificações suspensas, a leveza do conjunto destaca sua plasticidade e funciona como uma escultura que pode ser contemplada de todo o perímetro do Açude.

⁹⁰ De acordo com os dados apresentados, foram gastos na construção do Museu dos Três Pandeiros, 1.500 metros cúbicos de concreto, 40 toneladas de estruturas metálicas, 940 metros quadrado de vidro de fachada, 203 toneladas de ferro e 1.100 metros quadrados de piso de granito. A obra foi orçada em R\$ 10,5 milhões de reais totalmente com recursos próprios e ocupa 972 metros quadrados de área construída. Nesta obra, trabalharam mais de 60 operários entre pedreiros, mestre de obras, serventes, pintores, eletricitas e outros.

O MAPP traz consigo elementos da cultura paraibana que, enriquecido obras musicais, valorizam a raiz cultural paraibana e nordestina. Nele também estão as heranças folclóricas das quadrilhas, dos cocos, das Cirandas, lapinhas e pastoris, dos congos e reizados, além dos artesões, inventores e artistas populares.

Numa concepção atual do centro, esta forma e/ou tipo de construção, enquanto modelo ou estilo arquitetônico revela o papel do Estado como principal modelador do espaço urbano. Obras que podem ser vislumbradas não apenas aqui, como também em outros centros do país como Niterói – RJ, Brasília – DF e até mesmo em outros países, como é o caso da Espanha (Fotografia 40).

Fotografia 37 - Museu da Arte Contemporânea de Niterói RJ; Centro Cultural Internacional Oscar Niemeyer (Avilés – Espanha) e Catedral Metropolitana de Brasília – DF.



Fonte: <http://bomlero.blogspot.com.br>

Santos (2013) considera que embora que estes lugares onde são construídas as novas formas arquitetônicas apresentem suas respectivas particularidades, suas lógicas internas são enlaçadas por lógicas externas, favorecendo uma coexistência diversa entre espaço-tempo e completa,

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, se superpõe, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escala superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. (SANTOS, 2013, p.321)

Tal estratégia pode ser encarada enquanto possibilidade de coexistência dialética no tempo e espaço, em que os agentes públicos locais agregam valor aos eventos turísticos que ocorrem na cidade, principalmente durante o São João, conforme já fora mencionado. Neste aspecto, a cultura tratada como mercadoria vendível através de espaços previamente

produzidos para este tipo de consumo e desta forma a captura do tempo de lazer é submetido ao consumo do espaço pela constituição de “espaços específicos de lazer capazes de atrair a população de forma diferenciada em função do tipo de atividade oferecida, revelando o movimento de passagem do consumo no espaço ao consumo do espaço” (CARLOS, 2007, p 113).

Além da significativa beleza da obra de concreto e vidro, o conjunto edificado chama a atenção do povo paraibano e dos turistas que aqui passam. Para que o museu não fosse apenas um edifício estagnado na paisagem, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) assumiu seu destino, passando a ser responsável por sua construção e administração.

Nesta condição, o espaço se encontra, cada vez mais, dominado pela troca, na medida em que, áreas antes desocupadas entram no circuito da troca incentivado por novas indústrias do turismo e do lazer. Neste sentido, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, suas ruas são redimensionadas para que novas formas de arquitetura sejam inseridas no espaço urbano, ganhando outro conteúdo, pois se transformam apenas em lugar de passagem. Neste quadro, há a mudança dos referenciais urbanos com a deterioração do centro, (até certo ponto), “trazendo como contrapartida os projetos de revitalização aliados ao fato de que a monumentalidade arquitetônica vem tornando o cheio num vazio propondo a assepsia da cidade” (CARLOS, 2007, p.51).

Neste contexto, o emprego do tempo do feriado é cada vez mais consumido literalmente na compra de novas mercadorias e essa atitude aponta para uma nova forma de empregar o tempo em um novo tipo de espaço que redefine o próprio sentido do tempo e do espaço e da vida cotidiana dos cidadãos ou turistas.

Por outro lado, questiona Cardoso (2000) sobre o papel das cidades médias neste contexto,

As cidades médias são as que apresentam os lugares mais desterritorializados. Importa então questionar de que modo o processo de urbanização está vinculado aos equipamentos coletivos, no contexto de cidades emergentes. *O caso de Campina Grande é um exemplo de processo de urbanização em que o conflito entre os interesses privados e os públicos desencadeia uma forma de relação de poder, que subte o funcionamento particular de equipamentos que se caracterizam pelo seu modo híbrido de uso, ao mesmo tempo privado e público: as avenidas, o Parque do Povo, as casas de shows, praças, e etc* (CARDOSO, 2000, p.154 grifo nosso)

Com isso, o processo de urbanização local, além de não criar resistências às novas formas arquitetônicas ditas modernas, também enfatiza a expansão de equipamentos semi-

público, cuja multiplicação (na área central) ocorre permeada por interesses privados, desencadeando uma relação de poder que culmina com a materialização de equipamentos que possuem uso híbrido, seja privado ou público.

Numa perspectiva similar, elencamos o Museu de Artes Assis Chateaubriand (MAAC) da UEPB que funcionava normalmente desde 1967 na Avenida Floriano Peixoto ao lado da secretaria de finanças do município - um velho casarão (Fotografia 41) que segundo a própria Universidade, *não oferecia condições de segurança* e conservação para exposições, nem o necessário conforto para os visitantes – na área central da cidade. Contudo, este espaço foi se tornando pequeno, devido à grande quantidade do patrimônio já pertencente ao acervo (doadas por Assis Chateaubriand) que foi acrescido de outras obras incorporadas ao longo dos anos à instituição.

Fotografia 38 - Antigo MAAC



Fonte: <http://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/episodio/museu-de-arte-assis-chateaubriand>

Sabendo disso, em 2004, o casal de arquitetos formado pelo carioca Acácio Gil Borsoi (1924-2009) e pela pernambucana Janete Costa (1932-2008), com escritórios no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, foram convidados pelo governo da Paraíba a desenvolver em Campina Grande o projeto para a nova sede do museu.

Uma das *exigências do programa do novo museu* (Fotografia 42) foi o de aprimorar as condições expositivas e de preservação, *com a adoção de modernos sistemas de segurança, climatização e iluminação*⁹¹. O local escolhido foi um terreno de 8.490 metros quadrados, *situado muito próximo do centro da cidade, no bairro do Catolé*, que está em constante processo de urbanização.

⁹¹<http://www.caubr.gov.br/oscar-niemeyer-acacio-gil-borsoi-e-janete-costa-museus-campina-grande-pb/> acessado em 23/11/17

Fotografia 39 - MAAC e sistema de monitoramento



Fonte: Autoria própria (Janeiro de 2018)

Além de buscar fortalecer o turismo cultural, o objetivo do MAAC é tentar propiciar atratividade ao visitante ou turista, através do potencial artístico e cultural da região, por meio de oficinas, seminários, palestras, cursos, salão de artes e exposições, entre outras atividades.

De fácil acesso, o museu está localizado numa área privilegiada, entre a Avenida Severino Cabral e a Rua Otacílio Nepomuceno (importante eixo de circulação da cidade). Quanto à localização, estes tipos de empreendimentos autônomos obedecem a seguinte lógica, são independentes do seu entorno e podem estar situados praticamente em qualquer lugar na cidade (áreas rurais, favelas, casa autoconstruídas), no entanto é mais provável encontrá-los em bairros seletos, tendenciosamente direcionados à classe alta ou espaços homogêneos. Caldeira (2000) completa,

Os enclaves fortificados⁹² partilham de características básicas, como o uso privativo ou da propriedade privada para uso coletivo, enfatizando o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São ainda fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios com detalhes arquitetônicos. São controlados por guardas armados, sistemas de segurança e monitoramento que impõe regras de inclusão/exclusão (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Evidentemente estes espaços fechados seguem uma lógica de organização pautada do uso privativo, isolados, demarcados por muros ou grades, com modernos sistemas de segurança eletrônica. Em suma, é um tipo de espaço que vem aumentando nas cidades médias, o qual impõe regras de inclusão e exclusão pelo uso de etiquetas, ingressos, carteiras, horários e números de pessoas limitadas para visitação ou até mesmo pagamento antecipado.

⁹² Para Caldeira (2000), os enclaves fortificados incluem conjunto de escritórios, shopping centers, e cada vez mais, outros espaços que estão sendo adaptados para se conformarem a esse modelo (escolas, hospitais, centros de lazer, parque temáticos etc) (CALDEIRA, 2000, p.258).

É interessante perceber que a proliferação destes espaços fechados (MAPP, MAAC e o Museu Sesquicentenário) - apontam como tendências de obras em áreas centrais - nos quais, o uso privativo é privilegiado para turistas e pessoas que estão de passagem pela cidade, em detrimento dos grandes espaços públicos aberto-coletivos, como foram os calçadões, onde o encontro incerto/imprevisível, as conversas ou o bate-papo do final da tarde tornavam os sujeitos menos individualistas e mais politizados.

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e, com o que pode ser chamado, um estilo moderno de espaço público - aberto à livre circulação. “Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez marcada por suspeita e restrição” (CALDEIRA, 2000, p.259).

A construção desses espaços – símbolos de status – é um processo que elabora diferenças sociais e cria novos meios de afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua condição de separação, na medida em que são demarcados por barreiras físicas, artifícios de distanciamento e sua presença na cidade é uma afirmação da diferenciação sócio espacial. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando hierarquias, segmentando, estratificando e organizando, explicitamente, as diferenças no espaço da cidade.

3.3.4 Camelôs, ambulantes e o calçadão.

Percebemos que, mesmo diante de tantas mudanças implementadas pelo Estado - em suas diversas esferas de governo - o centro ainda consegue resistir com uma série de fatores que o constitui enquanto um espaço singular, tendo em vista a multiplicidade e a diversidade de sujeitos que fazem e enriquecem o espaço da área central.

Primordialmente, enquadramos a presença do comércio de rua como uma manifestação reelaborada que, mesmo diante do já conhecido processo de realocação para o Shopping Popular e ARCCAS, não conseguiu esconder ou silenciar do espaço público essa contradição que se expande constantemente pelas ruas, calçadas, terminais, praças, parques da cidade.

Entretanto, ressaltamos que algumas práticas discursivas continuam sendo reproduzidas enquanto permanências sobre o comércio popular, na medida em que entidades como a CDL e a Associação Comercial exacerbam na possibilidade de estereotipar a atividade

como ilegal, criminosa e até mesmo prejudicial. Como é possível perceber na reportagem, cujo texto produzido pela CDL em um blog local,

[...] a Prefeitura de Campina Grande irá combater firmemente o comércio ilegal nas ruas do centro da cidade. Os ambulantes já foram notificados desde a última quinta-feira (16) para não mais ocuparem as calçadas e em caso de insistência, a mercadoria poderá ser apreendida pelos fiscais municipais. [...] A presença de camelôs aumenta a cada dia, assim como as reclamações dos lojistas e consumidores, que acabam tendo o direito de ir e vir desrespeitado e impedido de poder transitar tranquilamente por ruas como João Pessoa e Marques do Herval. [...] A CDL considerou louvável a ação da Prefeitura Municipal de Campina Grande em barrar o comércio ilegal no centro da cidade. A medida é aprovada também pelos lojistas que arcam mensalmente com as altas taxas tributárias e são os maiores prejudicados com a concorrência provocada pelos ambulantes⁹³.

É perceptível que o tempo passa, mas as argumentações são as mesmas “O combate ao comércio ilegal”, “as reclamações dos lojistas”, “o impedimento no direito de ir e vir” “concorrência com pequeno comércio” como se calçada não fosse um espaço público coletivo e sim de uso privativo dos lojistas.

Na mesma reportagem, de acordo com o coordenador de Comunicação da PMCG, José Araújo, a medida teve o objetivo de “reorganizar” o principal ponto comercial de Campina Grande, que “depois de alguns anos livres do comércio ilegal”, voltou a ser ocupado por este tipo de atividade. Segundo o secretário, já tomou conhecimento que até armas e medicamentos são comercializados – livremente - pelas ruas, que é preciso combater esta pratica “desmoralizante”, isso tem que acabar e é o dever do município de combater.

Nesta direção, ao agirem simultaneamente, a Prefeitura e a CDL compactuam com os mesmos ideais, nos quais o pequeno comércio precisa ser varrido do centro. A atividade, que segundo eles é uma concorrência aos lojistas, ameaça à organização espacial onde armas e medicamentos são vendidos livremente, denotando um quadro que apenas o comércio popular é corrupto e criminoso.

Agindo dessa forma, tanto a CDL quanto a Prefeitura Municipal desconsideram a condição de muitos autônomos que estão nas ruas há muitos anos, conforme retrata a reportagem a seguir,

O comerciante José Batista é um dos que se instalaram na Rua João Pessoa. Ele está no local há cinco anos e diz que ele é bom por causa da grande quantidade de

⁹³ FIM DOS CAMELÔS: CDL e Redação Paraíba Total. 20 de novembro de 2013. <http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2013/05/20/49730-vendedores-ambulantes-sao-proibidos-de-ocupar-calçadas-em-campina-grande>

peças que circulam. “A gente tem que estar no local onde as pessoas passam, onde podem comprar. Não adianta estar em um canto bem bonito e não passar ninguém pra comprar”. [...] Há 17 anos trabalhando como ambulante na rua, Jailton da Silva diz que é cansativo porque precisa montar e desmontar a barraca todos os dias. “Para a gente é ruim porque todo dia tem que colocar. Ainda tem o tempo de chuva, que é bastante ruim. Se tivesse um local fixo era muito melhor”⁹⁴.

Diante destas falas, é possível perceber que atualmente, dada a peculiaridade do local, a rua João Pessoa (Fotografia 43) - que é uma área de intenso fluxo de pessoas, facilitando a atividade comercial - é uma das preferidas pelos camelôs e mesmo com as intervenções ocorridas nos últimos anos, há muitos comerciantes alocados pelas calçadas. Contudo, a atividade diária de montagem e desmontagem das barracas, fatores locais e as adversas condições de trabalho revelam um persistente rito cotidiano dos comerciantes de rua.

Fotografia 40 - Rua João Pessoa



Fonte: Autoria própria (Maio de 2018)

Atualmente, esta atividade se mostra de precárias e insalubres condições para os indivíduos que a exercem, sobretudo aqueles que ainda estão alocados pelas ruas do centro. Nessa direção, a necessidade de se estabelecer em um determinado lugar pelas ruas do centro, a cada dia, revela o objetivo de conquistar um território e tentar sobreviver, já que tal comércio sempre se mostrou como uma “válvula de escape” diante períodos de crises e pouca oferta de empregos (DINIZ, 2009).

Em Campina Grande, ainda chamam a atenção tanto a espacialidade quanto a sazonalidade de comércio ambulante e camelô, entre ruas, praças, calçadas como sua

⁹⁴ AMBULANTES ocupam calçadas do centro de Campina. Jornal da Paraíba, Campina Grande. p.06. 28 de janeiro de 2016.

intensidade em determinados períodos do ano, conforme já explicitado. Na ocupação realizada na praça Clementino (Fotografia 41) é possível encontrar desde dvds, relógios, calças jeans, celulares, equipamentos de som automotivo – que embora não aparente ser de origem honesta - os vendedores sempre elegam possuir notas fiscais.

Fotografia 41 - Praça Clementino Procópio



Fonte: Autoria própria (Maio de 2018)

Já no antigo terminal Cristiano Lauritzen, é possível encontrar desde frutas e verduras até industrializados (equipamentos sonoros, cds, dvds) sendo comercializados paralelamente ao exercício do transporte rodoviário intermunicipal. Outro destaque é na Rua Getúlio Vargas e Marquês do Herval que concentram uma quantidade considerável de flanelinhas e guardadores de carros durante a semana e, de forma intermitente, o comércio de food trucks e dvds nos sábados e domingos respectivamente.

Observamos assim, que hoje (2017) o espaço público foi e ainda, continua sendo ocupado, conforme Diniz (2012),

[...]. como ocorre atualmente na Rua João Pessoa, no prédio do antigo terminal rodoviário Cristiano Lauritzen, no calçadão da Cardoso Vieira entre outros pontos. Por isso, muitos ambulantes muitos ambulantes que continuam nas ruas da cidade a delimitar os seus territórios perto dos pontos dos ônibus coletivos, das praças, esquinas e nas proximidades de alguns prédios importantes (escolas particulares, edifícios públicos e lojas comerciais), comercializando desde frutas, legumes e verduras a cigarros, materiais escolares, doces e salgados, bombons, ervas, bijuterias produtos importados, entre outros artigos, em alguns horários do dia, principalmente nos horários de “pique”, apontados como os de maior movimento de pedestres e veículos com destino às suas residências. E isto porque, como qualquer comerciante, os ambulantes também precisam de localizações próximas dos fluxos diários dos moradores, necessitando, portanto, se apropriar também do espaço citadino, para poderem exercer os seus direitos de cidadãos (DINIZ, 2012, p.84).

Dessa forma, percebemos que o comércio popular local se distribui pelo espaço público do centro e, à exemplo do que acontece também no Calçadão Cardoso Vieira (Fotografia 45) e no Terminal Cristiano Lauritzen (Fotografia 46) - onde as sociabilidades locais coabitam um mesmo espaço. Entretanto, não apenas estes, como tantos outros pontos da área central, reagem às dinâmicas do capitalismo global como instinto de sobrevivência, na medida em que os sujeitos envolvidos nesta atividade estão inseridos na condição de subempregados do circuito inferior da economia - em moldes não computáveis e não oficiais – mas que criam possibilidades de inserção social.

Fotografia 42 - Calçadão Cardoso Vieira



Fonte: Autoria própria (Maio de 2018)

A este respeito completa Costa (1989) que,

Dentro do circuito inferior, a economia invisível, submersa ou paralela é aquela que se desenvolve de forma não-oficial e não-computável. Ela de certa forma reage aos limites da urbanização capitalista, utilizando-se de formas não-capitalistas de produção e distribuição e criando novas possibilidades de inserção social (COSTA, 1989, p.26).

Nesta direção, embora taxada por diversas instituições⁹⁵ como atividade ilegal ou criminosa, a prática trabalhista dos camelôs – embora não seja oficialmente registrada - não deixa de ser uma reação ao capitalismo, criando uma possibilidade de renda e dando autonomia ao trabalhador. Além disso, a obtenção de renda é uma resposta, diante de crises econômicas e do desemprego estrutural⁹⁶ ocasionado pela automatização das atividades

⁹⁵ CDL, Associação Comercial e Prefeitura Municipal, conforme visto nesta pesquisa.

⁹⁶ Ao relacionar desemprego estrutural com precarização do trabalho, Singer (2006) ressalta que as mudanças tecnológicas trazidas pela informática, nos anos 1980 a 1990, afetaram os trabalhadores, sobretudo, operários.

produtivas no circuito superior da economia e de tantas outras formas de desigualdades sociais existentes pelo mundo.

Nesta perspectiva, elenca Singer (2006) e Santos (2008) que o papel do circuito superior na sociedade urbana é controlar a economia – sob o ponto de vista econômico, ideológico, cultural e político - e assim determinar as linhas gerais de produção e organização do espaço. Enquanto o primeiro circuito cria a conjuntura, o circuito inferior a ela se adapta, mas ambos teriam a mesma função de reproduzir o modo de produção capitalista, ainda que por caminhos distintos.

Fotografia 43 - Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen



Fonte: Autoria própria (Janeiro de 2018)

Neste quadro, é possível perceber que – embora não seja objeto desta pesquisa - as mercadorias são fabricadas conforme valores estéticos de lógica internacional e reproduzidas conforme recursos materiais adaptados ao pequeno comércio e consumo da cidade. Entretanto, discursivamente, tenham sido acusados de concorrer e atrapalhar o grande comércio local, o pequeno comércio possui uma clientela – em maior parte - de pequeno poder aquisitivo.

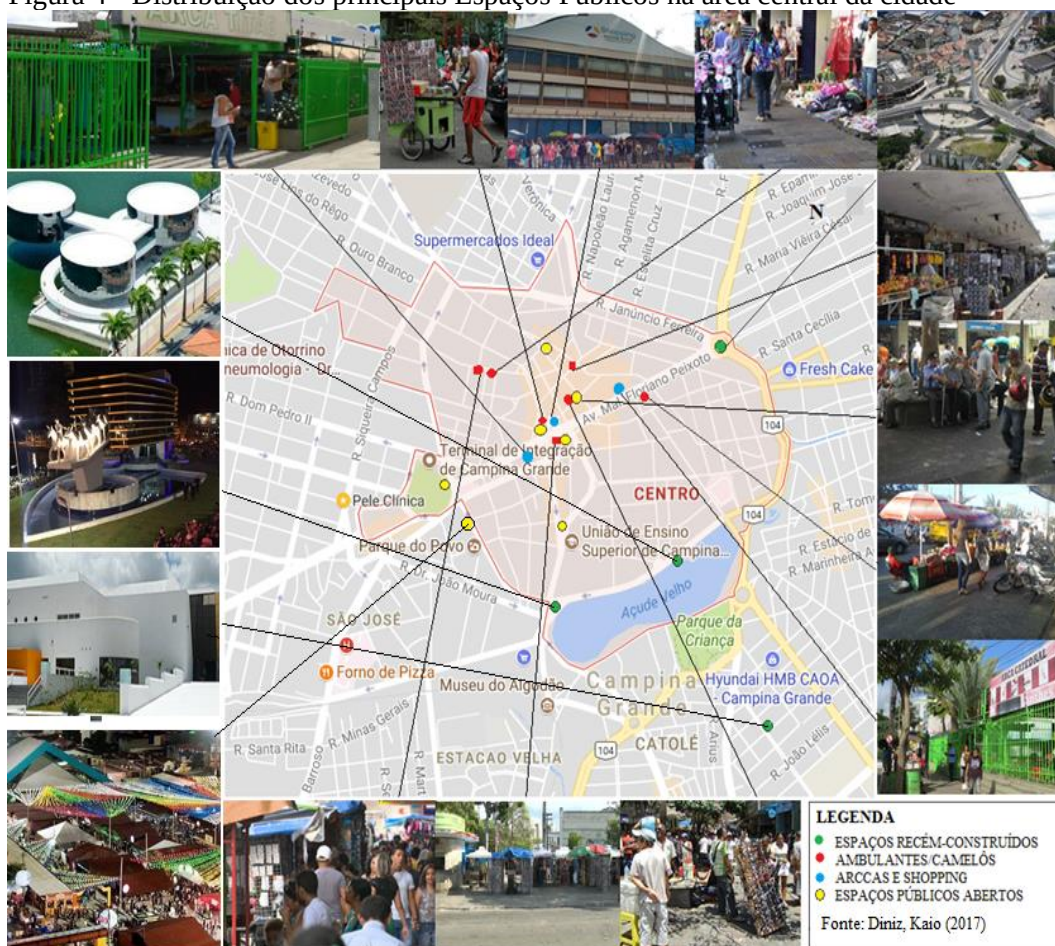
Diante do exposto, nota-se bem que o processo de produção do espaço comercial em Campina Grande, semelhante ao que ocorre em outros centros urbanos de porte médio do Brasil, continua reproduzindo uma estrutura sócio-espacial profundamente complexa e desigual. Essa desigualdade é produto inerente à própria da lógica política intervencionista que é extremamente concentradora, competitiva, estratificada, segmentada e seletiva. Uma

Neste quadro, em períodos de recessão aumenta o número de pessoas que vão às ruas tentar ganhar a vida como vendedor ambulante ou realizar serviços simples, fragilizando suas condições de trabalho com abdicação de direitos legais adquiridos.

lógica que, tem em seus propósitos homogeneizadores - ligados às verticalidades - a fim de garantirem a acumulação de capitais ao Estado e às maiores empresas, deixando pouca margem ao desdobramento dos interesses ligados às horizontalidades (DINIZ, 2012).

Desta feita, podemos entender que o pequeno comércio continua de forma insurgente a ocupar um lugar no espaço público (Figura 49), seja no centro tradicional da cidade ou na feira. Espaço este, que é frequente e simultaneamente utilizado por aqueles que realizam suas respectivas atividades como também pelos que reivindicam, protestam, comemoram, usufruem do lazer, conversam, dialogam, interagem – almejam participar politicamente dos destinos da cidade. Assim, mesmo diante de tantas e contínuas intervenções, tensões, conflitos - a atividade permanece circunscrevendo o uso/apropriação do espaço público da área central como forma de estabelecer-se numa convivência entre o velho e o novo, o antigo e moderno, a permanência e a coexistência, a persistência e a resistência.

Figura 4 - Distribuição dos principais Espaços Públicos na área central da cidade



Fonte: Autoria própria (Maio de 2018).

ALGUMAS CONCLUSÕES

Diante de nossas discussões, acerca das mudanças impostas ao centro da cidade de Campina Grande – PB, percebemos que o condicionamento sócio-político dos gestores e cidadãos foi decisivo sobre qual tipo de espaço público a ser produzido. Em meio às inúmeras contradições, vislumbramos por vezes, aspectos conflituosos envolvendo as entidades representativas, o pequeno comércio ambulante/camelô e o cidadão anônimo que utiliza diariamente o espaço da rua, praça, parque.

Quanto à Reforma Vergniaud Wanderley, evidenciamos a contraposição existente entre o crescimento e o desenvolvimento urbano. O primeiro é uma ferramenta pragmática do urbanismo progressista que implica crescimento econômico e modernização tecnológica, já o segundo contempla para além destes dois elementos e possa abranger suas várias dimensões: econômica, política e cultural. Sendo assim, o desenvolvimento econômico, por si só, é insuficiente ou pode até mesmo estar sendo conduzido de modo social e ecologicamente inadequado, atendendo a apenas as perspectivas de uma classe social, as elites.

Em outras palavras, é preciso reconhecer que também o sistema político, os valores e padrões culturais devem ser acrescentados pela organização espacial tudo junto e não apenas a produção de bens, o progresso técnico/tecnológico irá influenciar no nível de bem estar e de justiça social em uma sociedade.

Neste contexto, fica evidente ser necessário modificar e depurar a visão que se tem sobre o desenvolvimento urbano. Um desenvolvimento urbano autêntico não se confunde com a simples expansão do tecido urbano e crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é meramente aumento da área urbanizada, nem mesmo uma simples sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas antes de tudo o desenvolvimento sócio espacial da e na cidade (SOUZA, 2007). Assim, a conquista por melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas é cada vez mais necessário à justiça social.

De forma geral, se numa cidade aumentam sua população, as disparidades econômicas e se a riqueza produzida aliada ao crescimento da cidade se faz à custa da destruição ambiental, do patrimônio histórico e se a conta da tão falada “modernização” vem acompanhada por níveis de poluição, estresse, congestionamentos, número de pessoas com acesso a programas televisivos de qualidade duvidosa, intolerantes ou que sirvam de inspiração aos atos de violência urbana, falar em desenvolvimento urbano é ferir o bom senso.

Caminhando paralelamente com desenvolvimento urbano, a reforma urbana – ao contrário da reforma urbanística - deve proporcionar mais que uma simples modernização da cidade em função dos imperativos conservadores, autoritários, econômicos, políticos e ideológicos como ocorre numa reforma urbanística. Diferentemente do que ocorreu nas Reformas - Haussmann, Pereira Passos e Vergniaud Wanderley – o ideário de reforma urbana deve contemplar uma reforma social com forte dimensão espacial, tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, especialmente da parcela mais pobre e elevando o nível de justiça social. Sendo assim, os objetivos específicos da reforma urbana são diversificados na medida em que coibir a especulação imobiliária, valorizar o patrimônio histórico, reduzir nível de disparidades econômica espacial intraurbana com redução da segregação, além disso, democratizar o planejamento e gestão urbanos.

Com efeito, nos dias atuais esta valorização do patrimônio é lamentada pelos intelectuais campinenses, na medida em que houve, significativa, destruição da memória urbana com demolição dos casarões da burguesia colonial, desmonte dos principais espaços públicos da cidade condicionados pelo Largo da Igreja Matriz e do Rosário, da Rua Maciel Pinheiro ou Rua Grande, da praça Eiptácio Pessoa entre outras. Nenhum lamento naquele período e outros espaços foram simplesmente marginalizados e esquecidos da memória local, caso das Boninas. Porém, mesmo sem a reforma urbana de Vergniaud Wanderley, é certo que muito pouco teria restado do patrimônio arquitetônico anterior, pois só muito recentemente este aspecto tem sido evidenciado, sendo Campina Grande uma cidade que praticamente apagou todo o seu patrimônio histórico (COSTA, 2003).

A democratização do planejamento e da gestão é mais que um objetivo, um princípio fundamental da reforma urbana. Mesmo no interior de uma sociedade caracterizada por uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos é possível avançar bastante nessa discussão. O problema é que as formas de participação, algumas sem aspas e outras muitas aspas, de modo a dizer, apenas que existe um conselho “participativo” não basta.

A sociedade civil presente nos conselhos deve ser chamada para opinar sobre determinadas matérias, além disso, é necessário que as decisões sejam aceitas para que essa seja realmente uma participação efetiva. No entanto, se a metade dos representantes do conselho for integrante do Estado, com direito de voz e voto, será um conselho que poderá ser comprometido. Há também o comprometimento da participação se os demais conselheiros escolhidos possuírem frequências ou prestação de contas inadequadas em as suas respectivas bases sociais ou se estes possuem informações suficientes e correta para poderem decidir com conhecimento de causa ou são induzidos pelas prefeituras. É dever do Estado capacitar

tecnicamente seus conselheiros, deveria ser uma máxima discutir os assuntos. Além do mais, os mecanismos que garantem que a execução do projeto conforme foi planejado precisam ser garantidos pelo conselho deliberativo (SOUZA, 2007, p. 130).

Neste quadro ressaltamos que a despeito dessas formas de participação, ações como em 1995 já havia sido criado o Fórum Permanente de Estudos e Debates sobre Campina Grande. Este, idealizado pelo Jornalista Geovaldo de Carvalho, apoiado por Edvaldo do Ó e retomado pela Associação Comercial. O Fórum não alcançou os objetivos esperados que dentre os quais colocava contribuir para extinção do comércio informal na cidade

Já Fórum de Debates Vergniaud Wanderley, implantado em 1997, enquanto espaço e instrumento de participação, inaugurou sob bases conflitantes os enfrentamentos reveladores no espaço urbano de Campina Grande. O Fórum foi criado como lócus de intervenção pública e política na cidade, uma instância deliberativa composta em sua maioria por entidades e representantes do comércio que incorporou o Campina Déco como conteúdo e com esse intuito, reforçou o objetivo de “recuperar a paisagem” do centro da cidade pelo uso econômico e seu patrimônio histórico déco.

A revitalização proposta pelo Campina Grande Déco agregou um discurso de recuperar o centro e as dimensões pretéritas de convívio neste espaço enquanto usufruto de outra Campina Grande, lida pela imagem do turismo como pelo deste patrimônio como formas de também vender a cidade. É por essa constituição que passa a se dá uma nova referência à Campina, agora associada a projetos de requalificação, que visaram transformar não somente a morfologia urbana da cidade, mas a pseudo apropriação do espaço público por sua população.

A esse respeito Sobarzo (2004) alerta que a competitividade, a integração seletiva, e a fragmentação dos lugares são aspectos que se materializam no espaço urbano como consequência da concorrência entre cidades para conseguir adentrar ao circuito global. “Em função disso, surgem intervenções urbanas de renovação ou requalificação de bairros, com manifestações no espaço público a partir de uma perspectiva cenográfica” (SOBARZO, 2004, p.208) – feitas para serem vistas e fotografadas – de características não inclusivas e padrão estético “clean e nostálgico”.

Essa imagem desejada foi representada e promovida como proposta de revitalização do centro tradicional, em que, necessitaria desencadear a produção de espaço que teria apelo a realocação dos ambulantes como garantia de um consenso construído em torno da solução de “problemas históricos” representados no centro através da expansão do comércio informal.

Entretanto, efetivamente, a adesão de Campina Grande ao projeto art Déco por parte de segmentos do comércio (Associação Comercial e Câmara de Diretores Lojistas) não se deu,

conforme esperado pela PMCG, tendo em vista os inúmeros problemas e conflitantes interesses que surgiram. Entre os problemas, é possível verificar a diluição do espaço público com a eliminação dos calçadões, assim como a expansão do comércio informal nas ruas João Pessoa e antigo Terminal Rodoviário do centro.

Nesta direção, apontamos para além de uma nova expressão de centralidade que, a reestruturação do espaço intra-urbano revela novas expressões de centralidade, na medida em que o centro tradicional se renova e não mais se constitui enquanto denominado velho, mas resultante de embate e adequações - entre o público e o privado - realizadas com a imposição do novo.

A incorporação da participação às práticas de intervenção relativas ao planejamento de Campina surgiu associada à esfera governamental, implicando por envolver a construção de uma imagem do centro da cidade por práticas homogêneas e por reduzidas formas de participação nos projetos, na medida em que procurou se distanciar de interesses contraditórios entre distintos grupos sociais locais (ambulantes, comerciantes, pobres urbanos, transeuntes, dentre outros).

É necessário entender que, no campo de experiências de participação, Campina Grande se inscreveu em meio a um debate que envolveu uma falsa e incompleta noção de democratização, visto que esta não foi suficiente para contrapor às velhas práticas tradicionais de compromissos políticos conservadores de planejamento urbano.

Deste modo, as intervenções – antigas/atuais, amplas/pontuais - propostas pelas requalificações enfocam a preocupação dos gestores estabelecerem uma imagem distinta sobre Campina Grande. Nesta direção, esta se faz de maneira a corroborar e definir os usos segmentados a serem efetuados com a implantação desses equipamentos voltados à manutenção e fortalecimento político, do turismo, do lazer e da circulação e que marcam o cotidiano da cidade.

Neste quadro, há um discurso como também uma prática política que, contraditoriamente, visa ampliar o espaço público na cidade ao disponibilizar determinados espaços e equipamentos voltados ao encontro entre diferentes grupos sociais atraídos por festividades, passeios, celebrações, festejos, turismo, divertimentos. No entanto, há também os mecanismos de apropriação do espaço público crescentemente cristalizado pelo uso conflitante como ocorre com os camelôs na rua João Pessoa, no antigo terminal rodoviário, o Parque do Povo com a apropriação privadas dos seus benefícios culturais, os calçadões com a dispersão e contenção do comércio popular nos shopping e ARCCAS.

Quanto às novas construções (MAAC, o MAAP e o Museu Sesquicentenário) percebemos que há uma tendência de fechamento do espaço público no centro da cidade,

possibilitado pelas contraditórias parcerias público-privadas, onde o uso privativo/monitorado/controlado é privilegiado para turistas e pessoas que estão de passagem pela cidade, em detrimento dos grandes espaços públicos abertos e coletivos. Neste aspecto, a cultura e a imagem da cidade são tratadas como mercadoria – vendível – através destes espaços previamente produzidos para este tipo de consumo e desta forma a captura do tempo de lazer que é submetido ao consumo do espaço pela constituição de espaços específicos de lazer (CARLOS, 2007).

Estes espaços, ainda podem ser considerados enclaves fortificados, na medida em que, cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e, com o que pode ser chamado, um estilo moderno de espaço público - aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez marcada por suspeita e restrição (CALDEIRA, 2000).

Quanto à construção do Viaduto Elpídio de Almeida, a celebração de inauguração pública foi patrocinada pelo governo do Estado que, discursivamente, associou a obra às “novas” formas de habitar e perceber a cidade. Esta intervenção, aparentemente, buscou agregar valor ao seu espaço urbano, tentando estimular o consumo por empreendimentos imobiliários. Contudo, ao construir o viaduto de forma impositiva, ignorando os relatórios técnicos da STTP, o governador demonstrou total indiferença ao valor da obra sob o ponto de vista do custo-benefício e buscou conduzir à perpetuação política da família Cunha Lima, sob a fala de um Governo que promovia uma Campina mais evidente.

Conforme práticas recorrentes pelo grupo Cunha Lima, o importante foi construir uma obra pública de caráter monumental, que propriamente atender as necessidades da coletividade. Dessa forma, o grupo teve mais interesse pela reivindicação ou sobre a paternidade da obra - reproduzindo a retórica discursiva da modernidade – que propriamente buscar resolver os problemas do tráfego local. Conforme já alertado por Sobarzo (2004), dificilmente estas ações são realizadas como se fossem consideradas próprias e cabíveis à administração, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo.

Neste quadro, os ideais modernos do espaço público não se referem apenas à vida na cidade ou construções modernas, já que estão sempre associados às concepções políticas e dilemas entre o público e o privado. A promessa de incorporação à sociedade moderna não incluem apenas a cidade e o consumo, como também a política e, por conseguinte, a cidadania. Na realidade, é importante ressaltar que o processo de redefinição do centro tradicional aponta

para o discurso de modernização do espaço público, tendo como referência as políticas públicas derivadas de espaços privados, o que implica em anulação do debate político da cidadania pela afirmação de um consenso no qual o novo é simplesmente aceito.

Em suma, numa democracia as bases do poder, da lei, do conhecimento e das interações sociais são indeterminadas e o espaço público é o locus onde o significado do social e do que é legitimado são negociados. Esses ideais de política democrática (abertura, indeterminação, fluidez, coexistências de diferenças não assimiladas) encontram algumas de suas melhores expressões no espaço público das cidades modernas. Tais espaços promovem ou deveriam, interações entre pessoas que são forçadas a confrontar seus anonimatos e os dos outros com base na cidadania e, assim, respeitadas os direitos iguais do outro.

A cidade moderna, força este confronto entre segmentos diversos da sociedade e consequentemente tem o potencial de desafiar e nivelar hierarquias. No espaço público, diferentes cidadãos negociam termos de suas interações e da fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Assim, o ideal de cidade aberta, tolerante às diferenças sociais às negociações de encontros anônimos cristaliza o que deveria ser o espaço público moderno e democrático (CALDEIRA, 2000)

Por outro lado, a cidadania - enquanto participação popular - não precisa ser um mero engodo ou mera cooptação, não é coisa tão simples assim de conseguir quanto se poderia imaginar. É preciso criar uma série de condições favoráveis para que a instância da participação tenha vida efetiva e não se desvirtue ou sirva apenas de fachada ou artifício de legitimação nas mãos dos governantes.

De modo geral, a participação popular no planejamento é um dos pilares constitutivos da reforma urbana, podendo contribuir decisivamente para efetiva implementação das leis, já que estando direta e fortemente envolvida no processo, a sociedade civil irá colaborar muito mais eficazmente na fiscalização do cumprimento das leis.

Nesta perspectiva, consagrada pela lei, a cidadania se define igualmente para todos e ainda que suas interpretações possam ser diferentes, referem-se ao mesmo e único texto. Quando promulgada a lei, o discurso da cidadania continua no objetivo de alargar conquistas. Assim a lei não esgota o direito, pois esta é apenas o direito positivo, fruto do equilíbrio de interesses e de poder.

Nesta direção, *“a luta pela cidadania não se esgota na elaboração de uma lei, pois esta é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado”* (SANTOS, 2014, p.105 grifo nosso). Dessa forma, o indivíduo deve estar sempre vigiando a

si mesmo para não cair na alienação que o circunda, assim o cidadão, a partir de conquistas precisa permanecer alerta para garantir como ampliar sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: EDUEPB, 1979.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957)**. 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AGRA, Giscard Farias. **A Urbs Doente Medicada: A higiene na Construção de Campina G(g)rande (1877-1935)**. 2006. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande – PB.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: Um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. 2011. 698f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Minho, Lisboa e Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARROS, Nilson Crócia Cortez de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba**. 1987. 364f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. Texto de José Luis Quadros de Magalhães.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. **Campina Grande e sua Função como Capital Regional**. Revista Brasileira de Geografia, out./dez. 1963, p.415-451.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1988.

_____. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Moderna, 1943.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. EDUSP, São Paulo, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 1983.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal:** a demanda de pequenos serviços no grande Recife. 2ª ed. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE / Editora Massangana, 1983. 160p.

CAMPOS, V. J. B. **Art déco na arquitetura paulistana:** uma outra face do moderno. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAVALCANTI, Silêde L. O. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina Patriarcal a Campina Burguesa. In: GURJÃO E. de Q. (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.** Campina Grande: SEC, 2000.

CARDOSO, Carlos Augusto de A. **Acidade e a festa no interior do Nordeste:** espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande-PB. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo 2000.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional:** A feira de Campina Grande na interface desse processo. 2003. 245f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, M. C. L. **Teorias médicas e gestão urbana:** a seca de 1877-79 em Fortaleza'. História, Ciências, Saúde —Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagem da cidade:** o processo de requalificação urbana de Campina Grande – PB (1970 - 2000) (Tese de Doutorado em Sociologia) Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A., SOUZA, M.; SPOSITO, ME. **A produção do espaço.** Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014. (p. 53 – 74). (19 p.).

_____. **A condição Espacial.** 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

COSTA, Maria Clélia Lustosa Costa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza** - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: _____; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande:** objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **O pequeno comércio em contexto de violência na cidade de Campina Grande-PB.** Recife: O autor, 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.

_____. CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Faces Atuais do Espaço Comercial em Campina Grande/pb:** algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/228755/23168> Acesso em: 03 de out de 2017.

DINOÁ, Ronaldo. **Coletânea de Artigos:** Campina Grande ontem e hoje. Campina Grande. [S/N]. 2004.

_____. **Memórias de Campina Grande.** Campina Grande. 2º volume. 1993.

DINIZ, Kaio Santos. **A legalização da Informalidade:** Uma análise do processo na concepção dos trabalhadores do Shopping Popular Edson Diniz – CG. O autor, 2009. (Monografia) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB

GALIZZA, D. S. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba:** 1890 – 1930. João Pessoa: Idéia, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande.** João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento:** a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates. Cidades: Estratégias Gerenciais. São Paulo, Ano XVI, pp. 143-159, 1996.

JOFFILY, Ireneu. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília: Thesaurus, 1977.

LÉFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, Henri. **La production de l'espace.** 4. ed. Paris: Édition Anthropos 1974.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais:** expansão e crise em Campina Grande. 1996, 120f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande-PB.

LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano João Pessoa: Idéia**, 2002.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de campina grande (1964-1984)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo**. Revista de Geografia Norte Grande, v.39, p. 7-20, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELLO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba : lutas e resistência**, 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1995.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa – PB**. 2000. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **As ruas da cidade tradicional: a morfologia do centro de uma Cidade média - Campina Grande, Paraíba, Brasil**. BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.19, n.3, 2009.

_____, Doralice Sátyro. **De centro tradicional a centro modernizado: permanências e transformações**. In: FERNANDES, José Alberto V. Rio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, 2013.

MANZARIM, Diego Montagnini. **Histórico das pontes Estaiadas e sua aplicação no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Engenharia de Estruturas, São Paulo, 2011. 125p.

MENDES, Luis. **O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação**. Revista e-metropolis, nº 01, Lisboa, maio de 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luis_Mendes8/publication/277074979_Mendes_L_2010. Acesso em: 10/05/2017.

NÓBREGA, Zulmira. **A festa do maior São João do mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2010. 316 p.

OLIVEIRA, Maria José S. **Emblemas da Modernidade Campinense (In) Imagens multifacetadas da História de Campina Grande** (Org.) Elite de Queiroz Gurjão. João Pessoa: Ed. União, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos Plano ap plano discurso: PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970-1976.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. 2005. 152 p.

OLIVEIRA JR, Gilberto Alves de. **Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna-BA.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2008. 383 p.

PLEBE, Armando. **Breve História da Retórica Antiga.** São Paulo: EPU, 1978.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas. Fontes. 1997.

PEREIRA, Adriana; MACHADO, Fábio.; ARAÚJO, Laudicéia. **Vicissitudes da democratização do poder local: o caso de Campina Grande (PB).** Rev.Eletrônica Paraíba, nº05, 2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/>> Acesso em: 10 jul. 2007

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da História de Campina Grande.** Livraria Pedrosa, 1958.

_____. **Mais um mergulho na história Campinense.** Campina Grande, Caravela, 2001.

_____. **Abrindo o livro do passado.** Campina Grande. EDUFPG, 2011.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte –CE.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente 2014. 328 p.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950).** 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 12 de agosto de 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 124p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2014.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Do comércio à distribuição: roteiro de uma mudança.** Oeiras: Celta Editora, 1996. 268p.

SILVA, William Ribeiro da. **Centro e centralidade:** uma discussão conceitual. Formação, Presidente Prudente, n. 8, 2001.

SOBARZO, Oscar Alfredo Miño. **Os Espaços da sociabilidade Segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente – SP.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** Diagnóstico e Alternativas. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades:** centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista: 2006. 280 p.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos:** Campina Grande 1920-1945. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura:** (des) inventando festas e (re) inventando a cidade. 1965-2002. Mestrado (Dissertação em Geografia). Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2008. 232 p.

SOUZA, Sonale Vasconcelos de. **Relação cidade-campo:** permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB. João Pessoa, 2013. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

SOUZA, Fabiano Badú de. **Modernidade à conta gotas:** por uma história do abastecimento de água em campina grande – PB (1950-1958). 2013. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História (UFCG). Campina Grande – PB.

_____. **Campina Grande:** cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Rev. Bras. Hist. [online]. 2003, vol.23, n.46, pp.61-92. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200004>.

SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. **O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana.** Revista Geografia, nº 10. São Paulo, UNESP, 1991. p. 1-18.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea:** segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

TRAJANO FILHO. D.V.O.P. **Arquitetura Moderna, Estado e Modernização:** Paraíba, década de 1930. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Do Centro aos centros:** bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo. 2004. 438f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Pós-graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VARGAS, Heliana Comin. **O comércio e os serviços varejistas:** principais agentes e sua inserção urbana. Geousp, São Paulo, 1995.

_____. Shopping Centers: Novas Relações Entre A Atividade Comercial e O Espaço Urbano. In: **V Encontro Nacional da ANPUR**, 1993, BELO HORIZONTE. Encontro Nacional de Anpur, 5. Belo Horizonte: ANPUR, 1995. v. 2. p. 736-747.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo:** Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2009.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: 2003. 238 p.

MATÉRIAS DE JORNAIS

AGRA, Odimar. O parque dos camelôs. **Diário da Borborema**, Campina Grande. 17 ago.1992.

AMBULANTES ocupam calçadas do centro de Campina. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande. p.06. 28 de janeiro de 2016.

CARVALHO, Geovaldo. Revitalizando o centro. **Diário da Borborem**, Campina Grande. p. 06. 28 fev.1999.

CIDADE terá cara nova até fevereiro de 2000. **Diário da Borborema**, Campina Grande. 24 de abril de 1999. Cidades.

CÁSSIO faz palestra sobre revitalização do centro. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 19 de abril de 2000.

FÁBRICA de stopa Stº Antônio. **Jornal Correio de Campina**, Campina Grande. 12 junho de 1927.

FASE de intensas transformações. **Jornal O Rebate**. Campina Grande. 04 de outubro de 1944.

FERNANDO Catão sugere união em defesa da Borborema. **Diário da Borborema** (Caderno Cidades). Campina Grande. 16 março de 1999.

FIM dos camelôs: CDL e **Redação Paraíba Total**. Campina Grande. 20 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.paraibatotal.com.br/noticias/2013/05/20/49730-vendedores->

ambulantes-sao-proibidos-de-ocupar-calcadas-em-campina-grande. Acesso: 20 de junho de 2017.

LIMA. As razões da expansão da crise em Campina Grande. **Diário da Borborema**, 05 de maio de 1996. Caderno 03 p.6 e 7.

MUSEU Digital de Campina Grande é inaugurado. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande. 06 nov. 2017.

NOVELA dos camelôs. **Diário da Borborema**, Campina Grande. 25 de janeiro 1995 (editorial).

O CALCADÃO. **Diário da Borborema**, Campina Grande 12 dez.1975

PLANO de Burle Marx. **Jornal de Campina**, Campina Grande. p. 02. 31 de agosto de 1952.

PREFEITO Felix Araújo dialoga sobre Projeto de Revitalização. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 11 outubro de 1995.

PRESIDENTE da FIEP e prefeito visitam obras do Sesi museu digital. **Diário da Borborema** (editorial). Campina Grande. 02 de setembro de. 2017.

SANEAMENTO do açude novo. **O momento, Campina Grande**, p. 02. 29 de Outubro de 1950.

VIADUTO de Campina. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande. p 08. 25 de fevereiro de 2006.